Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Negociações Internacionais.

Período de Análise: 01/05/2016 a 31/05/2016

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice

Negociar é melhor que "enterrar". Fernando Dantas – O Estado de São Paulo, Economia. 01/05/2016. 7

Cargill prevê investimento de R$ 600 mi no Brasil. Mônica Scaramuzzo - O Estado de S.Paulo, Economia & Negócios. 02/052016. 8

Ministério participa de AveSui América Latina. Fernanda Tallarico – MAPA. 02/05/2016. 10

Sudaneses têm interesse em tecnologia agrícola brasileira. Inez De Podestà – MAPA. 02/05/2016. 10

Produtor da UE rechaça acordo com o Mercosul. Assis Moreira – Valor Econômico. 02/05/2016. 11

Tradings planejam rejeitar nova soja transgênica da Monsanto nos EUA. Valor Econômico. 02/05/2016. 12

Lucro líquido da ADM cai 53,3% para US$ 230 milhões no 1º trimestre. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 03/05/2016. 14

Chineses acertam compra de 57% de filial da Fiagril, de MT. Fernando Lopes, Bettina Barros e Mariana Caetano – Valor Econômico. 03/05/2016. 15

Chineses acertam compra de 57% de filial da Fiagril, de MT. Fernando Lopes, Bettina Barros e Mariana Caetano – Valor Econômico. 03/05/2016. 17

Chineses acertam compra de 57% de filial da Fiagril, de MT. Fernando Lopes, Bettina Barros e Mariana Caetano – Valor Econômico. 03/05/2016. 19

Exportações de lácteos para a Rússia totalizaram R$ 2,5 milhões em 2015. Cláudia Lafetá – MAPA. 03/05/2016. 21

Lácteos sob pressão apesar de maior compra da China. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico. 04/05/2016. 22

Cecafé quer ampliar oferta de informações sobre o setor exportador. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico. 04/05/2016. 23

Exportações de soja crescem 39,4% desde abril de 2015. CNA. 04/05/2016. 25

Lucro global da ADM caiu 53,3% no 1º tri, para US$ 230 milhões. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 04/05/2016. 27

Exportações de soja do país já cresceram 37% neste ano. Mariana Caetano – Valor Econômico. 04/05/2016. 28

Cargill vende sua divisão de molhos nos EUA para a Ventura Foods. Bettina Barros – Valor Econômico 04/05/2016. 29

Maior demanda por frangos criados lentamente força mudanças no setor. Kesley Gee – Valor Econômico. 05/05/2016. 29

Tempos difíceis para as grandes múltis agrícolas. Gregory Meyer e Neil Hume – Valor Econômico. 05/05/2016. 32

Estratégia – comércio exterior. Roberto Macedo. O Estado de São Paulo, Opinião. 05/05/2016. 35

Países da Unasul conhecem políticas de segurança alimentar e nutricional do Brasil. Site do MDS, 09/05/2016. 37

Recuperação do preço das commodities é incerta. Márcia De Chiara - O Estado de São Paulo, Economia. 09/05/2016. 39

Consumo interno forte limita exportações de café da Etiópia. Katherine Dunn – Valor Econômico. 09/05/2016. 41

Ritmo da retomada das exportações agrícolas argentinas surpreende. Marli Olmos – Valor Econômico. 09/05/2016. 44

Exportações do agronegócio caem 25% em abril na comparação com 2015, informa FARSUL. CNA. 09/05/2016. 47

Agroindústria argentina volta a brilhar. Marli Olmos – Valor Econômico. 09/05/2016. 48

BRF pode estar no plano de expansão da Tyson. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 10/05/2016. 48

Soja puxou aumento das exportações do campo em abril. Fernando Lopes – Valor Econômico. 10/05/2016. 50

Mapa institui novas regras que aumentarão em 300% agroindústrias habilitadas a exportar. Priscilla Mendes e Cláudia Lafetá - MAPA. 10/05/2016. 51

Agricultores europeus dizem que UE retirou carne do acordo com Mercosul. Assis Moreira – Valor Econômico. 11/05/2016. 54

USDA e Conab cortam estimativas de produção. Fernando Lopes, Mariana Caetano, Bettina Barros e Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 11/05/2016. 55

Novas estimativas do USDA fazem preço da soja disparar em Chicago. Fernando Lopes, Mariana Caetano e Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 11/05/2016. 56

Turista pode trazer salame, queijo e doce de leite do exterior. Valor Econômico. 11/05/2016. 58

Portaria define novos países que terão adidos agrícolas. Viviane Novaes – MAPA. 11/05/2016. 59

Alíquota de importação do óleo de dendê sobe de 10% para 20%. MAPA. 11/05/2016. 59

Brasil retoma exportação de bovinos vivos para o Egito. Cláudia Lafetá - MAPA. 11/05/2016. 61

Compra de 20% da BRF caberia no balanço da Tyson, diz BofA. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 11/05/2016. 62

Mercosul ainda é vantajoso para o Brasil, diz representante do Reino Unido. Suzana Inhesta - O Estado de São Paulo, Economia. 11/05/2016. 63

Exportadoras de grãos investem para adaptar projetos no Porto de Santos. Leticia Pakulski – O Estado de São Paulo, Economia & Negócios. 12/05/2016. 65

BRF confirma visita de Tyson a suas plantas. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 12/05/2016. 68

"Campeã nacional", JBS quer ter sede na Irlanda e ações em NY. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 12/05/2016. 69

Norte-americanos buscam informações sobre produção brasileira de grãos. MAPA. 12/05/2016. 72

Bayer estuda comprar a Monsanto. Fernanda Pressinott e Bettina Barros – Valor Econômico. 12/05/2016. 73

Questão ambiental é desafio na exportação de grãos pelo Porto de Santos. Leticia Pakulski – O Estado de São Paulo, Economia & Negócios 13/05/2016. 74

Técnicos do Mapa e Mdic visitam áreas de indicação geográfica na Espanha. MAPA. 13/05/2016. 76

Bayer estuda fazer oferta de US$ 40 bi pela Monsanto. Arash Massoudi e Guy Chazan – Valor Econômico. 13/05/2016. 77

Colheita de soja argentina atinge 51,3% da área, e de milho, 27,4%. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 13/05/2016. 78

Ministério define critérios para importação de material genético avícola. Cláudia Lafeta – MAPA. 13/05/2016. 79

Acordo pode gerar alta de 12% nas vendas externas em 2030. Marta Watanabe – Valor Econômico. 16/05/2016. 79

Plantio da safra 2016/17 de grãos nos EUA continua em ritmo acelerado. Mariana Caetano – Valor Econômico. 16/05/2016. 82

Usinas já travaram os preços de 80% do açúcar para exportação. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 16/05/2016. 83

Na Holanda, queijos para os paladares mais exóticos. Assis Moreira – Valor Econômico. 17/05/2016. 85

Europa enfrenta "inundação" de leite. Assis Moreira – Valor Econômico. 17/05/2016. 87

CNA defende acordo com o Japão para redução de tarifas de exportações. CNA. 17/05/2016. 91

CNA questiona União Europeia pela ausência de cotas para carne bovina e etanol nas negociações com o Mercosul. CNA. 17/05/2016. 93

Japão semeia crescimento ao investir em 'startups' agrícolas. Paolo Bosonin e Kosaku Narioka – Valor Econômico. 18/05/2016. 94

Café foi moeda de troca para Peru abrir mercado à carne suína do Acre. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 18/05/2016. 97

País deve importar mais trigo dos EUA. Mariana Caetano – Valor Econômico. 18/05/2016. 98

Agricultor argentino teme perder tecnologia dos transgênicos. Marli Olmos e Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 19/05/2016. 100

JBS International pode "catalisar" acordo entre Tyson e BRF. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 19/05/2016. 102

Bayer e Monsanto confirmam negociação. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 19/05/2016. 103

Indústria de combustíveis renováveis dos EUA critica proposta de EPA. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 19/05/2016. 104

Safra mundial de café em 2016/17 terá superávit de 1 milhão de sacas. Valor Econômico. 19/05/2016. 105

UE adia votação para renovação comercial de glifosato. Valor Econômico. 19/05/2016. 106

Potencial fusão entre Bayer e Monsanto reduziria concorrência no agronegócio. Jacob Bunge e Jesse Newman – Valor Econômico. 20/05/2016. 106

Potencial fusão entre Bayer e Monsanto reduziria concorrência no agronegócio. Jacob Bunge e Jesse Newman – Valor Econômico. 20/05/2016. 109

Sinal promissor para exportação de etanol. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 20/05/2016. 112

Ministério deve suspender novamente aval para importar café do Peru. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 20/05/2016. 114

Agronegócio supera 50% de participação nas exportações brasileiras, em 2016. CNA. 20/05/2016. 115

Queijo escancara excessos da agropecuária nos EUA. Kelsey Gee e Julie Wernaue – Valor Econômico. 23/05/2016. 116

Carnes pautam viagem de Blairo Maggi à China. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 23/05/2016. 119

Serra defende maior liberdade em acordos do Mercosul. Rodrigo Cavalheiro - O Estado de São Paulo, Política. 23/052016 120

Soja tem vantagem sobre milho na fase final do plantio nos EUA. Mariana Caetano – Valor Econômico. 24/05/2016. 122

Milho é uma das principais fontes de alimento do brasileiro, com importância estratégica nas exportações do agronegócio. CNA. 24/05/2016. 124

Cooperativas seguem com exportações em expansão. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 24/05/2016. 129

Juntas, Bayer e Monsanto superam Syngenta no Brasil. Mariana Caetano – Valor Econômico. 24/05/2016. 130

Ministro Blairo Maggi viaja à China em sua primeira missão oficial ao exterior. MAPA. 24/05/2016. 132

Carne de frango se destaca nas vendas externas. Inez De Podestà – MAPA. 25/05/2016. 133

Brasil vai retomar exportações de gado para a Jordânia. Viviane Novaes - MAPA. 25/05/2016. 134

Companhia controlada por Wilmar e empresa indiana criam trading. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 25/05/2016. 135

Monsanto rejeita proposta de compra da Bayer. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 25/05/2016. 136

Exportações americanas de soja da safra 2015/16 somam 456,8 mil. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 26/05/2016. 137

Embarque deve subir 12% nesta safra, diz consultoria. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 27/05/2016. 137

Laboratório agropecuário se torna referência internacional. Cláudia Lafetá – MAPA. 27/05/2016. 138

Países da Ásia vêm ao Brasil buscar açúcar. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 27/05/2016. 139

Blairo Maggi negociará ampliação de comércio com vários países. Inez De Podestà – MAPA. 30/05/2016. 141

EUA 'sacodem' mercado de frango. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 31/05/2016. 142

Negociar é melhor que “enterrar”. Fernando Dantas – O Estado de São Paulo, Economia. 01/05/2016.

Lula orgulha-se de ter "enterrado" as negociações da Alca junto com parceiros bolivarianos, mas Brasil está cada vez mais isolado comercialmente. Para onde irá a política comercial com a prevista troca de governo?

Está no site do Instituto Lula. Em matéria de 9/9/2015, intitulada “UPA argentina recebe o nome de Luiz Inácio Lula da Silva”, pode-se ler o seguinte: “O ex-presidente lembrou que teve o privilégio de ser presidente quando Néstor Kirchner foi presidente da Argentina e que ‘foi com Kirchner, Chávez, Correa, que enterramos a Alca aqui em Mar del Plata em 2005”.

Pouco mais de dez anos depois dessa “vitória” de Lula e da trupe bolivariana, o Brasil está mais isolado comercialmente do que nunca. O multilateralismo comercial da Organização Mundial do Comércio (OMC) está enfraquecido, com a rodada Doha arrastando-se interminavelmente, e os países mais dinâmicos engajam-se em negociações de blocos regionais ou que até extrapolam este conceito – como a Parceria Trans-Pacífica (TPP), acordo comercial entre Estados Unidos e mais 11 países das Américas e da Ásia.

Enquanto isso o Brasil, orgulhoso por ter destruído a Alca – como se os brasileiros não tivessem capacidade de defender de forma eficaz os seus interesses numa negociação com a maior economia do mundo, num exemplo rematado de “complexo de vira-latas” –, ainda aposta suas fichas no Mercosul, que com muito esforço conseguiu fechar acordos com Egito, Palestina, Israel e os países do sul da África.

Com a perspectiva de mudança do governo, caso o Senado aceite julgar o pedido de impeachment, há uma expectativa de que a guinada da política econômica numa direção mais liberal estenda-se também para a política comercial. Assim, há grande curiosidade sobre quais seriam os primeiros passos do senador José Serra (PSDB-SP), caso se confirme a informação que circula de que ele será o ministro das Relações Exteriores.

José Augusto de Castro, presidente da AEB, observa que “não adianta ficar privilegiando o comércio com a África, que representa 3,5% do comércio mundial, e a América do Sul, que representa 4%, e 3% sem o Brasil – isso é focar em 6,5% e esquecer os restantes 93,5%, que estão em grande parte nos Estados Unidos, na Europa e na China”.

Castro considera que pode se abrir uma oportunidade de reformar o Mercosul, um bloco que ele acha que o Brasil não deve descartar, porque hoje a Argentina representa um dos maiores compradores de produtos manufaturados do Brasil. Para o presidente da AEB, com Mauricio Macri na presidência da Argentina e um eventual governo Temer no Brasil, abre-se o espaço para mudanças.

No limite, ele vê a alternativa de transformar o Mercosul de uma zona aduaneira numa zona de livre comércio, mas acha imprescindível que os parceiros tenham pelo menos liberdade para fazer acordos e que o próprio bloco se engaje com mais energia em negociações mais ambiciosas.

Uma prioridade de curto prazo para um novo governo, na sua visão, seria focar no acordo Mercosul-União Europeia e pensar seriamente em abrir negociações diretas com os Estados Unidos. Com o TPP e o acordo entre Estados Unidos e União Europeia, as commodities agrícolas americanas ganharão uma vantagem em relação às brasileiras, ele alerta.

Castro pensa ainda que o Brasil deveria buscar alguma forma de aproximação ou participação na Aliança para o Pacífico, que reúne Chile, Peru, Colômbia e México. Para isso, o País deveria se desvencilhar da camisa-de-força do Mercosul, que força seus membros a fazerem negociações conjuntas.

Já é tempo de o Brasil poder se orgulhar de construir, e não de destruir, negociações comerciais.

Fernando Dantas é jornalista do Broadcast

Cargill prevê investimento de R$ 600 mi no Brasil. Mônica Scaramuzzo - O Estado de S.Paulo, Economia & Negócios. 02/052016.

Infraestrutura portuária será o principalalvo da trading, 4ª maior exportadora do País

Em meio a um cenário de desaceleração da economia, que caminha para o segundo ano consecutivo de retração, a americana Cargill, uma das maiores empresas de capital fechado do mundo, planeja forte expansão no Brasil. Impulsionada pelo complexo soja (grão, óleo e farelo), que deve movimentar cerca de R$ 174 bilhões este ano, a trading prevê investimentos de, no mínimo, R$ 600 milhões neste ano, sobretudo em infraestrutura portuária.

O apetite do grupo, que saltou da sexta maior exportadora do País em 2014 para a quarta posição no ano passado, encostando na sua principal concorrente, a Bunge, terceira no ranking, tem o respaldo da matriz americana – o Brasil é o maior exportador global de grãos e é

considerado estratégico para a Cargill. “O grupo está no Brasil há 51 anos e todo investimento aqui é de longo prazo. O País é prioridade”, diz Luiz Pretti, presidente da companhia no Brasil, que faturou R$ 32,1 bilhões em 2015.

Um dos poucos setores imunes à crise, o agronegócio brasileiro da “porteira para dentro” é referência mundial em custos e eficiência, mas os desafios logísticos para escoar a produção a partir da região Centro-Oeste para o Norte ou para o Sul e Sudeste do País são grandes.

O grupo, que movimentou 28 milhões de toneladas em grãos no ano passado, deve desembolsar R$ 160 milhões no Terminal de Exportação de Santos (TES) – consórcio vencedor do leilão realizado no ano passado no maior complexo portuário da América Latina. A Cargill tem 40% da empresa, e sua parceira, a Louis Dreyfus Commodities (LDC), 60%.

Também na mesma região, a trading vai colocar R$ 18,5 milhões no Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá (Teag), em sociedade com a Biosev, controlada pela LDC. O investimento mais pesado, cerca de R$ 350 milhões, será no terminal da Cargill em Paranaguá (PR), que ainda aguarda aprovação da Secretaria Especial dos Portos.

Desafio. A companhia deverá concluir ainda nos próximos meses a ampliação do seu terminal em Santarém, no Pará. No mesmo Estado, está em construção a Estação de Transbordo de Cargas (ETC), que terá capacidade de transporte para até 3,5 milhões de toneladas de cargas por ano em transbordo de caminhões para barcaças.

É no Norte do País onde se concentra o maior desafio logístico. Para o Sul e Sudeste, o transporte de grãos é feito pela malha da Rumo ALL. “A grande dificuldade é escoar a produção de grãos lá de cima”, afirma o economista José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associados, um dos maiores especialistas em agronegócio do País. “A saída seria a Ferrogrão.”

Esse é um projeto ambicioso, do qual a Cargill e suas rivais Bunge, LDC e Amaggi, juntamente com a empresa de estruturação de negócios EDLP, entregaram no ano passado proposta de interesse para a construção do trecho de 930 km ligando os municípios de Sinop, em Mato Grosso, e Miritituba, no Pará. O estudo avalia que o investimento necessário para colocar o projeto nos trilhos é de R$ 12,5 bilhões (boa parte financiada pelo BNDES).

“A expectativa é de que esse projeto seja destravado a partir de uma eventual mudança de governo”, diz Mendonça de Barros. Pretti prefere não fazer previsões. Apesar do forte interesse na Ferrogrão, diz que, se o projeto realmente sair do papel e o consórcio do qual faz parte for o escolhido, a Cargill vai avaliar “se e como deverá participar dessa empreitada.”

Saída. Em menor escala, a busca de saída pela região Norte também é objeto de interesse da nacional Caramuru, de César Borges de Souza. O grupo já está investindo cerca de R$ 50 milhões para levar sua produção de grãos em Sorriso (MT) ao Pará.

O projeto em andamento é a construção de uma unidade de transbordo em Itaiatuba (PA) e outro no porto de Santana, no Amapá. A companhia, maior usuária do transporte de cargas por hidrovias pelo trecho Tietê-Paraná, foi abatida pela crise hídrica em 2014.

Ministério participa de AveSui América Latina. Fernanda Tallarico – MAPA. 02/05/2016.

Feira reúne setor produtivo de aves e suínos em Florianópolis (SC)

Começa nesta terça-feira (3) a 15ª edição da AvesSui América Latina - Feira da Indústria Latino-Americana de Aves e Suínos, no Centro de Convenções de Florianópolis (SC). O encontro internacional – que vai até a próxima quinta-feira (5) - reúne os principais atores do setor produtivo das cadeias de aves e suínos de diversos países.

Com a temática "Transformar, uma forma inteligente de produzir", o evento contará com seminários técnicos, exposição de produtos relacionados às diversas empresas do ramo, apresentação de trabalhos científicos, fóruns e workshops para debate dos assuntos mais atuais dessas cadeias produtivas.

Durante a feira, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) estará presente na área de exposições, junto com a Embrapa Suínos e Aves, divulgando informações sobre seus principais programas e orientando o público nas questões relacionadas aos serviços prestados à sociedade. Realizará também o Fórum sobre Suinocultura de Baixa Emissão de Carbono e Bem-Estar, como parte das políticas do Plano ABC, e o Workshop de Bem-Estar Animal, no próximo quarta-feira (4).

Sudaneses têm interesse em tecnologia agrícola brasileira. Inez De Podestà – MAPA. 02/05/2016.

Máquinas agrícolas e sistemas de irrigação estão entre as prioridades do país africano

O governo do Sudão tem interesse em conhecer tecnologias brasileiras de produção de algodão, milho e irrigação, além de máquinas agrícolas para aumentar a produtividade agrícola do país. A intenção foi manifestada pelo o vice-ministro de Agricultura e Floresta sudanês, Ali Gadoom Al Ghali Osman, durante audiência com o secretário substituto de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Odilson Ribeiro e Silva, nesta segunda-feira (2).

"A agricultura brasileira chama muita atenção pela produtividade e sustentabilidade. Países com solo e clima similares, como o Sudão, buscam inspiração na nossa tecnologia agrícola", destacou o secretário substituto da SRI.

Em 2010, o Sudão estabeleceu cooperação na área agrícola com o Brasil. Um dos resultados é o uso da tecnologia brasileira para produção de açúcar e etanol naquele país. A agricultura responde por mais de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) da nação africana.

Além do vice-ministro de Agricultura e Floresta do Sudão, participaram da missão o Embaixador do Sudão no Brasil, Hahmed Yousif Mohamed, o diretor para Agricultura e Engenharia, Hatem Merghani, e o gerente executivo da Subsecretaria de Trabalho, Salma Yousif Ahmed.

Os representantes sudaneses demonstraram interesse em voltar ao Brasil no próximo ano, acompanhados de delegação de empresários, para visitar novamente a Agrishow, em Ribeirão Preto (SP), e conhecer melhor as tecnologias adaptadas às necessidades de produção agrícola do Sudão. Além disso, os técnicos vão encaminhar ao Ministério da Agricultura temas de interesse para aumentar a cooperação no setor do agronegócio.

Produtor da UE rechaça acordo com o Mercosul. Assis Moreira – Valor Econômico. 02/05/2016.

Produtores rurais da União Europeia elevaram o tom da campanha contra um acordo de livre comércio do bloco com o Mercosul, ainda com o argumento de algo do gênero lhes causaria prejuízos bilionários. Às vésperas de uma nova rodada de discussões bilaterais

sobre o pacto, a poderosa central sindical europeia Copa & Cogeca enviou uma carta ao presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, pedindo que ele "pare de fazer concessões injustas na área agrícola nas negociações com o Mercosul".

Segundo a central, planos para retirar produtos considerados sensíveis, como a carne bovina, da lista que facilitará o acesso de produtos do Mercosul na UE serão debatidas pelos comissários europeus esta semana. Essa discussão antecede a troca de ofertas que a UE e o Mercosul decidiram promover em meados de maio. Parlamentares europeus também foram acionados pelos produtores para pressionar a Comissão Europeia a fazer um novo estudo de impacto para assegurar que um acordo com o Mercosul não prejudique o setor agrícola europeu.

Ou seja, os produtores do Velho Continente não querem acordo, porque sem concessões na agricultura o Mercosul não terá como oferecer contrapartidas aos exportadores da UE. O secretário-geral da Copa & Cogeca, Pekka Pesonen, alega que os produtores europeus passam por dificuldades, diante de preços baixos em mercados importantes com o de lácteos, e que permitir mais concorrência poderá ser desastroso. Pesonen põe em dúvida a real disposição do Mercosul de abrir seu mercado, lembrando que o Brasil acabou de impor, por mais cinco anos, sobretaxa ao leite em pó europeu.

Tradings planejam rejeitar nova soja transgênica da Monsanto nos EUA. Valor Econômico. 02/05/2016.

Empresas de grãos americanas planejam rejeitar uma nova soja geneticamente modificada da Monsanto, em meio a preocupações de que esse transgênico possa prejudicar o comércio internacional, uma vez que a tecnologia ainda não possui a aprovação da União Europeia.

Grupos comerciais representando Cargill, Archer Daniels Midland (ADM), Bunge e outras empresas de grãos reagiram à decisão da Monsanto de oferecer sua nova soja transgênica aos produtores dos EUA antes de garantir a necessária aprovação para exportar o produto aos europeus. Essas companhias estão pressionando a Monsanto a fornecer detalhes de como a múlti planeja manter a nova tecnologia fora dos canais de exportação.

A posição das tradings é um potencial golpe a um produto que a Monsanto tem apontado como um “sucesso” para os campos americanos. A meta da empresa é vender este ano aos agricultores dos EUA sementes para cerca de 3 milhões de acres (1,2 milhão de hectares) da nova soja, chamada de “Roundup Ready 2 Xtend”.

Os negociadores de grãos poderiam aceitar o novo transgênico caso a União Europeia aprove a tecnologia antes da colheita da nova safra 2016/17, no segundo semestre deste ano. A expectativa da Monsanto é que essa aprovação aconteça “no futuro próximo”, disse uma porta-voz da companhia.

De acordo com a mesma porta-voz, a Monsanto tem se comunicado de forma regular e transparente com produtores e empresas de grãos sobre o status para a regulamentação de sua nova tecnologia. Afirmou ainda que irá responder à preocupação desses grupos “oportunamente”.

Em uma carta conjunta, os líderes da National Grain and Feed Association, North American Export Grain Association e National Oilseed Processors Association disseram considerar as ações da Monsanto com relação à soja RR2 Xtend “inaceitáveis”.

A disputa reflete a crescente preocupação do mercado com a comercialização de novas tecnologias transgênicas. Estima-se que traders de grãos tenham perdido milhões de dólares no fim de 2013, depois que autoridades chinesas rejeitaram carregamentos de milho contaminados com um transgênico da Syngenta não autorizado pelo país asiático, o que levou a empresa suíça a ser processada por traders e produtores rurais.

Tradings como Bunge, ADM e Louis Dreyfus já comunicaram fornecedores dos EUA nas últimas semanas que não comprarão soja que contenha o novo gene transgênico da Monsanto.

A soja RR2 Xtend é tolerante a dois tipos de herbicidas (glifosato e dicamba), e pretende oferecer aos agricultores uma nova alternativa no combate às ervas daninhas que se tornaram resistentes ao glifosato — único defensivo a que a primeira geração da tecnologia era tolerante. A Monsanto prevê que, até 2019, dois terços dos campos de soja dos EUA sejam plantados com essa nova tecnologia.

A RR2 Xtend começou a ser vendida aos produtores americanos na atual safra 2016/17 (cujo plantio está em fase inicial), na expectativa de que a União Europeia iria aprová-la

a tempo. Diante da reação das tradings, a Monsanto tem permitido que os agricultores que adquiriram a tecnologia troquem as sementes por outras de tecnologias anteriores, já aprovadas pelos maiores importadores globais.

Lucro líquido da ADM cai 53,3% para US$ 230 milhões no 1º trimestre. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 03/05/2016.

A trading americana Archer Daniels Midland (ADM) teve um recuo significativo de 53,3% no seu lucro líquido no primeiro trimestre deste ano, na comparação com o mesmo período de 2015, com o saldo de US$ 230 milhões. Por ação, o resultado ficou em US$ 0,42 ante US$ 0,78 um ano antes, segundo balanço financeiro divulgado nesta manhã pela companhia.

A queda nos preços das commodities, associada a movimentações cambiais e a fragilidade econômica de alguns mercados, têm afetado os resultados financeiros de empresas do agronegócio como um todo, desde o segmento de máquinas agrícolas até o processamento e a comercialização de grãos.

"Condições de mercado desafiadoras continuaram a afetar os resultados da empresa no primeiro trimestre, principalmente da divisão de serviços", explicou o chairman e CEO da ADM Juan Luciano. "Volumes de exportação dos EUA baixos e margens fracas continuaram e, no trimestre, o comércio mundial também foi fraco".

Luciano afirmou também que os resultados da divisão de milho melhoraram na comparação anual, em função do desempenho dos adoçantes e amidos. Para as oleaginosas, a demanda global permaneceu sólida. No entanto, os resultados do primeiro trimestre foram impactados por margens menores no esmagamento.

O lucro operacional ajustado caiu 36% no período, para US$ 573 milhões.Já a receita global foi de US$ 14,4 bilhões, 17,8% menos na comparação anual.

Já o lucro operacional da divisão de serviços agrícolas ficou em US$ 75 milhões no trimestre, US$ 119 milhões menos que no mesmo período de 2015. A área de processamento de milho teve elevação de 16% no lucro operacional, que ficou em US$

131 milhões. A divisão de oleaginosas da ADM registrou lucro líquido de US$ 260 milhões no período atual, ante US$ 469 milhões um ano antes.

A área de ingredientes alimentícios ficou praticamente estável, com lucro operacional de US$ 70 milhões ante US$ 68 milhões no primeiro trimestre de 2015. Por fim, os lucros financeiros somaram US$ 37 milhões no período, US$ 26 milhões mais que em 2015.

Chineses acertam compra de 57% de filial da Fiagril, de MT. Fernando Lopes, Bettina Barros e Mariana Caetano – Valor Econômico. 03/05/2016.

A Fiagril Participações, holding com sede em Mato Grosso, confirmou ontem que acertou a venda de uma participação de 57% em sua subsidiária Fiagril Ltda para a chinesa Hunan Dakang Pasture Farming Co. Ltd., empresa com ações negociadas na bolsa de Xangai controlada pelo Pengxin Group. O**Valor** apurou que o negócio, que deverá ser concluído no mês que vem, foi fechado por cerca de US$ 200 milhões, parte em dinheiro e parte por meio da assunção de dívidas.

A Fiagril Ltda, cujo foco está na originação de grãos, na distribuição de insumos agrícolas e na produção de biodiesel, representa em torno de 60% dos negócios da holding que a controla, cujo valor de mercado total foi estimado em US$ 700 milhões antes da transação com os chineses e que mantém participações em coligadas como Cianport (logística), Serra Bonita Sementes, F&S Agrisolution e Bioplanta. Com o negócio, a Fiagril Ltda. passa a ser controlada pela Dakang e o restante de seu capital continua a ser dividido entre os fundadores da Fiagril Participações e a gestora americana de fundos Amerra Capital Management.

As especulações de que a Fiagril estava em busca de um "sócio estratégico" circulavam desde o fim de 2014. Outra companhia chinesa, a estatal Chinatex, que tem grande interesse no Brasil, sinalizou que poderia ser essa parceira, mas as conversas não prosperaram. Em dezembro de 2015, a americana Bunge, maior exportadora de grãos do país, entrou no páreo. Fontes próximas à Fiagril afirmam que os trabalhos de due diligence já tinham começado, mas que a Dakang "atravessou" as tratativas e deixou a "rival" para trás. Nas negociações, a Fiagril foi assessorada pelo banco de origem

holandesa Rabobank e pelo escritório Ramos e Zuanon Advogados, ao passo que a empresa chinesa contou com a assessoria do Demarest Advogados.

"Desde 2004, quando fizemos o nosso primeiro investimento externo em agricultura, percorremos um longo caminho. Nossa carteira, que envolve investimentos na pecuária de leite e de corte e na produção de grãos na América do Sul e na Oceania, será fortalecida com esse novo passo no Brasil. Estamos particularmente motivados para trabalhar junto com os múltiplos parceiros da Fiagril, tanto nas culturas de soja e milho como em logística", afirma, em comunicado, o bilionário chinês Jiang Zhaobai, presidente do Pengxin Group - deixando claro, portanto, que a parceria com o grupo brasileiro tende a ser aprofundada. Os negócios agrícolas do conglomerado chinês são concentrados na Dakang.

No mesmo comunicado, o presidente do conselho da Fiagril, Marino Franz, diz que a conclusão do acordo - anunciado dias depois da aquisição dos negócios de fertilizantes e nióbio da mineradora Anglo American no Brasil pela também chinesa CMOC, por US$ 1,5 bilhão -, "consolida a posição da empresa e amplia sua capacidade de crescimento". Ao **Valor**, o empresário confirmou que o negócio deverá ser concluído em 15 de junho.

Fontes ouvidas pela reportagem não acreditam que haverá conflitos na administração da Fiagril Ltda. com a chegada da Dakang. A tendência é que a chinesa tenha assento no conselho, mas não participe diretamente do dia a dia dos negócios, pelo menos inicialmente. Como no caso da Amerra, que se aproximou da Fiagril em 2012, com um financiamento de médio prazo para pré-pagamentos de exportação, e acabou ficando com uma participação.

Fundada em 1989 em Lucas do Rio Verde (MT), a Fiagril nasceu como revenda de insumos. Há uma década começou a negociar soja e milho, e mais recentemente partiu para biodiesel, sementes, adubos, armazenagem e logística, o que exigiu um elevado volume de recursos e restringiu sua capacidade de usar capital próprio para levar esses aportes adiante. No exercício encerrado em maio de 2015, a Fiagril Participações teve lucro líquido de R$ 30,7 milhões e receita de R$ 2,92 bilhões. A empresa movimenta cerca de 3 milhões de toneladas de grãos por ano.

No exercício 2015, a holding injetou R$ 50 milhões para elevar a capacidade de armazenagem. Na Serra Bonita Sementes, na qual detém fatia de 33%, abriu uma nova

unidade e elevou a produção para 1,5 milhão de sacas por ano. Mas uma de suas maiores apostas é a logística no Norte do país com a Cianport, empresa de navegação na qual tem participação de 40% e que atua entre Miritituba (PA) e o porto de Santana (AP). A expectativa da Cianport é que sua movimentação de grãos alcance 3,5 milhões de toneladas em 2018.

Chineses acertam compra de 57% de filial da Fiagril, de MT. Fernando Lopes, Bettina Barros e Mariana Caetano – Valor Econômico. 03/05/2016.

A Fiagril Participações, holding com sede em Mato Grosso, confirmou ontem que acertou a venda de uma participação de 57% em sua subsidiária Fiagril Ltda para a chinesa Hunan Dakang Pasture Farming Co. Ltd., empresa com ações negociadas na bolsa de Xangai controlada pelo Pengxin Group. O Valor apurou que o negócio, que deverá ser concluído no mês que vem, foi fechado por cerca de US$ 200 milhões, parte em dinheiro e parte por meio da assunção de dívidas.

A Fiagril Ltda, cujo foco está na originação de grãos, na distribuição de insumos agrícolas e na produção de biodiesel, representa em torno de 60% dos negócios da holding que a controla, cujo valor de mercado total foi estimado em US$ 700 milhões antes da transação com os chineses e que mantém participações em coligadas como Cianport (logística), Serra Bonita Sementes, F&S Agrisolution e Bioplanta. Com o negócio, a Fiagril Ltda. passa a ser controlada pela Dakang e o restante de seu capital continua a ser dividido entre os fundadores da Fiagril Participações e a gestora americana de fundos Amerra Capital Management.

As especulações de que a Fiagril estava em busca de um "sócio estratégico" circulavam desde o fim de 2014. Outra companhia chinesa, a estatal Chinatex, que tem grande interesse no Brasil, sinalizou que poderia ser essa parceira, mas as conversas não prosperaram. Em dezembro de 2015, a americana Bunge, maior exportadora de grãos do país, entrou no páreo. Fontes próximas à Fiagril afirmam que os trabalhos de due diligence já tinham começado, mas que a Dakang "atravessou" as tratativas e deixou a "rival" para trás. Nas negociações, a Fiagril foi assessorada pelo banco de origem holandesa Rabobank e pelo escritório Ramos e Zuanon Advogados, ao passo que a empresa chinesa contou com a assessoria do Demarest Advogados.

"Desde 2004, quando fizemos o nosso primeiro investimento externo em agricultura, percorremos um longo caminho. Nossa carteira, que envolve investimentos na pecuária de leite e de corte e na produção de grãos na América do Sul e na Oceania, será fortalecida com esse novo passo no Brasil. Estamos particularmente motivados para trabalhar junto com os múltiplos parceiros da Fiagril, tanto nas culturas de soja e milho como em logística", afirma, em comunicado, o bilionário chinês Jiang Zhaobai, presidente do Pengxin Group - deixando claro, portanto, que a parceria com o grupo brasileiro tende a ser aprofundada. Os negócios agrícolas do conglomerado chinês são concentrados na Dakang.

No mesmo comunicado, o presidente do conselho da Fiagril, Marino Franz, diz que a conclusão do acordo - anunciado dias depois da aquisição dos negócios de fertilizantes e nióbio da mineradora Anglo American no Brasil pela também chinesa CMOC, por US$ 1,5 bilhão -, "consolida a posição da empresa e amplia sua capacidade de crescimento". Ao**Valor**, o empresário confirmou que o negócio deverá ser concluído em 15 de junho.

Fontes ouvidas pela reportagem não acreditam que haverá conflitos na administração da Fiagril Ltda. com a chegada da Dakang. A tendência é que a chinesa tenha assento no conselho, mas não participe diretamente do dia a dia dos negócios, pelo menos inicialmente. Como no caso da Amerra, que se aproximou da Fiagril em 2012, com um financiamento de médio prazo para pré-pagamentos de exportação, e acabou ficando com uma participação.

Fundada em 1989 em Lucas do Rio Verde (MT), a Fiagril nasceu como revenda de insumos. Há uma década começou a negociar soja e milho, e mais recentemente partiu para biodiesel, sementes, adubos, armazenagem e logística, o que exigiu um elevado volume de recursos e restringiu sua capacidade de usar capital próprio para levar esses aportes adiante. No exercício encerrado em maio de 2015, a Fiagril Participações teve lucro líquido de R$ 30,7 milhões e receita de R$ 2,92 bilhões. A empresa movimenta cerca de 3 milhões de toneladas de grãos por ano.

No exercício 2015, a holding injetou R$ 50 milhões para elevar a capacidade de armazenagem. Na Serra Bonita Sementes, na qual detém fatia de 33%, abriu uma nova unidade e elevou a produção para 1,5 milhão de sacas por ano. Mas uma de suas maiores apostas é a logística no Norte do país com a Cianport, empresa de navegação na qual tem participação de 40% e que atua entre Mirituba (PA) e o porto de Santana (AP). A

expectativa da Cianport é que sua movimentação de grãos alcance 3,5 milhões de toneladas em 2018.

Chineses acertam compra de 57% de filial da Fiagril, de MT. Fernando Lopes, Bettina Barros e Mariana Caetano – Valor Econômico. 03/05/2016.

A Fiagril Participações, holding com sede em Mato Grosso, confirmou ontem que acertou a venda de uma participação de 57% em sua subsidiária Fiagril Ltda para a chinesa Hunan Dakang Pasture Farming Co. Ltd., empresa com ações negociadas na bolsa de Xangai controlada pelo Pengxin Group. O**Valor** apurou que o negócio, que deverá ser concluído no mês que vem, foi fechado por cerca de US$ 200 milhões, parte em dinheiro e parte por meio da assunção de dívidas.

A Fiagril Ltda, cujo foco está na originação de grãos, na distribuição de insumos agrícolas e na produção de biodiesel, representa em torno de 60% dos negócios da holding que a controla, cujo valor de mercado total foi estimado em US$ 700 milhões antes da transação com os chineses e que mantém participações em coligadas como Cianport (logística), Serra Bonita Sementes, F&S Agrisolution e Bioplanta. Com o negócio, a Fiagril Ltda. passa a ser controlada pela Dakang e o restante de seu capital continua a ser dividido entre os fundadores da Fiagril Participações e a gestora americana de fundos Amerra Capital Management.

As especulações de que a Fiagril estava em busca de um "sócio estratégico" circulavam desde o fim de 2014. Outra companhia chinesa, a estatal Chinatex, que tem grande interesse no Brasil, sinalizou que poderia ser essa parceira, mas as conversas não prosperaram. Em dezembro de 2015, a americana Bunge, maior exportadora de grãos do país, entrou no páreo. Fontes próximas à Fiagril afirmam que os trabalhos de due diligence já tinham começado, mas que a Dakang "atravessou" as tratativas e deixou a "rival" para trás. Nas negociações, a Fiagril foi assessorada pelo banco de origem holandesa Rabobank e pelo escritório Ramos e Zuanon Advogados, ao passo que a empresa chinesa contou com a assessoria do Demarest Advogados.

"Desde 2004, quando fizemos o nosso primeiro investimento externo em agricultura, percorremos um longo caminho. Nossa carteira, que envolve investimentos na pecuária

de leite e de corte e na produção de grãos na América do Sul e na Oceania, será fortalecida com esse novo passo no Brasil. Estamos particularmente motivados para trabalhar junto com os múltiplos parceiros da Fiagril, tanto nas culturas de soja e milho como em logística", afirma, em comunicado, o bilionário chinês Jiang Zhaobai, presidente do Pengxin Group - deixando claro, portanto, que a parceria com o grupo brasileiro tende a ser aprofundada. Os negócios agrícolas do conglomerado chinês são concentrados na Dakang.

No mesmo comunicado, o presidente do conselho da Fiagril, Marino Franz, diz que a conclusão do acordo - anunciado dias depois da aquisição dos negócios de fertilizantes e nióbio da mineradora Anglo American no Brasil pela também chinesa CMOC, por US$ 1,5 bilhão -, "consolida a posição da empresa e amplia sua capacidade de crescimento". Ao**Valor**, o empresário confirmou que o negócio deverá ser concluído em 15 de junho.

Fontes ouvidas pela reportagem não acreditam que haverá conflitos na administração da Fiagril Ltda. com a chegada da Dakang. A tendência é que a chinesa tenha assento no conselho, mas não participe diretamente do dia a dia dos negócios, pelo menos inicialmente. Como no caso da Amerra, que se aproximou da Fiagril em 2012, com um financiamento de médio prazo para pré-pagamentos de exportação, e acabou ficando com uma participação.

Fundada em 1989 em Lucas do Rio Verde (MT), a Fiagril nasceu como revenda de insumos. Há uma década começou a negociar soja e milho, e mais recentemente partiu para biodiesel, sementes, adubos, armazenagem e logística, o que exigiu um elevado volume de recursos e restringiu sua capacidade de usar capital próprio para levar esses aportes adiante. No exercício encerrado em maio de 2015, a Fiagril Participações teve lucro líquido de R$ 30,7 milhões e receita de R$ 2,92 bilhões. A empresa movimenta cerca de 3 milhões de toneladas de grãos por ano.

No exercício 2015, a holding injetou R$ 50 milhões para elevar a capacidade de armazenagem. Na Serra Bonita Sementes, na qual detém fatia de 33%, abriu uma nova unidade e elevou a produção para 1,5 milhão de sacas por ano. Mas uma de suas maiores apostas é a logística no Norte do país com a Cianport, empresa de navegação na qual tem participação de 40% e que atua entre Mirituba (PA) e o porto de Santana (AP). A expectativa da Cianport é que sua movimentação de grãos alcance 3,5 milhões de toneladas em 2018.

Exportações de lácteos para a Rússia totalizaram R$ 2,5 milhões em 2015. Cláudia Lafetá – MAPA. 03/05/2016.

Ações do Mapa visam ampliar mercados como o russo para produtos lácteos

Um dos principais alvos do esforço do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para ampliar as exportações de produtos lácteos é a Rússia. Em 2015, as exportações do setor para aquele país somaram US$ 2,5 milhões. Os resultados das ações do Mapa para intensificar os negócios com o mercado russo na área de lácteos foram apresentados durante o lançamento do Sistema de Monitoramento da Qualidade do Leite (SIMQL), nesta terça-feira (3), em Brasília.

A atuação do Mapa também resultou na habitação de 26 estabelecimentos de produtos lácteos para negociar com a Rússia. A expectativa é que o SIMQL, desenvolvido pelo Mapa em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), contribua para fortalecer as relações do país com os mercados importadores do setor de laticínios.

A meta do Brasil é triplicar o volume de embarques de lácteos para os países com maior potencial de importação, como Rússia e China. “Estamos juntos com o setor produtivo para aumentar a sua competividade”, ressaltou a secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Mapa, Tatiana Palermo.

Além da abertura de novos mercados, outro estímulo destinado às propriedades que produzem leite foi a liberação dos créditos presumidos PIS/COFINS.

Segundo a secretária de Mobilidade Social e do Produtor Rural e do Cooperativismo, Tânia Garib, em sete meses, 40 projetos submetidos ao Programa Leite Saudável totalizaram cerca de R$ 17,8 milhões em desonerações e beneficiaram 10.139 mil produtores no Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo com assistência técnica e extensão rural.

O programa concede a laticínios benefícios no recolhimento do PIS/Cofins. De acordo com a Lei 13.137/2015, os projetos são desenvolvidos por pessoas jurídicas que compram leite in natura e o processam para venda, inclusive cooperativas. As empresas têm direito a recuperar 50% da contribuição de 9,25% do PIS/Cofins, desde que destinem o

equivalente a 5% desses recursos a iniciativas que promovam a melhoria da qualidade e da produtividade dos produtores.

Cada laticínio elabora o projeto de assistência técnica rural mais adequado à sua realidade e estabelece metas e indicadores de monitoramento para atingir os objetivos, conforme os benefícios fiscais que dispõem por meio dos créditos presumidos (PIS/Cofins).

A meta do Mapa é investir R$ 387 milhões, até 2019, para promover a ascensão social de 80 mil produtores e melhorar a competitividade dos produtores brasileiros.

Foram enviados para o Mapa cerca de 207 projetos, totalizando mais R$ 90 milhões. O período de duração dos projetos é de até três anos. Empresas interessadas em mandar propostas para análise podem ter mais informações aqui.

Nos estados de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 3.620 propriedades que produzem leite estão sendo selecionadas pelo Programa Leite Saudável para receber assistência técnica gerencial.

A primeira fase do programa está sendo viabilizada com o repasse de R$ 19,356 milhões do Mapa para o Senar Nacional e a Cooperativa Cooperideal.

“Com isso, as propriedades que produzem leite receberão assistência técnica mensal por um período de 24 meses, além dos cursos de capacitação, visando melhorar a gestão da propriedade, produção de leite, implantar as boas práticas e gerar maior renda ao produtor rural”, disse Tânia Garib.

Lácteos sob pressão apesar de maior compra da China. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico. 04/05/2016.

Embora a China, o maior importador mundial de lácteos, tenha voltado a elevar suas compras no mercado internacional em março, os preços oscilaram entre estabilidade e queda no leilão de lácteos da plataforma Global Dairy Trade (GDT) realizado ontem.

As cotações do leite em pó integral fecharam a US$ 2.176 por tonelada, ligeiramente acima dos U$$ 2.156 do pregão anterior, de 19 de abril. Já o preço do leite em pó desnatado recuou, saindo de US$ 1.727 por tonelada para US$ 1.676 ontem, conforme os

dados divulgados pela plataforma. Os preços do leilão são referência para o mercado internacional.

A queda dos preços do leite em pó desnatado não surpreendeu, uma vez que os estoques do produto são grandes na União Europeia e nos Estados Unidos, observa Valter Galan, da consultoria MilkPoint. Ele acrescenta, porém, que o aumento das importações chinesas de lácteos em março seriam, em tese, um fator de alta, o que não ocorreu no leilão. Isso porque, avalia, o aumento da produção de leite na União Europeia e Estados Unidos segue pressionando o mercado.

Dados da consultoria italiana CLAL, especializada em lácteos, compilados pela MilkPoint mostram que em março, os chineses importaram um volume de 47,6 mil toneladas de leite em pó integral, alta de 31% sobre igual mês de 2015. Já as compras de leite desnatado subiram 38% na mesma comparação, para 21,42 mil toneladas.

Na visão do analista, ainda não se pode afirmar que haja uma tendência de retomada das importações chinesas. E o próprio comportamento dos preços no leilão de ontem sinaliza isso. Para Galan, os chineses podem estar aproveitando os preços baixos no mercado internacional para recompor seus estoques.

Em janeiro deste ano, o país asiático havia importado 153 mil toneladas de leite em pó integral e desnatado. O volume foi 4,4 vezes maior que o comprado em dezembro de 2015 e 49% superior ao do mesmo mês de 2015.

Mas, em fevereiro, as importações chinesas voltaram a cair. O recuo nas compras foi de 24% em relação ao mesmo mês de 2015 - saíram de 65.900 toneladas (entre leite em pó integral e desnatado) para 53.000 toneladas.

Neste ambiente de oferta elevada e demanda desaquecida, os preços internacionais do leite em pó só devem retornar aos níveis históricos - entre US$ 3 mil e US$ 3,2 mil - no fim deste ano ou início de 2017, prevê Valter Galan.

Cecafé quer ampliar oferta de informações sobre o setor exportador. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico. 04/05/2016.

O Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) lança em Santos (SP), durante o 21º Seminário Internacional de Café de Santos, seu novo plano estratégico para o período 2016 a 2018.

De acordo com o presidente do Cecafé, Nelson Carvalhaes, o objetivo é ampliar a transparência e dar mais visibilidade às ações do setor exportador do país. "O Brasil ocupa um papel importante na produção e na exportação mundial de café" e existe uma demanda "cada vez maior por informações sobre como funciona a produção no país", observa.

E dar essas informações é um dos focos do plano do Cecafé. "O Brasil é responsável hoje por 40% do consumo de café do mundo [considerando as demandas doméstica e do exterior]", justifica o dirigente. Isso equivale a uma faixa entre 56 milhões e 58 milhões de sacas de café.

Entre as medidas que fazem parte do plano estratégico estão a promoção de uma "agenda de relacionamento ainda mais proativa com autoridades nacionais e internacionais", como a Organização Internacional do Café (OIC) e a FAO, Agência para Agricultura e Alimentação da ONU. O plano prevê ainda a criação de uma biblioteca física e virtual com estudos e relatórios sobre cafeicultura; parcerias e convênios com instituições de ensino superior nacionais e internacionais e investimentos em marketing para ampliar a divulgação do café brasileiro ao redor do mundo.

Outro foco é a questão da responsabilidade socioambiental na produção de café. Segundo o Cecafé, serão ampliadas as parcerias com entidades e empresas nos treinamentos de atualização profissional. Além disso, o conselho vai ampliar o Programa Produtor Informado, que capacita cafeicultores interessados em melhorar a gestão de suas propriedades, as práticas agrícolas e a qualidade do café, preservando os recursos naturais.

De acordo com Carvalhaes, a meta é que cerca de 1.500 cafeicultores de seis Estados produtores sejam atendidos pelo programa até o fim do ano. O objetivo é ambicioso, visto que entre 2003 e 2015, ao redor de 1.200 produtores participaram do programa.

Ainda dentro do quesito sustentabilidade, a entidade que reúne exportadores está lançando "a nova identidade visual" do selo Cecafé, que servirá de "chancela" ao café exportado pelos associados. O selo sinaliza "a aplicação de preceitos éticos e de respeito ao meio ambiente e à sociedade", segundo o Cecafé.

O plano estratégico do conselho também cria um banco de dados com informações sobre exportações de café brasileiras no site remodelado do Cecafé. Uma publicação anual do relatório completo do setor exportador de café também está prevista, além da realização de seminários com foco em comércio internacional e logística.

Para o presidente do Cecafé, o plano permitirá aos exportadores atingir "o objetivo principal, que é consolidar o café nacional e sua cadeia produtiva exportadora como referências mundiais em qualidade e sustentabilidade". Ele avalia que as medidas devem colaborar para melhorar o desempenho das exportações brasileiras de café em mercados como a Ásia, para onde as vendas vêm crescendo.

Carvalhaes observa que as previsões indicam um crescimento de 2% a 2,5% na demanda mundial por café. Isso significa um incremento entre 30 milhões e 35 milhões de sacas em dez anos sobre as 150 milhões de sacas consumidas atualmente. "O setor está se estruturando para atender parte desse avanço de demanda", afirma.

Exportações de soja crescem 39,4% desde abril de 2015. CNA. 04/05/2016.

Com o saldo de US$ 4,86 bilhões na balança comercial, no último mês de abril, o Brasil obtém o maior superávit mensal de 2016. As exportações totalizaram US$ 15,37 bilhões, com US$ 10,51 de importações, conforme os dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), na segunda-feira, (02/05). O resultado é quase nove vezes superior ao obtido no mesmo mês do ano passado, quando o saldo foi de US$ 490,21 milhões. O setor agropecuário permanece como destaque na pauta de exportação, contribuindo para a melhoria da economia do país.

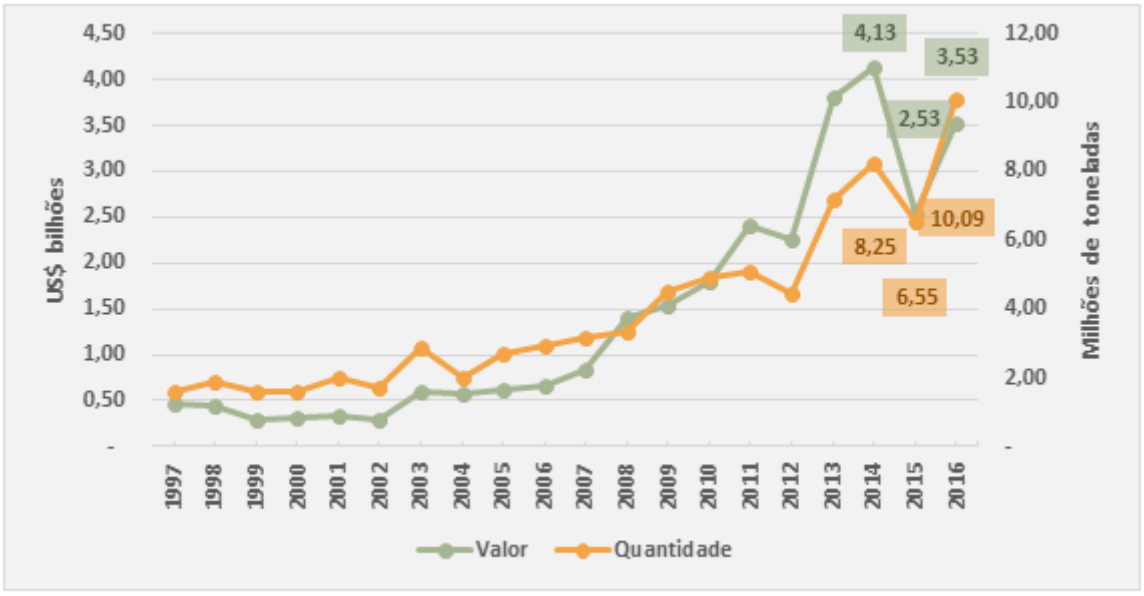
O desempenho dos 15 principais produtos do agronegócio exportados, em abril, garantiu ao país US$ 6,72 bilhões, o que representa 43,7% do total das exportações brasileiras. No mês, os destaques foram a soja em grãos (US$ 3,53 bilhões em vendas), a carne de frango (US$ 533 milhões) e o farelo de soja (US$ 452 milhões).

Com a exceção do farelo de soja, os demais produtos tiveram aumento nas exportações, frente a abril de 2015, o que indica tendência de crescimento nas vendas externas e queda nas importações. No último mês, as exportações cresceram 1,4%. Já as importações retraíram em 28,3%, em parte, por causa da alta cotação do dólar. A moeda americana,

que custou em média R$ 3,04, em abril de 2015, teve um valor médio de R$ 3,55 no mesmo mês de 2016. Simultaneamente, o esfriamento da economia brasileira tem contribuído para a redução das importações do país. Apesar disso, o MDIC revela que as importações de alimentos e bebidas ficaram praticamente estáveis no período, caindo apenas 2,3% entre os meses de abril de 2015 e 2016.

Um produto se destacou em meio aos bons resultados de exportações do agronegócio. Entre abril de 2015 e 2016, o valor das exportações de soja em grãos cresceu 39,4%. Os US$ 3,53 bilhões arrecadados com a venda da oleaginosa representaram 23% das exportações brasileiras no mês. Em volume, essas exportações somaram 10,09 milhões de toneladas, sendo as maiores em um mês de abril, desde o início da série histórica, em 1997, conforme o gráfico.

Exportações de soja em grãos em abril



Fonte: SECEX/MDIC | Elaboração: SRI/CNA

O resultado é explicado, em parte, pelo crescimento do preço internacional da soja, verificado na última semana de abril, chegando a R$ 81,91/saca no último dia 29 de abril. Esse valor foi 26% maior que no mesmo dia de 2015, segundo o indicador Soja ESALQ/BM&FBovespa – Paranaguá.

Além disso, o cumprimento dos contratos futuros, firmados no fim do ano passado, contribuiu para o desempenho das exportações, deste mês. Ainda que, entre outubro e dezembro de 2015, o preço da soja tenha atingido o seu ponto mais baixo no mercado

internacional, a desvalorização do real frente ao dólar americano fez com que o valor da saca registrasse seu maior valor no mercado interno. A boa cotação da saca incentivou o produtor brasileiro a antecipar suas vendas e a firmar contratos futuros de venda de soja, que estão sendo cumpridos neste período do ano.

Por outro lado, a moeda brasileira, que vinha perdendo valor frente ao dólar, voltou a se valorizar nos últimos meses. Essa valorização, no entanto, foi compensada pelo aumento nos preços internacionais da soja. Assim, o produtor brasileiro conseguiu manter sua rentabilidade e ampliar a quantidade de suas exportações em 25,7% frente a abril de 2015.

Além desses fatores, a variação das exportações entre 2015 e 2016 é, também, explicada por questões internas. Em abril do ano passado, importadores de soja brasileira esperavam uma safra recorde no Brasil e comercializaram menos produtos naquele mês, na expectativa de uma redução futura nos preços, decorrente do aumento da oferta, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA). Entretanto, houve atraso na colheita, greve dos caminhoneiros e o incêndio na região do Porto de Santos, o que prejudicou os embarques de soja naquele ano.

O crescimento nas exportações de soja em abril de 2016 se deveu, portanto, a uma combinação de diversos fatores, domésticos e internacionais, contribuindo para melhorar ainda mais a situação do exportador brasileiro, que bate recordes de vendas externas de soja.

Lucro global da ADM caiu 53,3% no 1º tri, para US$ 230 milhões. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 04/05/2016.

A americana Archer Daniels Midland (ADM), uma das maiores empresas de agronegócios do mundo, registrou uma redução significativa, de 53,3%, em seu lucro líquido no primeiro trimestre deste ano na comparação com o mesmo intervalo de 2015, para US$ 230 milhões. Por ação, o resultado recuou para US$ 0,42, ante US$ 0,78 um ano antes.

Em balanço divulgado ontem, a companhia reportou, ainda, uma queda de 36% no lucro operacional ajustado no período, para US$ 573 milhões. A receita global da múlti, por sua vez, totalizou US$ 14,4 bilhões no trimestre, baixa de 17,8% na comparação anual.

"Condições de mercado desafiadoras continuaram a afetar os resultados da empresa no primeiro trimestre, principalmente da divisão de serviços agrícolas", disse o chairman e CEO da ADM Juan Luciano, em comunicado que acompanhou o balanço.

Exportações de soja do país já cresceram 37% neste ano. Mariana Caetano – Valor Econômico. 04/05/2016.

O Brasil exportou um volume recorde de soja em grão em abril, com um total de 10,32 milhões de toneladas, informou ontem a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec). Com isso, nos quatro primeiros meses do ano, o país já enviou ao exterior 23,6 milhões de toneladas da oleaginosa, alta de 36,8% em relação ao mesmo período de 2015, conforme a associação.

O número indicado pela Anec para o mês passado é ligeiramente superior às 10,08 milhões de toneladas divulgadas na segunda-feira pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic). A diferença entre os dois dados existe em decorrência das metodologias usadas. A Secex baseia-se nos carregamentos efetivados que geraram documentos oficiais de exportação, enquanto a Anec leva em consideração os line-ups (programações de embarques nos portos do país).

Até então, segundo a Anec, o maior volume de soja movimentado em um único mês havia sido em abril de 2015, quando foram embarcadas 9,2 milhões de toneladas

Do porto de Santos (SP), saiu a maior parte da soja exportada no mês passado - 33%, ou 3,43 milhões de toneladas. De janeiro a abril, o porto paulista respondeu por 39% dessas movimentações, seguido por Paranaguá (PR) e Rio Grande (RS), com 19% e 10%, respectivamente. Já os portos do Norte responderam por 22% da soja exportada no período.

Entre os destinos, não houve surpresas: a China seguiu na liderança, recebendo 80% da soja que deixou o Brasil este ano.

No caso do milho, as exportações brasileiras totalizaram 7,4 milhões de toneladas de janeiro a abril, alta de 139,3% ante o mesmo período de 2015, segundo a Anec. Apenas

em abril, foram 187 mil toneladas, bem abaixo das 367,6 mil toneladas apontadas pela Secex.

A Anec manteve a estimativa de que o Brasil deve encerrar 2016 com a exportação de 57 milhões de toneladas de soja, 7% acima do ano passado, e um volume praticamente estável de milho, de 30 milhões de toneladas.

Cargill vende sua divisão de molhos nos EUA para a Ventura Foods. Bettina Barros – Valor Econômico 04/05/2016.

A Cargill, maior empresa do agronegócio no mundo, vendeu sua divisão de molhos e maionese para a Ventura Foods, da Califórnia. O negócio faz parte do processo de reestruturação em curso da Cargill, que vive um momento perdas financeiras diante do cenário de economias emergentes fracas e queda nos preços das commodities.

Em comunicado divulgado hoje, a companhia anunciou que a Ventura ficará com a fábrica em Port St. Lucie, na Flórida, e praticamente todos os equipamentos das fábricas em Sidney, Ohio, Gainesville e na Geórgia. A ex-divisão da Cargill fornece molhos, temperos para salada e maionese para o setor de "food service" (restaurantes e afins) e distribuidores.

Com a venda, a Cargill afirmou que poderá focar seus esforços em seu "core business", como o segmento de grãos e óleos. A Ventura é uma joint venture da CHS e a Mitsui.

Maior demanda por frangos criados lentamente força mudanças no setor. Kesley Gee – Valor Econômico. 05/05/2016.

A indústria do frango dos Estados Unidos passou anos tentando descobrir como fazer suas aves crescerem rápido. Agora, alguns de seus clientes estão procurando produtores dispostos a tirar o pé do acelerador.

Um frango comercial típico foi criado para crescer o dobro do que as aves de 50 anos atrás e em cerca da metade do tempo. O ritmo mais rápido significou economias grandes e margens de lucros mais altas para os frigoríficos.

Mas, agora, empresas americanas como o Whole Foods Market Inc. e a Starbucks Corp. apostam que os consumidores estão dispostos a pagar mais por frangos criados em um ritmo mais lento.

A maior demanda por carne de animais criados mais devagar reflete uma mudança mais ampla no gosto do consumidor, que agora busca alimentos e práticas agrícolas mais naturais e humanas. O debate sobre como os alimentos deveriam ser produzidos deu força a uma avalanche de mudanças sendo feitas por empresas produtoras de carnes, que por décadas trabalharam para reduzir seus custos e aumentar a produção.

"Esta é uma decisão sobre o bem-estar do animal e sobre o perfil do sabor" do frango, diz Theo Weening, comprador de carnes do Whole Foods, acrescentando que ele imagina um programa de marketing semelhante ao selo "Label Rouge" usado na França, que certifica a qualidade de alimentos, incluindo frutos do mar, e outros produtos agrícolas como flores.

O custo de produção da carne de aves criadas mais devagar, frequentemente em espaços abertos, pode ser de 20% a 300% mais alto que o preço do frango convencional, de acordo com economistas do setor agrícola.

"A maioria das pessoas não está disposta a gastar este [...] dinheiro para ter frango na mesa", diz Jerry Moye, líder da empresa americana de reprodução de animais Cobb-Vantress Inc., que é de propriedade da Tyson Foods Inc.

Três empresas de reprodução de animais - a Aviagen Inc., também americana, a Cobb-Vantress e a Hubbard, uma unidade da francesa Groupe Grimaud La Corbière - fornecem genética para a maior parte dos produtores mundiais de frango. E essas empresas afirmam que têm enfatizado características como ganho de peso rápido para reduzir os custos e produzir carne mais barata.

Criadores de aves afirmam que tais qualidades são combinadas a características como força cardiovascular e dos ossos para garantir uma saúde melhor para os frangos, uma resposta a problemas passados, como ataques cardíacos e deformidades nas pernas.

As empresas reprodutoras acrescentam que a atual conversão alimentar do frango - sua habilidade de ganhar mais peso com menos ração - em comparação à vaca e ao porco

torna a ave ideal para alimentar uma população mundial crescente, que está incorporando mais proteína à sua dieta.

A produção mundial de frangos deve subir para o recorde de 89,7 milhões de toneladas neste ano, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA.

Empresas como a Nestlé SA e a Compass Group PLC - de propriedade da Bon Appétit Management Co. - estão pressionando fornecedores a evitar os progressos genéticos recentes, argumentando que décadas de reprodução seletiva resultaram em doenças dolorosas e problemas musculares, além de tirar o sabor da carne.

Elas estão se voltando para raças como as "JA57", aves híbridas que são criadas em alguns lugares por no mínimo 81 dias, de acordo com a Hubbard, dona destas variedades. Outras raças, como a Rowan Ranger, de propriedade da Aviagen, chegam ao seu tamanho adulto em cerca de 56 dias, duas semanas e meia a mais que o tempo levado pelas aves convencionais da empresa para atingir o mesmo peso.

O Whole Foods espera levar cerca de oito anos para fazer a transição até que suas prateleiras de aves frescas tenham exclusivamente raças de frangos criados lentamente. Isso vai envolver repovoar fazendas com aves que crescem cerca de 23% mais devagar que o padrão atual da indústria, ou cerca de 50 gramas por dia, de acordo com a organização sem fins lucrativos Global Animal Partnership (GAP), que certifica os fornecedores de carne para o varejo.

Isso, em parte, porque a oferta atual de frangos de crescimento lento é insignificante, com estimativas variando de 1% a 3% do total da oferta global de aves comerciais.

A Bon Appétit Management, que usa cerca de 45 mil toneladas de frango anualmente nos restaurantes corporativos e outros estabelecimentos que opera, diz que está trabalhando com produtores para avaliar se pode aumentar suas compras de frangos de crescimento mais lento.

O cronograma é prático porque "não há um fornecimento imediato para a qual podemos mudar", diz Maisie Ganzler, diretora de estratégia da empresa, acrescentando que ela espera que mais companhias alimentícias façam anúncios semelhantes nos próximos anos.

A empresa de genética Hubbard é a maior fornecedora mundial de frangos de crescimento lento por vendas, de acordo com a própria companhia, em parte porque o movimento para preservar as qualidades da criação tradicional de frangos começou na França.

Os produtores franceses de frango adquirem variedades "com base em fatores culinários, como gosto e tradição", diz Paul van Boekholt, diretor das operações da Hubbard no norte europeu, acrescentando que a empresa preservou o manancial genético das aves de crescimento lento por mais de 50 anos. A empresa tem testemunhado um forte crescimento em anos recentes, na esteira de batalhas pelo bem-estar animal travadas por consumidores na Holanda e Grã-Bretanha, diz van Boekholt.

Outras empresas reprodutoras, líderes no segmento de variedades usadas por frigoríficos como Tyson e Perdue Farms Inc., estão menos otimistas sobre o futuro das aves de crescimento lento, que poderiam elevar os preços ao consumidor e demandar o uso de mais recursos.

"A conversão alimentar não é simplesmente uma consideração de custo, mas tem sérias implicações para nosso meio ambiente", diz Derek Emmerson, diretor de pesquisa e desenvolvimento da Aviagen, explicando que os frangos de crescimento rápido requerem menos ração e água e geram menos refugo.

De qualquer forma, as três reprodutoras de frangos afirmam que estão preparadas para oferecer os recursos genéticos, caso seus clientes decidam fazer a mudança.

"Se você me disser como gostaria que um frango se parecesse, eu vou ter satisfação em discutir como chegar lá", diz Moye, da Cobb-Vantress.

Tempos difíceis para as grandes múltis agrícolas. Gregory Meyer e Neil Hume – Valor Econômico. 05/05/2016.

Um período recente de condições climáticas adversas prejudicou as safras de milho e soja na América do Sul e trouxe algum otimismo para as maiores tradings de commodities agrícolas do mundo. Mas, ainda que os preços desses grãos tenham reagido positivamente às intempéries na Argentina e no Brasil, ainda são grandes os desafios que empresas como ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus e Glencore enfrentam para preservar suas margens

de lucro, já que produções globais robustas nas últimas temporadas ampliaram estoques e afetaram o comércio.

Como salientou o CEO da americana Bunge, Soren Schroder, as coisas não ficaram "fáceis e com grandes margens" por causa dos problemas sul-americanos. Mas houve um "movimento", disse o executivo, e "isso geralmente é bom para companhias como a nossa". Além do crescimento da oferta nos últimos anos, as tradings também acusaram os reflexos da desaceleração econômica dos países emergentes, principalmente a China, sobre o ritmo de avanço da demanda. O segmento fez pesados investimentos em portos e plantas de processamento, mas parte desses ativos tem operado com ociosidade.

"Não é um cenário fácil para uma trading agrícola", disse no mês passado G. J. van den Akker, chefe da divisão de "supply chain" da também americana Cargill, maior empresa de agronegócios do mundo. Na terça-feira, foi a vez de a ADM, outra grande múlti com sede nos EUA, revelar as consequências financeiras dessas condições difíceis. A companhia informou que fechou o primeiro trimestre do atual exercício com lucro líquido de US$ 230 milhões, 53% menor que no mesmo período do ano passado, e atribuiu parte da queda ao recuo dos volumes das exportações americanas e a perdas observadas em sua mesa de negociação de commodities agrícolas.

Os traders frequentemente afirmam que prestam pouca atenção se os preços de determinados produtos estão altos ou baixos, já que estão de olho nas diferenças entre onde e quando os grãos serão comprados e vendidos. Mas a retração das cotações das commodities agrícolas nos últimos anos está encorajando agricultores de alguns países a segurarem suas produções até uma recuperação mais consistente, e isso não é bom para as tradings. E, em meio aos problemas, surgiram até casos de excesso de infraestrutura logística.

A Bunge e a japonesa Itochu, por exemplo, apostaram firmemente na demanda asiática e abriram em 2012, no Estado de Washington, o primeiro novo terminal de exportação de grãos dos EUA em 25 anos. Mas os embarques de trigo, milho, soja em grão e farelo de soja no porto que abriga o terminal diminuíram 29% por conta da retração da demanda e da alta do dólar, o que desanimou os parceiros.

Os lucros líquidos de muitas tradings atingiram seus picos entre 2010 e 2011, depois que a Rússia proibiu as exportações de cereais em resposta a uma onda de calor e abriu

caminho para grandes oscilações nos preços dos grãos. A Cargill, por exemplo, registrou lucro operacional ajustado de mais de US$ 3 bilhões no exercício 2011, 38% maior que o de 2015. No último ano, a companhia centralizou a administração e reformulou sua carteira. Saiu de linhas que incluíam aço, fundos de hedge e carne suína nos EUA e adquiriu negócios onde vislumbra demanda mais forte, como ração para salmão. Na terça-feira, a múlti anunciou a venda dos negócios de condimentos, molhos e maionese.

Em resposta ao que chamou de "cenário de baixa", a Louis Dreyfus, por sua vez, reduziu os investimentos em 30% em 2015, para US$ 420 milhões. Gonzalo Ramírez Martiarena, CEO da companhia, afirmou no mês passado que antevê grandes mudanças no mercado. "Este será mais um ano de grande oferta", acrescentou. Mas os que apostam na alta dos preços realçam as boas perspectivas de longo prazo para as tradings. Eles afirmam que a demanda por alimentos vem crescendo inexoravelmente, aumentando a dependência mundial dos embarques de grãos. Assim, tradings com ativos difíceis de serem substituídos vão, em algum momento, se beneficiar.

Foi essa visão que ajudou a Glencore a vender no mês passado uma participação de 40% de suas operações agrícolas para o maior fundo de pensão do Canadá, por US$ 2,5 bilhões. Uma visão menos otimista sugere que as tradings agrícolas viveram um boom na década anterior devido a fatores que não deverão se repetir, como a ascensão da China à condição de potência econômica e o surgimento de políticas de apoio a biocombustíveis em diversos países.

Em outra frente, novidades como os softwares de rastreamento de navios e o acompanhamento por satélite de condições de safras também corroeram o valor do "conhecimento" das tradings sobre os fluxos das commodities, como nota Richard Payne, da Accenture Consulting, ex-executivo da Cargill. Mas, mesmo em meio a tantas mudanças, agricultores e executivos das tradings neste momento estão, como sempre, atentos ao clima, já que o plantio da safra 2016/17 de grãos no Hemisfério Norte está em andamento. E, diante de safras menores na América do Sul, as esperanças foram renovadas. Mas sem euforia. "Estamos cautelosamente otimistas", afirmou Juan Luciano, CEO da ADM. (Tradução de Mario Zamarian)

Estratégia – comércio exterior. Roberto Macedo. O Estado de São Paulo, Opinião. 05/05/2016.

O comércio exterior é de grande importância para um país. Das exportações vêm recursos para importar, o que gera ganhos do comércio para os dois lados. Em geral exportamos o que produzimos com maior eficiência com nossos recursos e importamos o que outros países conseguem fazer da mesma forma com os seus. Essa especialização aumenta a produção mundial. No detalhe, traz ganhos de escala para os setores exportadores e dissemina avanços tecnológicos que vêm com as importações. Parte destas é insumo de exportações.

Na nossa História o comércio externo teve enorme importância, com a venda de produtos básicos gerando recursos para comprar manufaturados, que também passaram à exportação, mas ainda hoje com desempenho insatisfatório. Com o avanço da indústria local e do mercado interno, o comércio exterior passou a segundo plano e, vez por outra, tivemos crises cambiais, na forma de falta de divisas para importar e pagar dívidas externas.

Na década passada houve forte expansão do comércio internacional puxada pela China e o Brasil acumulou reservas suficientes para afastar esse tipo de crise. Um aspecto importante da atual crise econômica é que não é também cambial. Felizmente.

O foco no mercado interno e no protecionismo industrial afastou-nos de maiores ganhos comerciais externos, o que foi reforçado nos últimos 13 lamentáveis anos de governos petistas. Focaram muito em parceiros bolivarianos da América Latina e em países subdesenvolvidos da Ásia e da África, distantes dos mais relevantes nas trocas internacionais.

Recentemente, na Associação Comercial de São Paulo, tive o privilégio de assistir a uma palestra do embaixador Rubens Barbosa, que domina muito bem as questões ligadas ao comércio internacional. Entre outros aspectos, ressaltou que nosso setor industrial continua focado em questões tarifárias, enquanto o mundo dos países desenvolvidos e de vários emergentes se moveu para acordos e tratados bilaterais e regionais, nos quais o que mais pesa são outras regras do jogo. Entre elas, para investimentos, serviços, normas técnicas de produtos e proteção a consumidores e trabalhadores.

Os governos petistas também apostaram forte nas negociações multilaterais da Organização Mundial de Comércio (OMC), que não avançaram. Enquanto isso, nos últimos dez anos nela foram registrados cerca de 400 acordos bilaterais, regionais e inter-regionais. E em 2015 veio um enorme, o da TPP (Parceria Interpacífico), ainda por consolidar, com 12 países que têm cerca

de 40% da produção mundial, entre eles EUA, Japão, Chile, México e Peru. Barbosa entende que esse acordo servirá de modelo a outros negociados fora da OMC, regionais, e não apenas bilaterais.

Mas não estamos no Mercosul? Além de significar pouco em escala mundial, ele limita nossos movimentos comerciais. Também se tornou politizado, a ponto de discutir o impeachment de Dilma no seu âmbito, embora seu tratado diga que seu propósito é liberalizar o comércio e abrir mercados.

Seus acordos vigentes são com a Índia e Israel. E, em fase de ratificação, com Palestina, Egito e Sacu (a União Aduaneira de Países do Sul da África). Há tempos o bloco tenta sem sucesso um acordo com a União Europeia. Há a esperança de algo mais forte do que ele no âmbito da Aladi, que reúne 13 países latino-americanos. Se todos os acordos firmados no seu âmbito forem cumpridos, em 2019 virá uma área maior de livre-comércio, ou seja, sem tarifas. Mas o atual governo não se empenha suficientemente nessa direção.

Outra esperança está na ascensão de Mauricio Macri à Presidência da Argentina, com mentalidade muito mais aberta que a do casal Kirchner. Na área do Mercosul há um enorme potencial para produção de alimentos e energia, para o que também é indispensável avançar na infraestrutura. Barbosa destacou que a abertura de uma rodovia de boa qualidade para o Peru intensificou bastante o comércio com esse país. Sei que há até linha de ônibus entre São Paulo e Lima desde 2010 e recentemente foi criada outra, partindo do Rio de Janeiro. Integrar é também abrir estradas, construir pontes e tudo aquilo por onde passa o comércio.

O que fazer? Barbosa sugere ser preciso blindar a questão comercial da influência político-partidária; ajustar nossa tradição de proteção tarifária às novas formas de negociação internacional; terminar o isolamento do Brasil dos fluxos dinâmicos do comércio internacional e das cadeias produtivas, com forte empenho na negociação de acordos de maior amplitude.

Diante disso há desafios internos. Entre eles, é preciso que nossos industriais se tornem conscientes da necessidade dessa reinserção e abandonem sua antiga visão limitada a questões tarifárias. Cabe também buscar o acesso à inovação e às tecnologias das cadeias produtivas globais, envolver mais as empresas multinacionais no esforço exportador, reduzir o custo Brasil (impostos, má infraestrutura, burocracia da exportação, etc.); e incentivos transparentes e para cumprir metas, sem o governo escolher os “campeões” de sua predileção. E, ainda, rever a forma como o governo atua na promoção do comércio exterior.

Há, assim, muito por fazer. Por onde começar? O fundamental é mudar a mentalidade tarifária e procurar reagir às grandes transformações verificadas nas negociações comerciais. Por séculos o País se acomodou em ver seus produtos comprados por interessados. É preciso passar à condição de vendedor atuante, competitivo e sabedor do que se passa na multidão de compradores.

Este artigo integra série sobre uma estratégia para o País diante da crise atual. O primeiro é de 19/11/15 e os demais são encontrados emopiniao.estadao.com.br/artigo-de-opiniao/, na primeira e terceira quintas-feiras de cada mês, com títulos iniciados pela palavra estratégia.

*Roberto Macedo: Economista (UFMG, USP e Harvard), Consultor econômico e de Ensino Superior.

Países da Unasul conhecem políticas de segurança alimentar e nutricional do Brasil. Site do MDS, 09/05/2016.

COMBATE À FOME

Encontro é preparatório para XI Seminário Internacional Políticas Sociais para o Desenvolvimento, que começa nesta terça (10), em Brasília

Brasília – Representantes de 12 países da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) estão reunidos nesta segunda-feira (9) para conhecer as ações e políticas de segurança alimentar e nutricional que tiraram o Brasil do Mapa Mundial da Fome. O encontro é uma prévia do *XI Seminário Internacional Políticas Sociais para o Desenvolvimento*, que será realizado de terça (10) a sexta-feira (13), em Brasília, com a presença de delegações de 66 países.

O representante da FAO no Brasil, Alan Bojanic, elogiou o modelo de segurança alimentar e nutricional desenvolvido no país. “São políticas que funcionam e programas de educação que se completam com os programas sociais.”

A partir de 2004, o governo brasileiro assumiu o problema da fome como uma agenda central e elaborou e executou um conjunto de políticas que permitiram que o país pudesse realmente alterar de forma estrutural a realidade das pessoas, acabando com a dependência da doação de alimentos. “A política de valorização do salário mínimo, o programa de transferência de renda e o acesso ao trabalho formal proporcionaram o aumento de renda da população”, afirmou a secretária nacional interina de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Lilian Rahal.

Como resultado, o Brasil é um dos oito países do mundo em que a insegurança alimentar severa, onde a privação de alimentos é grave, é inferior a 0,5% de sua população de 15 anos ou mais de idade. E, para superar de vez esta situação, um dos desafios é atender aos povos e comunidades tradicionais, afirmou a secretária nacional interina. “Os índices que ainda são ruins estão concentrados nessas populações.”

Lilian ainda apresentou as metas para os próximos anos. “Melhorar o acesso à alimentação de qualidade, implantar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) em todas as esferas de governo e implementar estratégias intersetoriais de combate ao sobrepeso e à obesidade.”

Ela relatou o histórico da institucionalidade de segurança alimentar e nutricional no Brasil, que começou com a criação da estratégia Fome Zero, passando pela reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) até a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), que incluiu na Constituição Federal o direito à alimentação.

A articulação e a elaboração dos planos voltados para a área de segurança alimentar e nutricional têm como responsáveis 20 ministérios que compõem a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). Lilian Rahal destacou a importância da participação da sociedade civil em todas as discussões de elaboração das políticas e das ações sobre o tema. “Foi sempre muito importante o papel da sociedade civil para trazer o tema de segurança alimentar e nutricional ao governo.”

Seminário – O *XI Seminário Internacional Políticas Sociais para o Desenvolvimento*, terá a participação de 240 pessoas de 66 países, entre delegações de governos e representantes de embaixadas. Nos dois primeiros dias, o governo federal vai apresentar as políticas que permitiram ao Brasil sair do Mapa Mundial da Fome e que reduziu a extrema pobreza em quase 70% nos últimos 13 anos. Os participantes do evento ainda farão visitas de campo, onde poderão conhecer o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e o Centro de Referência da Assistência Social (Cras).

O seminário conta com o apoio do Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, da Iniciativa Mundo Sem Pobreza (WWP), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

Recuperação do preço das commodities é incerta. Márcia De Chiara - O Estado de São Paulo, Economia. 09/05/2016.

Alta das commodities que ajudou a balança comercial é baseada em especulação; matérias-primas não agrícolas subiram mais de 20% nos últimos dois meses e as agrícolas tiveram alta de 7%

Um saldo comercial de US$ 13,2 bilhões acumulado até abril, o maior para o período em quase 30 anos, é um dos poucos bons resultados que o novo governo vai herdar do atual. Na semana passada, quando foi conhecido o superávit da balança comercial de abril, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior chegou a projetar que o saldo deste ano poderá bater o recorde de US$ 50 bilhões.

Mas atrás desses números favoráveis há muitas incertezas. Primeiro porque o efeito da recessão, por meio da queda nas importações, foi o fator que mais pesou para saldo comercial robusto do primeiro quadrimestre. O segundo fator, que foi a recuperação dos preços das commodities e que ficou nítido na balança comercial em abril, ainda é incerto.

Só nos últimos dois meses as commodities não agrícolas, capitaneadas pelo petróleo e minério de ferro, tiveram uma valorização superior a 20% em dólar, segundo índice de preços calculado pela MacroSector Consultores. No caso das matérias primas agrícolas, que incluem soja, carnes,

açúcar e café, por exemplo, a alta acumulada foi de 7% em igual período. O índice é apurado levando-se em conta o peso de cada matéria prima na balança comercial.

“Essa alta de preço das commodities é fundamentalmente financeira”, afirma Fabio Silveira, sócio-diretor da consultoria e responsável pelos índices de preços das commodities. Em razão dos resultados recentes, ele ampliou de US$ 32 bilhões para US$ 40 bilhões a estimativa de saldo comercial para este ano e considera a previsão de US$ 50 bilhões “um pouco forte”.

Silveira explica que, diante do grande volume de dinheiro disponível para investimentos circulando na economia mundial e da indicação de que o banco central dos Estados Unidos, o Fed, não suba os juros tão cedo por conta do fraco desempenho da economia americana, os investidores decidiram apostar nas commodities. E essa grande demanda por papéis atrelados a esses produtos elevou os preços das matérias primas.

Avaliação semelhante é feita pelo presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro. “O que se sabe é que a alta das commodities é especulação. Agora, até onde vai não se sabe”, ressalta o economista. Segundo ele, o resultado positivo das commodities que apareceu na balança comercial de abril deve continuar em maio e junho, por causa da defasagem que há entre o fechamento dos negócios e o resultado efetivo nas exportações.

“O segundo semestre será uma incógnita porque não se sabe o que vai acontecer principalmente com a China, que é uma grande compradora de matérias-primas”, diz Castro. O presidente da AEB espera que o ano encerre com saldo comercial de USS$ 42 bilhões, no mínimo.

Para o economista da Tendências Consultoria Integrada, Silvio Campos, o Fed deve voltar a subir os juros no segundo semestre e isso deve impor limite à recuperação dos preços das commodities. “A China é um fator que deve provocar alguns sustos”, alerta. Ele acrescenta que, além do fator especulativo que pesou na alta das commodities nos últimos meses, o fato de o governo da China ter dado alguns estímulos à economia, via crédito, reduziu temporariamente a preocupação com a demanda de matérias-primas por parte daquele país. Por causa do desempenho do primeiro quadrimestre, a consultoria está revisando para cima a projeção de saldo comercial de US$ 41,8 bilhões para 2016.

Inflação. O impacto favorável do avanço dos preços das commodities na balança comercial e nas contas externas do País também tem um lado desfavorável, que é a pressão nos preços do

mercado interno e, por tabela, na inflação. “Tem uma lenha na fogueira da inflação, que deve aparecer no segundo semestre”, prevê Silveira.

Segundo ele, o benefício da baixa de preços proporcionado pela recessão não será atingido plenamente por causa da pressão das cotações das commodities. A sua projeção inicial, de que a inflação neste ano ficaria entre 6,5% e 7%, deve ser superada. “O IPCA deve ficar entre 7% e 7,5% em 2016. Tem petróleo e derivados subindo, além preços agrícolas.”

Consumo interno forte limita exportações de café da Etiópia. Katherine Dunn – Valor Econômico. 09/05/2016.

Um conflito está em ebulição para ver quem fica com os melhores grãos de café da Etiópia.

O governo desse país da África Oriental precisa de dólares para obras de infraestrutura e, por isso, tem metas ambiciosas de aumentar as exportações de café arábica, beneficiando-se da demanda mundial por seus grãos de alta qualidade.

Mas os etíopes, os maiores consumidores de café do continente, querem manter os grãos em casa. Com o aumento da renda nas cidades do país, os consumidores estão mais exigentes quanto à qualidade do café que consomem.

"Na maioria dos casos, o preço doméstico é mais alto do que os preços internacionais", disse Fikru Amenu, representante da Autoridade Etíope de Desenvolvimento e Marketing do Café e do Chá, durante a Conferência Mundial do Café, que foi realizada em março em Adis-Abeba, a capital do país. "Só estamos tentando convencer [os negociantes] a exportar por causa" dos dólares, acrescentou.

Acredita-se que o café tenha se originado na região etíope de Kaffa, onde foi descoberto por um pastor de cabras chamado Kaldi, cujos animais ficaram energizados depois de comer os grãos. O café tem um papel importante na vida cultural e social da Etiópia: cerca de metade de toda a safra do país é consumida internamente, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, o USDA.

Mas ele também é uma salvação econômica: é o principal produto de exportação e responde por um terço das reservas estrangeiras do país, afirma o USDA. A Etiópia quer

aumentar as exportações para financiar projetos de infraestrutura, incluindo um sistema de trem de superfície na capital e uma represa no rio Nilo.

O governo espera elevar as reservas estrangeiras provenientes das exportações de café para cerca de US$ 880 milhões no ano fiscal que se encerra em julho, um salto de quase 13% em relação ao ano anterior, disse Amenu.

Para isso, disse, os comerciantes precisariam exportar pelo menos 206 mil toneladas da commodity, 12% a mais que no ano anterior, e converter parte dessas exportações para cafés especiais e mais caros. Os preços globais do café caíram mais de 10% nos últimos 12 meses.

O governo já restringe o mercado doméstico. Só grãos de qualidade inferior - quebrados ou danificados pela humidade e por insetos - podem permanecer na Etiópia. Exportadores que violem as regras podem ser multados em mais de US$ 2 mil e condenados a até cinco anos de prisão.

Esses esforços geraram resultados parciais. O USDA prevê que as exportações desta safra podem ser recorde e que as restrições no mercado local poderiam fazer o consumo interno cair um pouco.

Mas a Etiópia vem tendo dificuldade para ampliar sua colheita. A maioria dos produtores consiste em pequenos donos de terras que usam métodos básicos de cultivo. A safra deste ano deve ficar em 390,5 mil toneladas - quase o mesmo volume da anterior, segundo o USDA - ou ser ainda menor por causa do fenômeno El Niño.

Para realmente aumentar as exportações, os etíopes teriam de beber muito menos café, algo que muitos dizem ser praticamente impossível.

"Se você disser para um etíope não beber café, ninguém vai ouvir", diz Wondwossen Meshesha, que tem 28 anos e é gerente de operações da Tomoca Coffee, um negócio familiar que inclui uma torrefadora e uma rede de cafeterias famosa por seus grãos recém-torrados.

Cinco anos atrás, a empresa fundada há 63 anos tinha apenas uma loja estreita na praça central de Adis-Abeba. A empresa também torrava cerca de uma tonelada de café por dia, diz Mashesha.

Hoje, a Tomoca tem seis cafés espalhados pela cidade e torra um volume dez vezes maior, diz ele. "Nós tivemos de esperar muito tempo até que [os etíopes] ganhassem seu próprio poder de compra", acrescenta.

Ao longo da última década, a Etiópia se tornou uma das economias que mais crescem na África, expandindo-se a uma média anual de mais de 10%, segundo o Banco Mundial. Mas o rápido crescimento tem sido acompanhado por uma repressão à dissidência e à oposição política.

O crescimento econômico deu impulso a uma proliferação de cafeterias em Adis-Abeba e de barracas que vendem café nas estradas próximas à capital.

"A demanda é tão forte que os etíopes beberiam todo o seu café se pudessem", diz James Kanagwa, representante no país do banco pan-africano Ecobank.

"Não é do interesse do governo estimular o consumo interno", diz Kanagwa. "De onde virá a moeda estrangeira se eles não tiveram nada para exportar?"

Apesar de a demanda por cafés especiais estar criando um mercado para o produto etíope, a campanha de exportação da Etiópia enfrenta, por outro lado, um acirramento da concorrência internacional. De fato, a desvalorização das moedas dos maiores produtores de café arábica do mundo vem incentivando seus cafeicultores a exportar.

As exportações de café do Brasil, por exemplo, o maior produtor mundial, atingiram níveis recorde e empurraram os preços globais do produto para baixo, à medida que o real recuou mais de 30% ante o dólar em 2015.

A Etiópia também compete com outros produtores africanos, como o Quênia e a Tanzânia, na exportação de grãos de alta qualidade. Mas as pessoas nestes países bebem chá, reservando o café para a exportação.

Sem ganhos de produção e com a concorrência em alta na África, a Etiópia pode simplesmente decidir elevar os preços.

Alguns cafés de alta qualidade, comprados diretamente dos produtores, podem custar até três vezes mais que no mercado de Nova York, diz Takele Mammo, gerente-geral do Sindicato das Cooperativas de Cafeicultores da cidade de Yirgacheffe. Ele diz que o

sindicato tenta priorizar as exportações, mas é difícil suprimir a demanda interna. "Se você diz para a minha mãe não beber café, [ela vai] preferir não comer", diz.

Ritmo da retomada das exportações agrícolas argentinas surpreende. Marli Olmos – Valor Econômico. 09/05/2016.

Há poucos dias, o presidente da Sociedade Rural, Luis Miguel Etchevere, disse a produtores que a Argentina é tão boa na exportação de grãos que "basta deixá-los no porto que alguém vai buscá-los". Embora exagerada, a declaração simboliza o bom momento do setor no país.

No primeiro trimestre deste ano, o valor das exportações argentinas do agronegócio cresceu 23,5%, com destaques para produtos como grãos, com aumento de 54%, e óleos, com 65%. O campo salvou as vendas externas, abaladas pela fraca demanda brasileira por produtos industriais, e evitou que o presidente Mauricio Macri amargasse um tombo no déficit comercial logo no começo da sua gestão.

Segundo dados do Ministério da Agroindústria, nos primeiros três meses do ano a Argentina vendeu no exterior 19,9 milhões de toneladas de grãos, oleaginosas e seus subprodutos, o que representou incremento de 67,6% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Era esperado que as exportações de produtos agropecuários crescessem com a mudança de governo, principalmente porque foi uma promessa de Macri, desde a campanha eleitoral, acabar com as restrições e taxas que prevaleceram durante praticamente todo o ciclo kirchnerista, que durou 12 anos.

Mas o resultado, em alguns casos, surpreendeu. No conjunto, a soma das vendas de itens agropecuários com os manufaturados da mesma origem atingiu US$ 8,3 bilhões do total de US$ 12,4 bilhões obtido pelo país com exportações no primeiro trimestre deste ano.

A retirada da taxa de exportação para produtos como trigo e carne e a redução gradual do percentual no caso da soja foram implantadas junto com a desvalorização cambial de mais de 30% - e, ainda, com o fim das restrições à compra de moeda estrangeira. A soma desses

três fatores abriu as portas para o mercado externo, segundo Ezequiel de Freijo, economista da Sociedade Rural.

O presidente da República também se apressou em fazer "lobby" a favor de seu país junto a outros chefes de Estado. Tudo indica, segundo informações do ministro da Agroindústria, Ricardo Buryaile, que depois de um embargo de 15 anos os limões cultivados em Tucumán, no norte argentino, voltarão a ser vendidos no mercado dos Estados Unidos. O mesmo se espera em relação à carne bovina.

Segundo o ministério, o fim das restrições gerou a reabertura de vários mercados e a conquista de novos, como Alemanha, México, Egito, França, Reino Unido, Canadá e Holanda. Além disso, segundo dados divulgados pela Casa Rosada, aumentou o número de portos nos quais a Argentina poderá desembarcar seus produtos. Os que registraram maior aumento no volume exportado no primeiro trimestre foram trigo (105%), óleo de soja (89%), milho (84%), óleo de girassol (80%) e farinha de soja (73%).

O trigo é emblemático, já que volumes muito pequenos do produto saíram da Argentina durante o governo de Cristina Kirchner, que tentava, com isso, evitar o aumento no preço local da farinha. Segundo o ministério, os triticultores recuperaram mercados históricos como Egito, Marrocos, Indonésia e Vietnã.

O governo Macri também se reaproximou do Brasil, historicamente o principal destino das vendas externas do produto. Há cerca de três meses, o ministro Buryaile se reuniu com dirigentes da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo) para retomar o vínculo. Em 2006, um ano antes de Cristina assumir a presidência, o Brasil importou da Argentina cerca de 6 milhões de toneladas do cereal.

O resultado do agronegócio no exterior ajudou a compensar a queda de 22% das vendas externas de produtos de origem industrial, altamente dependentes do mercado brasileiro. No geral, as exportações argentinas cresceram 3% de janeiro a março em relação a igual intervalo de 2015, segundo dados oficiais.

Mas, puxado pelo agronegócio, o segmento de produtos primários registrou aumento bem maior, de 39%. Os manufaturados de origem agropecuária avançaram 15%. Graças ao campo, o déficit na balança caiu de US$ 1,2 bilhão para US$ 381 milhões na comparação entre os primeiros três meses de 2015 e 2016.

Mas o que mais anima o setor é o que vem pela frente. Chamou a atenção de Freijo o crescimento de 70% na produção da indústria química no primeiro trimestre. Segundo ele, o resultado revela que os fabricantes de agrotóxicos se preparam para as próximas encomendas.

"Em maio será a campanha do trigo e em setembro virão milho e soja". O economista lembra que para a carne bovina, no entanto, os resultados mais expressivos vão demorar mais tempo para aparecer porque a primeira providência dos pecuaristas foi aumentar o estoque.

O reflexo da retomada do setor começa a aparecer também na venda de máquinas. Segundo Etchevere, durante os quatro dias de uma recente exposição do setor as vendas de tratores e colheitadeiras somaram US$ 8 bilhões. "A partir de agora a Argentina vai produzir muito mais, o que mostra que isso não era tão difícil como o governo anterior tentou mostrar", destaca ele.

O recente recuo do dólar em relação ao real também animou os produtores rurais argentinos. "Quando o dólar estava em mais de R$ 4, o Brasil era um competidor forte; mas, com valores em torno dos R$ 3,50, estamos um pouco mais equiparados", afirma Freijo.

Por enquanto não há previsões do quanto podem aumentar as exportações do agronegócio argentino em 2016. Mas o resultado seria melhor não fossem as fortes chuvas de abril, que afetaram fortemente as plantações e a pecuária. A soja foi a mais atingida. Etchevere calcula a perda de 4 milhões de toneladas num ano em que se esperava produzir 60 milhões. O prejuízo vai chegar a mais de US$ 1 bilhão, segundo ele.

Um quadro de inundações nunca visto na história recente da Argentina terminou com mais de 40 mil famílias desalojadas, caminhos intransitáveis e apodrecimento dos grãos. "Trabalho há 30 anos no campo e nunca havia visto nada igual", afirma o produtor Luis Angriman.

Na sua Província, Entre Rios, na região central do país, em apenas 25 dias choveu mais do que a média da água que historicamente cai ao longo de um ano. Ele estima que vai perder entre 50% e 60% da sua produção de soja e de 20% a 30% do cultivo de arroz. Como ocorreu a tantos outros produtores argentinos, a inundação atrapalhou muito o

sonho de Angriman de que a partir da mudança de governo haveria um salto de produção. "Quando começamos a colheita veio a chuva", afirma o produtor.

Exportações do agronegócio caem 25% em abril na comparação com 2015, informa FARSUL. CNA. 09/05/2016.

O agronegócio gaúcho exportou US$ 825 milhões em abril. O valor representa uma queda de 25% na comparação com o mesmo mês de 2015. O grupo Complexo Soja é o principal responsável pelo resultado, com uma retração de 38%, cerca de US$ 300 milhões. Em relação ao mês de março de 2016, o setor teve um aumento de 28,4% no valor e 34% no volume comercializado. Os números estão no Relatório de Comércio Exterior do Agronegócio do Rio Grande do Sul, divulgado pela Assessoria Econômica do Sistema FARSUL, nesta segunda-feira, dia 09.

O economista-chefe do Sistema FARSUL, Antônio da Luz, explica que a retração nas exportações aconteceu, principalmente, por se ter como referência uma base forte, "2015 foi um ano fora da curva", afirma. O dólar em alta estimulou as vendas no ano passado e fez com que os estoques ficassem reduzidos. O atraso na entrada da nova safra colaborou para uma menor oferta e, consequentemente, redução nas vendas. Mesmo assim, o agronegócio respondeu por 68% das exportações do Rio Grande do Sul, no último mês.

Apesar da queda, alguns produtos tiveram resultado inverso. É o caso do grupo Fumo e seus Produtos que teve um acréscimo de 38% na comercialização e Produtos Florestais, com um incremento de 91%. Mas de um modo geral, os resultados apontam reduções importantes como a da Carne de Frango (19%), do Milho (100%) e do Trigo (53%). Na comparação com março de 2016, os números apresentam crescimento expressivo, puxados principalmente pela Soja em Grãos, que cresceu 546% no valor e 530% no volume comercializado.

No acumulado do ano, o agronegócio exportou US$ 2,627, uma redução de 14,8% na comparação com o mesmo período de 2015. A China se mantém como principal compradora do produto gaúcho, aumentando sua participação no Market Share, chegando a 23% no período entre janeiro a abril, com US$ 624 milhões. Em segundo lugar aparece os Estados Unidos com US$ 383 milhões (14,6%), tendo a Argentina logo atrás, com US$

373 milhões (14,2%). Sobre as importações, a Argentina mantém a primeira posição, com US$ 103 milhões e 37% de participação. Em seguida temos o Uruguai com 22%. Em terceiro lugar aparece o Paraguai com US$ 21 milhões e 7% de participação.

Agroindústria argentina volta a brilhar. Marli Olmos – Valor Econômico. 09/05/2016.

No primeiro trimestre, o valor das exportações argentinas do agronegócio cresceu 23,5%, com destaques para produtos como grãos, aumento de 54%, e óleos, 65%. O campo salvou as vendas externas, abaladas pela fraca demanda brasileira por produtos manufaturados.

Já era esperado que as exportações de produtos agropecuários crescessem com a mudança de governo, principalmente porque foi uma promessa do presidente Mauricio Macri, desde a campanha eleitoral, acabar com as restrições e taxas que prevaleceram durante praticamente todo o ciclo kirchnerista, que durou 12 anos. Mas o resultado em alguns produtos surpreendeu.

Segundo dados do Ministério da Agroindústria, nos primeiros três meses do ano a Argentina vendeu no exterior 19,9 milhões de toneladas de grãos, oleaginosas e seus subprodutos, o que representou incremento de 67,6% na comparação com o mesmo período do ano passado.

BRF pode estar no plano de expansão da Tyson. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 10/05/2016.

A Tyson Foods, maior empresa de carnes dos EUA, anunciou ontem que pretende voltar a investir no exterior. Nesse contexto, o **Valor**apurou que há cerca de um mês executivos da companhia visitaram fábricas da BRF no Brasil. Procurada, a BRF não respondeu.

Em teleconferência com analistas na manhã de ontem, o CEO da Tyson Foods, Donnie Smith, afirmou que o caminho para a companhia voltar a crescer no exterior pode se dar por meio de acordos ou parcerias, possivelmente nos segmentos de frango processado e de alimentos industrializados - nos quais a BRF atua, com as marcas Sadia e Perdigão.

"Noventa e seis por cento da população [mundial] está fora dos EUA, e o consumo de alimentos vai crescer em todo o mundo", argumentou.

Ainda que a visita dos executivos da Tyson às unidades da companhia brasileira não signifique uma oferta efetivamente, uma fonte próxima à BRF disse que o interesse da Tyson na empresa é a justificativa para a alteração da cláusula de proteção à dispersão acionária (a chamada 'poison pill'), aprovada em assembleia em 7 de abril. Na prática, a alteração ampliou a fatia de ações que investidores podem ter na BRF sem a necessidade de fazer uma oferta de compra para todos os acionistas da companhia brasileira. Antes dessa decisão, a 'poison pill' era de 20%. Agora, é de 33,33%.

Um eventual investimento da Tyson na BRF marcaria o retorno da americana ao Brasil. Em outubro de 2014, a companhia vendeu suas operações no país para a brasileira JBS, por US$ 175 milhões. Ao mesmo tempo, deixou o México, vendendo as operações no país para a Pilgrim's Pride, empresa americana de frango controlada pela JBS.

A saída do Brasil fazia parte da estratégia da Tyson para angariar recursos para digerir a mega-aquisição da americana Hillshire Brands, empresa de alimentos processados que foi alvo de uma acirrada disputa entre Tyson e a JBS (por meio da Pilgrim's Pride). A Tyson pagou US$ 8,6 bilhões para levar a Hillshire Brands.

De lá para cá, a Tyson obteve ganhos de sinergias da aquisição e já conseguiu uma relevante redução do índice de alavancagem (relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado), de 3 vezes no exercício fiscal de 2014 para 1,8 vez nos doze meses encerrados no segundo trimestre do ano fiscal de 2016. "Eles estão bem adiantados com o que tinham se comprometido na aquisição da Hillshire", afirmou outra fonte.

É ancorada nos bons resultados - a empresa divulgou ontem o balanço do segundo trimestre, com lucro operacional recorde - que a Tyson mira o exterior. Para analistas, a companhia está bem posicionada para obter crédito. Conforme a Dow Jones Newswires, analistas do banco BB&T Capital Markets estimaram em março que a Tyson poderia obter US$ 4 bilhões (R$ 14,2 bilhões) para financiar aquisições. Ontem, as ações da BRF fecharam a R$ 45,92, o que dá à empresa brasileira um valor de mercado de R$ 37,3 bilhões. As ações da Tyson, que faturou US$ 41 bilhões no ano-fiscal 2015, subiram 1,47% ontem na bolsa de Nova York.

Do ponto de vista estratégico, uma eventual parceria entre Tyson e BRF seria interessante para as duas empresas, ampliando o poder de fogo de ambas na concorrência com a JBS, líder global na produção de carnes, observou uma fonte. "Afinal, a JBS já tem um pé lá nos EUA", afirma um analista. Para a BRF, que teve uma receita líquida de R$ 32,1 bilhões em 2015, o investimento também representaria uma forma de entrar nos EUA.

Com a flexibilização da 'poison pill' da BRF, a Tyson poderia adquirir uma fatia relevante da empresa e ser a "controladora de fato", indicando membros para o conselho de administração, mas sem alterar a gestão profundamente - ao menos em um primeiro momento. Para um especialista do setor, a Tyson assim evitaria o erro de sua passagem anterior no país, quando adquiriu pequenas empresas regionais de carne de frango, sem marcas fortes. Na BRF, a Tyson contaria com as duas marcas líderes no Brasil.

O desempenho insatisfatório da Tyson em sua primeira passagem pelo Brasil, entre 2008 e 2014, também pode ser explicado pelo contexto da economia americana. Quando aportou no país, a Tyson vivia um cenário adverso nos EUA. Foi também nesse momento que a JBS avançou no mercado americano. Afora isso, as diversas tentativas da Tyson de expandir a atuação no Brasil esbarraram no poder de fogo dos concorrentes brasileiros, fortalecidos pelo apoio do BNDES. Com o Brasil agora em crise, o jogo poderia mudar. (Colaboraram Fernando Lopes e Alda do Amaral Rocha de São Paulo).

Soja puxou aumento das exportações do campo em abril. Fernando Lopes – Valor Econômico. 10/05/2016.

Puxadas por soja, carnes e produtos, as exportações do agronegócio brasileiro renderam US$ 8,076 bilhões em abril, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic) compilados pelo Ministério da Agricultura. Em relação ao mesmo mês de 2015, houve um aumento de 14,3%. Ainda prejudicadas pelo câmbio e por um mercado doméstico mais restrito, as importações do agronegócio caíram 12,9% na comparação, para US$ 972,6 milhões. Assim, o superávit setorial subiu 19,4%, para US$ 7,103 bilhões.

Conforme o ministério, as exportações de soja e derivados alcançaram US$ 4,044 bilhões no mês passado, 30,6% mais que em abril de 2015. "No complexo soja, o volume embarcado chegou a 11,6 milhões de toneladas, um recorde para meses de abril. Em

nenhum mês de abril de toda a série histórica (1997 a 2016), as exportações do setor ultrapassaram 10 milhões de toneladas", diz, em comunicado, a secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do ministério, Tatiana Palermo.

Com o incremento de abril, as exportações do setor somaram US$ 28,103 bilhões no primeiro quadrimestre, 10,2% mais que em igual intervalo de 2015. As importações recuaram 19,5%, para US$ 4,003 bilhões, e o superávit cresceu 17,4%, para US$ 24,099 bilhões. O complexo soja também puxou os embarques do setor no primeiro quadrimestre. Houve aumento de 28,3%, para US$ 9,174 bilhões.

Mapa institui novas regras que aumentarão em 300% agroindústrias habilitadas a exportar. Priscilla Mendes e Cláudia Lafetá - MAPA. 10/05/2016.

Medidas fazem parte do processo de modernização da Secretaria de Defesa Agropecuária

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) reduziu a burocracia exigida das empresas interessadas em exportar produtos agropecuários, medida que vai resultar em aumento de 300% do número de agroindústrias habilitadas. A novidade foi anunciada nesta terça-feira (10) pela ministra Kátia Abreu durante coletiva de imprensa.

Com a nova medida, todas as empresas que já têm cadastro no Serviço de Inspeção Federal (SIF) serão automaticamente autorizadas a exportar, revogando a necessidade de autorização prévia pelo Mapa. A quantidade de agroindústrias habilitadas saltará das atuais 800 para 3,5 mil. A normativa faz parte de uma série de medidas de modernização e desburocratização de processos relacionados à Secretaria de Defesa Agropecuária.

"Os estabelecimentos continuam tendo que atender aos requisitos sanitários do país importador, mas não precisarão mais passar pela burocracia interna do Mapa", explicou o secretário de Defesa Agropecuária, Luis Rangel. "Aumentaremos em 300% o número de exportadores, um incremento significativo que representará rápido acesso aos mercados que conquistamos, além de valorizar as empresas que possuem o SIF", completou.

Rangel destaca que o processo de registro e auditoria é padronizado para todas as empresas inscritas junto ao SIF. “Nada impede que o país importador demande auditorias específicas. É uma prerrogativa que obviamente continuaremos a atender.”

Para o diretor de Inspeção de Produtor de Origem Animal, José Vargas, “este é um dos grandes presentes que o SIF está dando para a sociedade”.

Agroquímicos

A ministra também anunciou novas normas que vão simplificar os pedidos de alteração da marca comercial de agroquímicos, o que vai reduzir 40% da fila de produtos em análise e conferir agilidade no atendimento aos fabricantes.

Empresas interessadas em alterar a marca comercial dos seus agroquímicos – sem mudar nenhum aspecto técnico do produto – não precisarão mais passar pela aprovação dos três órgãos federais envolvidos (Ministério da Agricultura, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Saúde). Bastará apenas a análise de um deles. Se for produto agrícola, apenas o Mapa.

De acordo com Luis Rangel, as mudanças no registro de agroquímicos trarão maior transparência para o agricultor e agilidade para a concessão de registros. “A simplificação do processo não influencia o conteúdo nem o aspecto técnico do produto. Estamos reduzindo a burocracia sem comprometer a avaliação técnica”, afirmou.

A ministra Kátia Abreu também assinou outros atos que visam a modernizar procedimentos na Secretaria de Defesa Agropecuária. Veja quadro abaixo:



Metas plurianuais

Os novos procedimentos para habilitação de empresas exportadoras e a simplificação da alteração das marcas de agroquímicos fazem parte do eixo Modernização e Desburocratização previsto no Plano de Defesa Agropecuária, lançado em maio de 2015.

Nesta terça-feira, ministra Kátia Abreu também lançou as sete metas plurianuais para o PDA:

1 – Modernização e desburocratização dos processos de registro e licenciamento de produtos, empresas e insumos agropecuários;
2 – Revisão do arcabouço legal da defesa agropecuária para proposição de alterações nas diferentes instâncias;
3 – Gestão do conhecimento e estruturação de processos decisórios nos fundamentos de análise de risco;
4- Implementação do Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária, junto à área do Laboratório Nacional Agropecuário (Lana gro) do município de Pedro Leopoldo (MG);

5 – Desenvolvimento de ferramentas que permitam a estabilidade dos programas e projetos técnicos da defesa Agropecuária por meio da sustentabilidade institucional e financeira;
6 – Estabelecimento de métodos e processos automatizados de monitoramento e avaliação por meio de indicadores;
7 – Estabelecimento e implementação de programas e projetos técnicos de defesa agropecuária.

Agricultores europeus dizem que UE retirou carne do acordo com Mercosul. Assis Moreira – Valor Econômico. 11/05/2016.

O comissário de Agricultura da União Europeia (UE), o irlandês Phil Hogan, disse a produtores do País de Gales que a UE removeu uma cota de 78 mil toneladas de carne bovina para o Mercosul na troca de ofertas que os dois blocos devem fazer hoje.

Essa informação foi publicada no site do NFU Cymru, associação agrícola do País de Gales. Se confirmada, terá impacto negativo na retomada das negociações para o acordo de livre comércio entre os dois blocos, já que a carne bovina é um dos principais produtos de interesse exportador do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Ontem à noite, a porta-voz do comissário de Agricultura da União Europeia limitou-se a dizer ao **Valor** que os dois blocos vão trocar ofertas esta semana para abertura de mercados de bens e serviços, incluindo compras governamentais, e não faria outro comentário até as concessões serem analisadas.

Certo mesmo é que os produtores da Irlanda e de outros países protecionistas pareciam aliviados com o anúncio feito pelo comissário de Agricultura, que é irlandês, durante visita, na segunda-feira, a uma família rural a Glamorgan, no País de Gales.

Stephen James, presidente da NFU Cymru, contou que Hogan disse a ele e a outros agricultores que o acesso adicional para a carne bovina do Mercosul estava "fora do menu" e seria retirada da oferta que Bruxelas pretende apresentar ao bloco do Cone Sul.

Na mesma linha, o "Irish Farmers Journal" publicou que fonte da Comissão Europeia já tinha confirmado que a proposta de cota com tarifa menor, ou mesmo sem tarifa, para que

os países do Mercosul exportassem mais carne bovina para o mercado europeu, fora excluída do acordo, depois da crescente oposição manifestada por ministros de Agricultura de 20 dos 28 países-membros da UE.

Os agricultores do País de Gales dizem que "tinham grande preocupação" com o impacto que o acesso de quase 80 mil toneladas adicionais, procedentes do Mercosul, teria sobre os preços do produto na Europa.

A poderosa central agrícola europeia Copa-Cogeca fez uma campanha violenta para a União Europeia excluir a carne bovina do pacote para o Mercosul, alegando que o bloco já é o maior exportador de commodities agrícolas para o continente, com 86% da carne bovina importada e 70% da carne de frango.

Nas últimas semanas, sentindo a pressão aumentar, o Brasil fez gestões junto à comissária europeia de Comércio, Cecilia Malmström, alertando sobre a importância para o Mercosul de ter mais acesso para produtos que os europeus consideram sensíveis, o que inclui a carne bovina.

A expectativa é grande nos dois blocos sobre as ofertas que serão trocadas hoje. Negociadores lembram que trata-se apenas da retomada da negociação comercial, mas que também não pode vir sem carne bovina, até porque a oferta de 2004 dava mais acesso a esse produto.

USDA e Conab cortam estimativas de produção. Fernando Lopes, Mariana Caetano, Bettina Barros e Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 11/05/2016.

As condições desfavoráveis do clima em importantes regiões produtoras de soja e milho levaram tanto a Conab quanto o Departamento de Agricultura americano (USDA) a revisar para baixo suas estimativas para a safra de grãos 2015/16. Essas correções nas projeções - principalmente para o Brasil e Argentina - abriram espaço para uma disparada dos preços da soja na bolsa de Chicago. Os contratos com vencimento em julho subiram 5,6%.

Diante de tantas mudanças relevantes para o cenário de curto prazo, as primeiras estimativas do USDA para a safra 2016/17 indicam um panorama complicado. Esperam-se aumentos de 2,6% para a produção global e de 4,3% para a demanda, sinalizando uma queda de 8,1% nos estoques finais mundiais.

Novas estimativas do USDA fazem preço da soja disparar em Chicago. Fernando Lopes, Mariana Caetano e Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 11/05/2016.

As adversidades climáticas que prejudicaram a colheita de soja em regiões do Brasil e ainda afetam os trabalhos na Argentina levaram o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) a reduzir suas estimativas para a produção global do grão nesta safra 2015/16.

Nesse contexto, o órgão reduziu sua projeção para os estoques finais no mundo, elevou a previsão para as exportações dos EUA na temporada e baixou a conta para os estoques finais naquele país, uma conjunção que abriu espaço para a disparada dos preços da commodity na bolsa de Chicago. Os contratos com vencimento em julho subiram 5,6% e fecharam a US$ 10,84 por bushel.

Conforme levantamento divulgado ontem, o USDA passou a estimar a produção argentina em 2015/16 em 56,5 milhões de toneladas, 2,5 milhões a menos que o previsto em abril e volume 8% inferior ao de 2014/15. Já a colheita brasileira agora está estimada em 99 milhões de toneladas - 1 milhão a menos que o projetado em abril, mas ainda 1,9% acima do total do ciclo passado e 2 milhões de toneladas a mais que o estimado pela Conab (*ver acima*).

A partir dessas correções, o USDA diminuiu sua previsão para os estoques finais de soja em 2015/16 para 74,25 milhões de toneladas, quase 4,8 milhões a menos que o estimado em abril. O órgão não alterou as projeções para as exportações de Argentina e Brasil em 2015/16 - 11,4 milhões e 59,5 milhões de toneladas, respectivamente -, mas elevou em quase 1 milhão de toneladas a previsão para os embarques dos EUA (47,36 milhões). Com isso, os estoques finais americanos caíram para 10,89 milhões de toneladas, 710 mil a menos que o projetado em abril.

Diante de tantas mudanças relevantes para o cenário de curto prazo, as primeiras estimativas do USDA para a safra 2016/17 de soja, que está em fase de plantio no Hemisfério Norte, foram apenas a "cereja do bolo" altista cozinhado em Chicago ontem. O quadro divulgado aponta para aumentos de 2,6% da produção global e de 4,3% da demanda e, por conseguinte, sinaliza queda de 8,1% nos estoques finais mundiais. Dessa forma, em 2016/17 esses estoques deverão representar 20,8% da demanda total, menos que em 2015/16 (23,3%) e que em 2014/15 (25,9%).

Conforme o USDA, nos EUA a produção de soja em 2016/17 será 3,3% menor (103,42 milhões de toneladas), a demanda será 1,5% maior (55,53 milhões), as exportações crescerão 8,3% (51,3 milhões) e os estoques finais cairão 23,9% (8,29 milhões).

Para o Brasil, o órgão prevê que a produção em 2016/17 será 4% maior que em 2015/16 (103 milhões), que a demanda doméstica ficará estável (43,1 milhões), e que as exportações vão subir 1,2% (60,2 milhões). No caso da Argentina, o USDA estima para 2016/17 aumento de 0,9% da produção (57 milhões) e queda de 6,6% das exportações (10,65 milhões). Maior país importador de soja do planeta, a China deve comprar no exterior 87 milhões de toneladas em 2016/17, 4 milhões a mais que em 2015/16.

Como na soja, as primeiras projeções do USDA para o milho no mundo em 2016/17 foram ofuscadas pela revisão dos números para a temporada atual, que também ajudaram a sustentar as cotações em Chicago. Os papéis com vencimento em julho subiram 3,3% e encerraram a sessão de ontem a US$ 3,81 por bushel.

O órgão americano cortou em 3 milhões de toneladas a previsão para a produção brasileira neste ciclo 2015/16, para 81 milhões - acima das 80 milhões de toneladas previstas agora pela Conab. O USDA também reduziu sua expectativa para a colheita na Argentina, de 28 milhões para 27 milhões de toneladas, o que adicionou tensão ao mercado. Diante de uma oferta mais restrita na América do Sul, o USDA diminuiu sua previsão para as exportações de milho do Brasil e da Argentina.

Para a safra global 2016/17, as novas projeções do USDA são, de modo geral, baixistas. A perspectiva é de uma produção global de 1,011 bilhão de toneladas, 4,3% acima de 2015/16. Do total, 366,54 milhões de toneladas devem vir dos EUA, expressiva alta de 6% sobre o ciclo ainda vigente. Os estoques finais mundiais devem ficar em patamar muito semelhante ao de 2015/16, em torno de 207,04 milhões de toneladas.

Para o Brasil, o USDA estima uma colheita de 82 milhões de toneladas no ciclo 2016/17, pouco acima da safra atual. No caso da Argentina, o salto deve ser bem maior, sob o impulso da retirada das taxas de exportação do milho no país: 34 milhões. Assim, EUA e Brasil tendem a perder mercado para os argentinos. A China, segundo maior produtor global de milho, deve colher 218 milhões de toneladas em 2016/17. Para o mercado de trigo, os ajustes do USDA para 2015/16 e as primeiras estimativas para 2016/17 trouxeram menos emoções. Mas, de carona com soja e milho, os preços subiram em Chicago. Mas bem menos. (Colaborou Cleyton Vilarino)

Turista pode trazer salame, queijo e doce de leite do exterior. Valor Econômico. 11/05/2016.

O Ministério da Agricultura divulgou ontem, terça-feira, que vai passar a liberar a entrada no Brasil de produtos de origem animal trazidos por turistas.

Com a instrução normativa, ficam permitidos, entre outros, produtos lácteos industrializados (como queijos franceses e doce de leite argentino) e carnes e embutidos (como salames espanhóis e peixes defumados).

Haverá, porém, um limite de cinco quilos desses tipos de produto por pessoa. Todos devem estar acondicionados na embalagem original de fabricação, que permita verificar a identificação.

De acordo com a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, a mudança atende a uma "demanda da sociedade".

Em comunicado, o secretário de Defesa Agropecuária do ministério, Luis Rangel, afirmou que a falta de regulamentação impedia a entrada desses alimentos no país.

"Fizemos o alinhamento aos procedimentos internacionais", disse. "Isso não trará nenhum prejuízo para a defesa agropecuária."

Antes, só produtos vegetais processados podiam ser trazidos por turistas.

Entre outros produtos lácteos industrializados permitidos, estão creme de leite, manteiga, requeijão e queijo com maturação longa.

Portaria define novos países que terão adidos agrícolas. Viviane Novaes – MAPA. 11/05/2016.

Medida foi publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (11)

O Diário Oficial da União desta quarta-feira (11) publicou a portaria que define os países e blocos econômicos que contarão com novos adidos agrícolas.

São eles: África do Sul, Angola, Argentina, Argélia, Austrália, Bolívia, Canadá, Chile, China, Cingapura, Colômbia, Coreia do Sul, Egito, Estados Unidos da América, Equador, Filipinas, Índia, Indonésia, Irã, Japão, Malásia, México, Marrocos, Nigéria, Paraguai, Peru, Tailândia, Turquia, Uruguai, Venezuela, Vietnã, Conselho do Golfo Pérsico (Arábia Saudita), União Econômica Euroasiática (Rússia) e União Europeia (Bélgica).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento também definiu o número de adidos para cada país ou bloco econômico.

Nessa terça-feira (10), a ministra Kátia Abreu antecipou a medida, que aumenta de 8 para 25 o número de adidos agrícolas brasileiros pelo mundo. A iniciativa vai reforçar o trabalho de abertura, manutenção e ampliação de mercados para os produtos agrícolas nacionais. Veja aqui os detalhes da notícia e qual é o trabalho dos adidos agrícolas.

Alíquota de importação do óleo de dendê sobe de 10% para 20%. MAPA. 11/05/2016.

Medida tem o objetivo de garantir a competitividade da produção brasileira

O Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiu aumentar de 10% para 20% a alíquota do imposto de importação do óleo de palma (dendê) refinado. Para tanto, o produto foi incluído na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul (Letec). A medida já está em vigor, por meio da Resolução Camex n.º 42/2016.

O aumento da alíquota foi um pedido da Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (Abrapalma), apoiado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Segundo a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Mapa, o objetivo da medida é garantir a competitividade da produção brasileira e incentivar o setor privado a investir, como recomenda o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma.

A cultura da palma tem importância não só econômica, mas também ambiental, porque é matéria-prima para a produção de biocombustíveis. Além disso, é uma importante fonte de renda para a população rural de baixa renda.

FAEMG critica nova liberação para café peruano e preço mínimo "irreal". CNA. 11/05/2016.

Nessa terça (10/5), o Ministério da Agricultura voltou a autorizar as importações de grãos verdes de café provenientes do Peru. A medida já havia sido tomada no ano passado, tendo sido suspensa alguns dias depois, após comprovação técnica dos riscos fitossanitários à produção nacional.

Segundo o Presidente das Comissão Nacional de Café da CNA e Comissão de Cafeicultura da FAEMG, Breno Mesquita, a liberação ignora uma série de documentos técnicos apresentados pelo setor produtivo, entidades de pesquisa e de representação, que comprovam a existência, naquele país, de pragas exóticas e potencialmente nocivas não apenas ao café, como também a outras culturas agrícolas no Brasil: "Estranhamos muito o retrocesso desta decisão, sem ouvir o setor ou analisar os danos que pode trazer a milhares de cafeicultores em nosso país".

Ele afirmou ainda que deve se reunir nesta quinta-feira (12), em Brasília, com o secretário de Defesa Agropecuária do MAPA, Luís Rangel para buscar reverter, mais uma vez, a liberação.

Preço Mínimo

Outra medida governamental que desagradou o setor foi o anúncio ontem (10) do novo preço mínimo do produto, fixado muito abaixo do esperado. O valor, que não era

reajustado desde 2013, passou de R$ 307 para R$ 330,25 para o arábica e de R$ 193,54 para R$ 208,19 no caso do conilon. O aumento de 7,57% , inferior à inflação do período, foi considerado irreal: “Sendo o preço mínimo um parâmetro para todas as políticas públicas que se desenham para o café, é uma irresponsabilidade definir um valor tão fora da realidade e que só prejudicará ainda mais o produtor”, afirmou Breno Mesquita. Segundo ele, a média ponderada do custo brasileiro de produção de uma saca de café é superior a R$ 430, conforme acompanhamento do Projeto Campo Futuro, da CNA.

“Entendo que, com o início da colheita na maior parte das regiões brasileiras, o Governo deveria estar preocupado em agilizar a liberação dos recursos do Funcafé e garantir renda aos produtores e o bom ordenamento do escoamento desta safra, que será de ciclo alto, ao invés de criar medidas ainda mais nocivas ao desenvolvimento de uma das atividades mais importantes para a economia do país. Todas essas ações que estamos acompanhando esta semana só põem em risco uma cafeicultura dinâmica e, sobretudo, exercida de forma sustentável no país”, criticou Breno Mesquita.

Brasil retoma exportação de bovinos vivos para o Egito. Cláudia Lafetá - MAPA. 11/05/2016.

Vendas foram liberadas com a aprovação do certificado zoossanitário brasileiro pelo governo egípcio

A partir de agora, os pecuaristas brasileiros poderão retomar as exportações de bovinos vivo para o Egito. Isto porque o governo egípcio aprovou o certificado zoossanitário do Brasil para venda externa de gado em pé.

“Poderemos retomar um comércio que se tornou exitoso pela credibilidade, transparência e cooperação mútua entre os serviços veterinários brasileiro e egípcio”, disse o diretor de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Guilherme Marques.

Entre 2009 e 2014, o Brasil foi fornecedor regular de bovinos para abate no Egito. Nesse período, o mercado brasileiro embarcou 75 mil cabeças de gado para aquele país.

No segundo semestre de 2014, as exportações de bovinos vivos foram interrompidas por causa de interpretações diferentes entre os serviços veterinários brasileiro e egípcio sobre testes laboratoriais de febre aftosa. Esses exames estavam previstos no protocolo firmado na época. Os dois países passaram, então, a renegociar um certificado veterinário que não impedisse o desembarque dos animais no Egito.

A última etapa dessa negociação foi realizada em Amã (Jordânia), em abril deste ano, durante a Conferência Regional para Aplicação de Padrões da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), que contou com a participação do Mapa.

De acordo com Marques, o acesso e a manutenção de mercados importadores de bovinos são estratégicos para o Brasil, porque mostra o reconhecimento da excelência da condição sanitária do rebanho. “Isso é o resultado do esforço público e privado dentro do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, o Suasa.”

Em 2014, as exportações totais de bovinos vivos pelo Brasil atingiram cerca de US$ 680 milhões.

Compra de 20% da BRF caberia no balanço da Tyson, diz BofA. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 11/05/2016.

Ainda que considere "questionáveis" os pontos positivos no curto prazo de uma eventual compra de participação da BRF pela Tyson Foods, o Bank of America Merrill Lynch (BofA) avaliou ontem que a hipotética aquisição de 20% do capital da BRF "caberia" no balanço financeiro da empresa americana.

Pelos cálculos do BofA, comprar 20% das ações das BRF custaria US$ 2,1 bilhões à Tyson, desconsiderando o eventual prêmio que seria pago pelos papéis. Nessas condições, o índice de alavancagem (relação entre dívida líquida e Ebitda em doze meses) da Tyson aumentaria 0,6 vez. No fim do segundo trimestre fiscal (encerrado em 2 de abril), esse índice foi de 1,8 vez. Segundo o BofA, o valor de mercado da Tyson é de US$ 27 bilhões, e o da BRF é US$ 10,5 bilhões.

Conforme o **Valor** informou ontem, executivos da Tyson visitaram fábricas da BRF no Brasil há cerca de um mês. Na manhã de segunda-feira, o CEO da Tyson, Donnie Smith,

disse em teleconferência que a empresa voltará a investir no exterior, possivelmente por meio de acordos ou parcerias na área de carne de frango e de alimentos industrializados. Procurada, a BRF disse que não comenta especulações de mercado.

Na avaliação do BofA, a eventual combinação entre as plataformas de Tyson e BRF criaria uma potência global na área de frango. Além disso, Brasil e EUA, os países de origem de BRF e Tyson, são os dois maiores exportadores mundiais de carne de frango e a "sobreposição" entre eles na exportação da proteína é "limitada". A BRF também produz carne de frango na Argentina e na Tailândia.

Ainda assim, o relatório do banco elenca quatro pontos que são "discutíveis" para a Tyson no curto prazo. Em primeiro lugar, a Tyson teria de compartilhar o controle da BRF se a Tarpon, que tem 11,94% da BRF, não deixar a empresa. O CEO global da BRF, Pedro Faria, é sócio e fundador da Tarpon. Além disso, a Tyson não consolidaria o balanço da BRF em seus resultados, dado que teria fatia minoritária na companhia. Por fim, o banco observa que a Tyson deixou o Brasil em 2014 e a que a empresa fez "forte" esforço de desalavancagem nos últimos anos.

Ontem, ações da BRF subiram 7,36% na BM&FBovespa, a R$ 49,30.

Mercosul ainda é vantajoso para o Brasil, diz representante do Reino Unido. Suzana Inhesta - O Estado de São Paulo, Economia. 11/05/2016.

Autoridade britânica avalia que o acordo Mercosul-União Europeia será benéfico para o Brasil e que Reino Unido pode ajudar o País nos setores de saúde, energia, infraestrutura e serviços financeiros

SÃO PAULO - O enviado especial de Comércio do Reino Unido, Mark Prisk, avalia que o Mercosul é vantajoso ao Brasil mesmo que haja imperfeições. "Sair disso e tentar iniciar novas negociações em separado atrasa boas oportunidades. Há um consenso de que o Mercosul traz para o Brasil o que gostaria nos acordos, vantagens, mesmo não sendo perfeito", afirmou em entrevista exclusiva aoBroadcast, serviço de informações em tempo real da Agência Estado.

Nesse sentido, a autoridade britânica avalia que o acordo Mercosul-União Europeia será benéfico para o Brasil. Ele ainda ressaltou que sua intenção não é sugerir como o Brasil deve se portar com relação ao Mercosul, mas a autoridade britânica se utilizou de um ditado popular para comentar o caso. "Mais vale um pássaro na mão, do que dois voando. Não quero de modo

algum mostrar qual o caminho o Brasil deve seguir, não é meu objetivo, mas eu diria que a experiência, no geral, mostra que quando se faz parte de negociações é bom sempre voltar-se para algo que traga valor adicionado ao país", disse.

A mesma linha de pensamento ele segue para as discussões em torno da permanência do Reino Unido na União Europeia. "Ser parte da UE é muito importante e, como em qualquer relacionamento, há imperfeições. Porém, como sempre olhamos o longo prazo, seria interessante nos manter como membros do bloco", explicou.

No dia 23 de junho, os eleitores britânicos decidirão, em referendo, se o país permanecerá no bloco econômico. Hoje, o chefe da Delegação da União Europeia no Brasil, embaixador João Gomes Cravinho, disse que espera que o referendo seja favorável à manutenção do Reino Unido no bloco. "A hipótese de saída é improvável. Mas, se houver a opção pela retirada, pode ser que o país tenha uma relação com a UE parecida com o que a Suíça possui. Além disso, o mercado vai ter que explicar os termos, até porque o Reino Unido tem acesso ao Mercado Único Europeu", ressaltou o embaixador.

Corrente fraca. Prisk foi nomeado Enviado Especial de Comércio para o Brasil pelo primeiro-ministro britânico, David Cameron, para aprofundar o relacionamento entre os dois países. "É como se eu fosse um facilitador para encontrar as oportunidades entre Brasil e Reino Unido, mas agora pensando no longo prazo e trabalhando junto com o time da embaixada", falou.

Segundo dados do Consulado-Geral Britânico, hoje o Brasil nem integra a lista dos dez maiores mercados de exportação e importação do país europeu. Nas vendas externas britânicas, o Brasil está em 27º lugar, com fatia de 0,7% do total, e nas importações do país está na 28ª colocação, com representatividade de 0,6%. O Brasil importou 3,6 bilhões de libras do Reino Unido em 2015, sendo 2,2 bilhões de bens e 1,4 bilhão em serviços.

Na visão de Prisk, o Reino Unido pode ajudar o Brasil oferecendo seu conhecimento nos setores de saúde, energia, infraestrutura e serviços financeiros. "São áreas de forte conhecimento que temos. Por exemplo, em saúde, temos conversado com algumas autoridades locais que falam que precisam de mais conhecimento em processos de 'family care' e nós temos bastante experiência nesses negócios", declarou, destacando que a visão é sempre de longo prazo.

Ele também criticou o protecionismo que alguns países praticam. "É claro que resistências, barreiras, existem em qualquer lugar, mas elas são superadas nas negociações. O protecionismo

precisa parar porque não ajuda na abertura de mercados nem na criação de empregos", afirmou.

A vinda de Prisk ao Brasil ocorre uma semana depois da visita do chefe da City of London Corporation, que gerencia e controla o distrito financeiro de Londres, Jeffrey Mountevans. Ambos não quiseram comentar sobre a situação político-econômica atual do Brasil, mas disseram que todo país enfrenta momentos difíceis. Além disso, ressaltam que o Reino Unido enxerga o Brasil no longo prazo e por isso acreditam que o País vai superar a situação atual. Mas pessoas do mercado comentam que essa atenção - não só do Reino Unido, mas de outros países - para com o Brasil seria devido aos ativos "baratos" e "atrativos".

Exportadoras de grãos investem para adaptar projetos no Porto de Santos. Leticia Pakulski – O Estado de São Paulo, Economia & Negócios. 12/05/2016.

Recursos são destinados também a atender exigências ambientais da Cetesb

As tradings e empresas exportadoras que têm estrutura consolidada no Porto de Santos são taxativas ao dizer que os investimentos no maior complexo do Centro-Sul são permanentes mesmo com novos canais de escoamento ganhando espaço e atraindo sua atenção. Pela proximidade com a região produtora de grãos e os avanços logísticos implementados nos últimos anos, o terminal santista é estratégico. Tanto que a questão ambiental, hoje um calcanhar de Aquiles especialmente para as empresas que estão na área da Ponta da Praia, tomada nos últimos anos por empreendimentos imobiliários, está sendo atacada nos projetos e investimentos em curso.

A Archer Daniels Midland (ADM), por exemplo, que está investindo R$ 280 milhões para elevar a capacidade de exportação e de armazenamento no porto, tem uma preocupação maior: reduzir em até 80% as emissões de particulados. "Quando nós entramos aqui, em 1997, não tinha nenhum desses prédios", diz Eduardo Rodrigues, diretor de logística da ADM, apontando para o redor. "A cidade grudou no porto", afirma, em entrevista exclusiva para o Broadcast Agro, serviço de notícias do agronegócio em tempo real da Agência Estado. Para minimizar o problema, a ADM substituirá o atual shiploader (que leva a mercadoria até a embarcação) por um de tecnologia avançada, e instalará um segundo shiploader no terminal. Na ponta dos dois equipamentos, um tubo despejará em cascata a soja diretamente no fundo do porão do navio para evitar que o pó se espalhe pelo ar, e sugadores absorverão a poeira sobressalente.

A Caramuru, multada no início do ano pelo excesso de partículas geradas pela movimentação de grãos, está adaptando suas instalações para atender determinações da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), que chegou a interditar as instalações da trading por duas semanas. Para amenizar o problema, a empresa de exportação e logística está misturando água e óleo ao pó gerado durante o carregamento dos navios e reduziu a quantidade embarcada diariamente. Na avaliação da empresa, foi o preço a pagar para diminuir o incômodo sem interromper a operação. Já a Rumo Logística, mesmo fora da área da Ponta da Praia, investiu em inovações capazes de reduzir o cheiro e a poeira decorrentes da movimentação da oleaginosa. "A gente firmou um compromisso com a Cetesb nos últimos três anos e instalamos despoeiramentos em 100% das nossas moegas rodoferroviárias. Também instalamos supressor de pó no bico dos três shiploaders", contou o diretor de portos e terminais da empresa, Fabricio Degani.

Com essas adaptações, as empresas acreditam que a convivência com a população ao redor será mais amigável e os planos de expansão poderão ser tocados sem interrupções. No caso da ADM, que tem operação nos principais portos brasileiros, o foco agora é ampliar até 2017 sua capacidade de escoamento anual por Santos para 8 milhões de toneladas, das atuais 6 milhões de toneladas, e a capacidade estática de armazenamento de 165 mil toneladas para 192 mil toneladas. Pelo terminal santista, que representa 60% da movimentação da ADM no País, a trading escoa cargas originadas na região abaixo do paralelo 16, que passa próximo ao município de Lucas do Rio Verde (MT). Grãos produzidos acima deste paralelo são em grande parte enviados para portos do Norte.

Da carga total movimentada hoje pela ADM em Santos, 60% chegam por ferrovia. O restante vem por caminhões. A empresa negocia com a empresa de logística Rumo investimento para aumentar o espaço de recepção de vagões de grãos no terminal. Quando a reportagem do Broadcast Agro esteve no local foi possível observar que o plano envolve uma mudança de layout - uma área por onde passam caminhões e vagões receberá só vagões. "Poderemos aumentar a participação do modal ferroviário no total de carga recebida." A ideia é construir novas e maiores estruturas para recebimento dos produtos (moegas). "Esperamos ter até o início de julho um projeto executivo e aí veremos o valor exato do investimento para correr atrás de aprovações", contou Eduardo Rodrigues.

A Caramuru também concentra em Santos sua principal operação de grãos e farelos, mas tem planos de escoar proteína concentrada pelo Norte do País a partir deste ano. "De Itumbiara, São Simão e Ipameri (municípios em Goiás onde a empresa tem operações de originação e

processamento), a distância para o Porto de Santos é menor", frisou Cesar Borges, vice-presidente da empresa. No porto santista, a Caramuru e a Rumo têm uma parceria na operação do terminal conhecido como 39, onde a capacidade de armazenagem é de 135 mil toneladas de grãos e/ou farelo.

Neste ano, o desafio da Caramuru é retomar a operação integrada com a Hidrovia Tietê-Paraná. Paralisada em maio de 2014, a hidrovia voltou a operar há dois meses. No caso da Caramuru, os produtos agrícolas são transportados pela hidrovia até o município paulista de Pederneiras, de onde seguem por ferrovia para Santos. "Como ficamos 22 meses sem operar neste trecho, é razoável que a empresa de transporte ferroviário procurasse outras cargas para operar", contou. A Caramuru tem tentado, disse ele, recuperar o espaço com o que contava nos trens para levar produtos até Santos.

Durante a paralisação da hidrovia, 100% da carga que a Caramuru transportava por rios passou a ser levada por caminhões, com custo 30% mais alto. Em abril, durante visita do Broadcast Agro ao terminal em Santos, 80% da carga que chegava diariamente ao local vinha por meio da combinação hidrovia-ferrovia e 20% por rodovia. Nem todo o volume, porém, era da Caramuru, pois outras tradings também exportam pelo terminal 39. Reativado o modal, a Caramuru prevê movimentar até 1,1 milhão de toneladas este ano pela Tietê-Paraná, ante 127.950 toneladas há dois anos.

Já a proteína concentrada de soja produzida em Sorriso (MT), hoje escoada por Santos, passará a ser levada pela hidrovia do rio Tapajós, passando pelo Pará, até o Porto de Santana (AP), de onde seguirá para a Europa. "Percorreremos 400 km a menos do que se levássemos para Santos e teremos economia de dois dias no deslocamento do navio até a Europa", afirmou Borges.

A Rumo, braço de logística da Cosan e que vinha trabalhando para conciliar embarques de grãos e açúcar em Santos, pretende trabalhar em melhorias para ganhar competitividade. Uma delas será cobrir um dos berços de atracação. Como historicamente as operações do porto são interrompidas por mais de 90 dias todos os anos por causa do clima, a cobertura permitiria o carregamento de navios em dias chuvosos, uma vantagem importante sobre outros terminais, diz o diretor de portos e terminais da empresa, Fabricio Degani, que não revelou o valor do investimento. A obra deve durar até 24 meses.

Há planos, também, de modificar a linha férrea a fim de deixar de "desengatar" vagões da locomotiva para descarregar os produtos nas moegas da empresa, o que agilizaria o processo. A obra necessária para tanto, porém, não tem data definida. Além disso, a Rumo começou a

utilizar em março um novo silo de 100 mil toneladas, erguido no lugar de um antigo, de 15 mil toneladas. A movimentação de grãos pela empresa, que teve início em 2015, já vinha sendo feita em caráter experimental antes da fusão com a ALL, a fim de aproveitar a capacidade instalada nos anos em que a produção de açúcar era reduzida. De lá para cá, porém, os grãos deixaram de ser complemento da operação, conta Degani, e estão presentes todos os meses no terminal, junto com o açúcar. "Os produtos têm rotas, armazéns e moegas bem distintas. Então conseguimos nos programar", afirma Degani. Além de soja e milho de terceiros, a Rumo exporta ainda o açúcar produzido pela Raízen, pertencente ao mesmo grupo, e presta este serviço para outras empresas.

De 2010 para 2015, a capacidade de exportação dos dois terminais da empresa no porto saltou de 7,5 milhões para 11,7 milhões de toneladas, considerando todos os graneis, e deve chegar a 14 milhões de toneladas este ano. Cerca de 60% do açúcar exportado por Santos passa pela estrutura da Rumo. Quanto aos grãos, foram exportados 2 milhões de toneladas de soja e milho em 2015 e a previsão é superar 3 milhões de toneladas em 2016.

Exigência ambiental

O gerente da Agência Ambiental de Santos, ligada à Cetesb, Enedir Rodrigues, disse ao Broadcast que, após as multas e interdições, a principal exigência do órgão junto às empresas tem sido a de que instalem em seus terminais um shiploader mais eficiente no controle da emissão de poluentes no ar. Em fevereiro, a agência exigiu das empresas multadas ou interditadas que os novos equipamentos fossem instalados em 18 meses.

Até que o processo seja concluído, a Cetesb proíbe o uso do equipamento "bico de pato" para acomodar a carga no porão do navio e a formação de pilhas de grãos acima das bordas superiores do porão, além de pedir limpeza permanente do convés do navio. Segundo Rodrigues, a situação tende a melhorar porque agora os terminais são obrigados a fazer licenciamento ambiental, algo não exigido anteriormente.

BRF confirma visita de Tyson a suas plantas. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 12/05/2016.

A BRF confirmou ontem, em resposta à solicitação de informações feita pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que executivos da Tyson Foods, maior empresa de carnes

dos EUA, visitaram fábricas da companhia no Brasil, conforme o**Valor** revelou na terça-feira.

Na segunda-feira, o CEO da Tyson, Donnie Smith, afirmou em teleconferência com analistas que a empresa voltará a investir no exterior, possivelmente nas áreas de carne de frango e alimentos processados, dois setores nos quais a BRF atua fortemente. Na ocasião, o executivo disse que o caminho para voltar ao exterior pode acontecer por meio de acordos ou parceiras.

Na resposta à CVM, a BRF também afirmou que a recente mudança na cláusula de proteção à dispersão acionária (a chamada 'poison pill') "não tem relação qualquer relação com as alegações veiculadas na mídia". De acordo com a BRF, a mudança na poison pill da empresa foi pautada na busca por "melhores práticas de governança corporativa".

Como o Valor informou na terça-feira, uma fonte próxima à BRF afirmou que o interesse da Tyson na empresa é a justificativa para a alteração na poison pill, aprovada em assembleia em 7 de abril. Na prática, a alteração ampliou a fatia de ações que investidores podem ter na BRF sem a necessidade de fazer uma oferta de compra para todos os acionistas da companhia brasileira. Antes dessa decisão, a poison pill era de 20%. Agora, é de 33,33%.

"Campeã nacional", JBS quer ter sede na Irlanda e ações em NY. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 12/05/2016.

Maior empresa privada não financeira do Brasil, a JBS propôs ontem uma reorganização societária a partir da qual transferirá ativos responsáveis por cerca 80% de seu faturamento para uma nova empresa com sede na Irlanda. Batizada de JBS Foods International, a companhia a ser criada deverá ter suas ações listadas na bolsa de Nova York (NYSE).

Em entrevista ao **Valor**, o CEO global da JBS, Wesley Batista, disse que a mudança - que precisa ser aprovada por acionistas, credores e autoridades reguladoras - visa "refletir" a presença global da JBS, com uma "estrutura societária que represente o que a companhia se transformou".

Fundada em 1953 como um pequeno frigorífico em Anápolis (GO), a JBS foi uma das chamadas 'campeãs nacionais' apoiadas pelos BNDES. Hoje, tem mais de 200 unidades espalhadas pelo mundo e, atualmente, o Brasil representa pouco mais de 10% das vendas da empresa. Líder global na produção de carnes, a JBS alcançou uma receita líquida de R$ 162,9 bilhões em 2015.

De acordo com Batista, a reorganização societária proposta trará "muitos benefícios" para a JBS. Entre eles, o empresário citou as vantagens de ser listada na NYSE, bolsa de liquidez muito superior à da BM&FBovespa. Além disso, argumentou, a base de possíveis investidores também se amplia e a JBS, sediada na Irlanda e com capital aberto nos EUA, poderá obter uma "substancial" redução no custo de capital. "[Passamos] a ter condição de acessar mais o mercado financeiro internacional", disse ele, que seguirá à frente da empresa a partir do escritório em São Paulo.

A alteração também terá efeitos positivos sobre a política de hedge cambial adotada pala JBS. "Logicamente, tendo um balanço em dólar, não [haverá] o que temos hoje", admitiu Batista, numa alusão indireta ao efeito dos derivativos nos resultados. Como atualmente a moeda funcional da empresa é o real, a JBS utiliza derivativos cambiais para se proteger da exposição ao dólar.

No ano passado, a política de hedge trouxe ganhos bilionários à empresa, mas com a alta do real a JBS deve ter fechado o primeiro trimestre no vermelho por conta das perdas com derivativos, projetam analistas. O balanço do período, cuja divulgação estava programada ontem, não havia sido publicado até o fechamento desta edição.

Questionado, Batista disse que o objetivo da reorganização não é obter vantagens tributárias. "É mais uma vantagem societária", afirmou. Segundo ele, a companhia sequer calculou a taxa média de impostos que será paga com a nova estrutura, com sede na Irlanda. "Entendemos que não aumenta [a taxa], mas não podemos dizer que tem benefício porque não temos análise e esse não foi o foco do trabalho", justificou.

A possibilidade da chamada "inversão fiscal" foi alvo de controvérsia recentemente nos EUA. No mês passado, a farmacêutica americana Pfizer desistiu de comprar a Allergan, sediada na Irlanda, e transferir assim sua sede legal para o território irlandês. A desistência da operação, que seria a maior transação da história da indústria farmacêutica, ocorreu após o governo americano endurecer as regras para a "inversão fiscal".

No caso da JBS, a reorganização, que culminará com a transferência da sede para a Irlanda, não contempla todas as operações da empresa. A JBS S.A., que tem ações listadas na BM&FBovespa, continuará existindo, mas com um nome diferente - JBS Brasil - e mais 'enxuta', se é que se pode dizer isso de uma empresa que terá um faturamento anual de R$ 30 bilhões.

Na prática, quase todos os ativos que a JBS tem no exterior serão transferidos para a JBS Foods Internacional. A JBS Foods - subsidiária integral que é a dona da marca Seara e engloba as operações de aves, suínos e alimentos processados no Brasil - também será transferida para a JBS Foods International. Na JBS Brasil, só ficarão a operação de bovinos no Brasil, o negócio mundial de couro - que tem unidades de processamento na Vietnã, China e na Europa -, e os subprodutos do abate bovino (biodiesel, colágeno, entre outros).

A intenção dos executivos da JBS é que a JBS Foods International se torne a controladora da JBS Brasil. Para isso, os acionistas das empresa listada na bolsa paulistana terão a opção de trocar até 75% da fatia que terão na JBS Brasil por ações da JBS Foods International.

Se todos optarem pela troca, a JBS Foods International controlaria a JBS Brasil com uma fatia de 75%. Os 25% restantes, taxa mínima do 'free float' para as empresas que estão no segmento do Novo Mercado, não serão alterados. A proposta é manter as duas empresas abertas, uma em Nova York e outra no Brasil. Nesse sentido, Batista disse que não tem a intenção de fechar o capital da JBS Brasil.

Na reorganização, a JBS Foods International também criará um programa de Brazilian Depositary Receipt (BDRs), recibo de ações de companhias estrangeiras negociadas na bolsa brasileira.

Com um assento no conselho de administração e 23,89% das ações da JBS, o BNDES já conhece os planos da reorganização acionária, assim com os outros membros do conselho, disse Wesley Batista.

CNA exige providências do Mapa contra o risco de pragas em importações de café. CNA. 12/05/2016.

O presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Breno Mesquita, o coordenador de Defesa Agropecuária da CNA, Décio Coutinho, e o presidente executivo do Conselho Nacional do Café (CNC), o deputado federal Silas Brasileiro, se reuniram na manhã desta quinta-feira, (12/05), com o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Luiz Eduardo Rangel, para reivindicar providências contra o risco da entrada de pragas em importações de café. Segundo os representantes do setor, a liberação da entrada do produto de outro país pode trazer prejuízos para diversas culturas brasileiras.

Nesta terça-feira (10/05), o Diário Oficial da União (DOU) trouxe publicada a Resolução nº 1 da Secretaria de Defesa Agropecuária do Mapa que revoga a Resolução nº 3, de 20 de maio de 2015, que suspendia a importação de grãos verdes de café provenientes do Peru, até que a Organização Nacional de Proteção Fitossanitária (ONPF) daquele país apresentasse plano de trabalho ao Departamento de Sanidade Vegetal (DSV) brasileiro.

De acordo com Breno Mesquita, é preciso reavaliar esta decisão e fazer um novo estudo técnico da análise de risco fitossanitária que gerou a Resolução, uma vez que o café é considerado um produto sensível. Décio Coutinho concorda com o presidente da Comissão e acrescenta ser "necessário o disciplinamento da exportação de produtos sensíveis no mercado brasileiro". O secretário de Defesa Agropecuária se comprometeu a analisar as reinvindicações da CNA e CNC.

Norte-americanos buscam informações sobre produção brasileira de grãos. MAPA. 12/05/2016.

Conab apresentou o cenário agrícola e de mercado, com destaque para soja, milho, trigo e arroz

Equipe técnica da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) recebeu representantes do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos (USDA) para apresentar a conjuntura agrícola e dados da produção nacional de grãos.

O Brasil que é um dos principais produtores mundiais. Estimativa divulgada esta semana pela companhia aponta que a safra de grãos 2015/2016 deve ultrapassar 202 milhões de toneladas.

Durante a visita de trabalho, realizada nesta quarta-feira (10), a Conab apresentou à USDA os cenários da produção e do mercado brasileiro com destaque para os cultivos de trigo, milho, soja e arroz. Os técnicos enfatizaram as particularidades das culturas, as contribuições do clima, tecnologia, pesquisa, perspectivas, desafios e políticas públicas voltadas para fortalecer o setor produtivo nacional.

Em uma próxima etapa de intercâmbio das áreas técnicas dos dois países, está prevista uma visita de campo a diversos polos de produção agrícola no Brasil.

Técnicos do USDA buscam informações sobre produção brasileira de grãos. CONAB. 12/05/2016.

Equipe técnica da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) recebeu representantes do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos (USDA) em reunião de trabalho com a finalidade de apresentar a conjuntura agrícola e dados da produção nacional.

O Brasil que é um dos principais produtores mundiais de grãos. Estimativa divulgada esta semana pela Companhia aponta que a Safra de Grãos 2015/2016 deve ultrapassar 202 milhões de toneladas.

Durante a visita de trabalho, realizada nesta quarta-feira (10), a Companhia apresentou à USDA os cenários da produção e do mercado brasileiro com destaque para os cultivos de trigo, milho, soja e arroz. Os representantes da Conab enfatizaram as particularidades das culturas, as contribuições do clima, tecnologia, pesquisa, perspectivas, desafios e políticas públicas voltadas para fortalecer o setor produtivo nacional.

Em uma próxima etapa de intercambio das áreas técnicas envolvendo os dois países, será realizada visita de campo a diversos polos de produção agrícola no Brasil.

Bayer estuda comprar a Monsanto. Fernanda Pressinott e Bettina Barros – Valor Econômico. 12/05/2016.

Em uma reviravolta inesperada, a multinacional alemã Bayer estuda comprar a americana Monsanto, em um negócio que criaria a maior empresa de sementes e de químicos para agricultura do mundo. Segundo o jornal "Financial Times", a gigante alemã da indústria química e agrícola estaria disposta a desembolsar US$ 40 bilhões na aquisição.

De acordo com o jornal, uma fonte próxima ao processo afirmou que a aproximação entre as duas empresas deverá seguir com contatos internos, que estudarão a melhor forma de financiamento. Nem a Bayer nem a Monsanto quiseram pronunciar-se sobre o negócio.

A Monsanto tentou, sem sucesso, comprar no ano passado a Syngenta. A empresa suíça acabou sendo vendida à chinesa ChemChina. Desde então, rumores apontavam que a Monsanto poderia fazer uma ofensiva sobre a Bayer.

As ações da Bayer caíram 4,6% nesta manhã depois da divulgação da notícia.

Questão ambiental é desafio na exportação de grãos pelo Porto de Santos. Leticia Pakulski – O Estado de São Paulo, Economia & Negócios 13/05/2016.

Dois terminais pertencentes a tradings já foram multados só neste ano; população reclama de poeira e odor da soja

A safra recorde de soja na temporada 2015/16 tem sido um desafio para o Porto de Santos, que lidera a exportação da commodity no País. A demanda aumentou, exigindo eficiência para reduzir o incômodo à população que vive nas proximidades do porto. A reclamação quanto ao mal-estar provocado pela poeira e o odor resultantes da movimentação dos grãos gerou, apenas neste ano, multas a dois terminais e a interdição de um terceiro, por emissão de poluentes na atmosfera. As punições foram aplicadas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb). Para amenizar o problema, a Companhia Docas do Estado (Codesp) trabalha com tradings e operadores logísticos em busca de soluções.

Ao mesmo tempo, não fosse a soja e o farelo, o terminal santista não teria batido em março o terceiro recorde mensal consecutivo na movimentação de cargas. Quase a metade de toda a exportação foi do complexo soja, ou o equivalente a 4,3 milhões de toneladas, crescimento de 45% em relação a março de 2015. Considerados os três primeiros meses do ano, foram quase 7 milhões de toneladas de grão e farelo exportados, aumento de 32% ante 2015. Já o movimento

de contêineres, que podem conter cargas agropecuárias, mas são utilizados principalmente para produtos industrializados, registrou queda de 8% no acumulado do ano e de 11% em março.

No fim de abril, quando a reportagem esteve no porto, moegas funcionavam a todo vapor. Nesses equipamentos onde a soja trazida de caminhões e vagões de trens era descarregada, o processo era rápido, sem filas, um cenário bem diferente de dois anos atrás, quando caminhões se acumulavam no pátio ou ao longo da estrada de acesso ao porto. Das moegas, a soja seguia por esteiras e elevadores de grãos para os silos, de onde era transportada por outras esteiras até shiploaders, equipamentos que colocam o produto dentro do navio. O preenchimento dos porões dos navios com a soja pode durar de um a três dias, dependendo da capacidade do terminal.

O diretor-presidente da Codesp, Alex Oliva, disse ao Broadcast Agro que a Operação Safra, adotada em 2014 e repetida anualmente desde então, gerou melhorias que tornaram mais ágeis recebimento e embarque dos grãos nos navios.

Enquanto os granéis ganharam mais importância nos resultados do terminal santista, produtos industrializados perderam espaço. "Esse cenário retrata a situação macroeconômica, sobre a qual o porto não tem qualquer tipo de gestão. Já a participação do granel ficou mais evidente justamente porque, naquilo que dependia de nós, nós melhoramos", disse ele.

A partir deste ano, o porto pode receber, sem filas ou aglomerações, 14 mil caminhões por dia, ante 12 mil/dia em 2015. Até março, 100% dos veículos chegavam ao local com agendamento prévio, ante 97% no ano passado. Paralelamente, a retomada das operações na Hidrovia Tietê-Paraná, em fevereiro, após 22 meses de paralisação em virtude da seca, tende a diminuir a pressão sobre essa estrutura rodoviária. "Parte da carga que poderia vir por caminhão voltou a vir por meio do modal ferroviário, com a integração que existe com a hidrovia", disse o diretor de operações logísticas da Codesp, Cleveland Lofrano.

Em um momento em que o Arco Norte é apontado como alternativa eficiente para o escoamento da safra do norte mato-grossense, a Codesp não acredita em migração de cargas e projeta que a exportação via Santos de soja em grão deve crescer 5,4% e a de farelo de soja aumentar 7,1% em 2016. "Santos tem um nicho próprio que vai se manter. O que está acontecendo é que esse acréscimo de produção no Brasil não tem mais como fluir só para o Sul e Sudeste; precisa fluir naturalmente para o Arco Norte", disse Oliva. "O Arco Norte vem dar resposta a essa demanda." Apesar de ser o maior porto em exportação de soja em grão, Santos ocupa o segundo nas vendas externas de farelo, segundo dados da Associação Brasileira das

Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) referentes a 2015. Em volumes, o porto representou 24% da soja em grão e 29% do farelo exportados pelo Brasil no ano passado.

Técnicos do Mapa e Mdic visitam áreas de indicação geográfica na Espanha. MAPA. 13/05/2016.

Delegação viaja neste sábado (14) para conhecer regiões produtoras de azeite, vinho, mel, presunto e queijo

Uma missão formada por quatro técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e um do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) viaja neste sábado (14) à Espanha para visitar cinco regiões da Espanha. O objetivo da delegação é conhecer o sistema de controle espanhol em relação à Indicação Geográfica (IG) – selo concedido a produtos ou serviços característicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, além de distingui-los em relação aos similares do mercado.

O grupo visitará áreas de IG de azeite, vinho, mel, presunto e queijo. Os produtos foram escolhidos com base em semelhanças com o Brasil. Com exceção do azeite, o país já tem indicações geográficas para os demais produtos.

A delegação terá quatro representantes do Mapa: a coordenadora-substituta de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários do Mapa, Patrícia Saraiva, dois técnicos em IG (um da sede, em Brasília, e um da Superintendência Federal de Agricultura do Espírito Santo) e um técnico em bebidas. O quinto integrante da missão é um técnico do Mdic. O grupo ficará na Espanha até 21 de maio.

A viagem faz parte da segunda etapa do intercâmbio de experiências e conhecimento sobre o registro e controle de IG na Espanha e União Europeia (UE) e integra o projeto Diálogos Setoriais UE-Brasil. No início do mês passado, técnicos espanhóis participaram de seminário, em Brasília, para falar sobre o funcionamento das indicações geográficas naquele país.

Bayer estuda fazer oferta de US$ 40 bi pela Monsanto. Arash Massoudi e Guy Chazan – Valor Econômico. 13/05/2016.

A Bayer, multinacional alemã de € 79 bilhões que atua nos setores químico e farmacêutico, estuda a viabilidade de apresentar uma oferta para adquirir a americana Monsanto por mais de US$ 40 bilhões. Se confirmada, será mais uma fusão de peso a marcar o processo de consolidação do mercado global de defensivos agrícolas e sementes.

A Bayer e seus assessores financeiros estudam há semanas como estruturar a combinação das duas empresas. Se uma oferta pela companhia com sede em Saint Louis for de fato apresentada, chegaria quase um ano depois de a própria Monsanto ter tentado, sem sucesso, comprar outra rival, a suíça Syngenta.

Fontes envolvidas no processo disseram que, embora esteja estudando a oferta pela Monsanto, a Bayer teme que uma combinação de tal porte possa enfrentar vários obstáculos, inclusive de autoridades antitruste. Não ficou claro se as partes já negociaram diretamente, mas uma possível oferta viria num momento em que o segmento testemunha uma sucessão de grandes fusões e aquisições, como a união entre Dow e DuPont, de US$ 130 bilhões, anunciada em dezembro.

A rápida sequência de acordos foi desencadeada pela tentativa malsucedida de compra da Syngenta pela Monsanto, em agosto. O escocês Hugh Grant, CEO da Monsanto desde 2003, havia argumentado que a empresa americana precisava reduzir sua dependência dos organismos geneticamente modificados e passar a oferecer linhas mais integradas aos agricultores, que incluíssem produtos químicos fundamentais para a agricultura.

Foi essa lógica que esteve por trás das três tentativas de compra da Syngenta pela Monsanto desde 2011 - todas sem sucesso, que acabaram levando a empresa suíça a acertar sua venda, por US$ 44 bilhões, para a ChemChina. Essa transação, somada à fusão entre Dow e DuPont, deixou a Monsanto exposta e levou a Bayer e sua rival alemã Basf a avaliarem diferentes cenários para suas unidades de agronegócios.

A Bayer contratou apenas recentemente um novo CEO: Werner Baumann, veterano, com 28 anos na empresa e ex-chefe de estratégia, substituiu Marijn Dekkers no comando no fim de abril. Dekkers foi para a Unilever substituir Michael Treschow como presidente

do conselho de administração. Com Dekkers, que liderou a Bayer por seis anos, a Bayer se tornou um grupo mais voltado às ciências da vida.

Em 2015, a alemã abriu o capital da Covestro, sua unidade de plásticos, na maior oferta pública inicial de ações da Alemanha em anos. Após o IPO, a Bayer ficou com quatro divisões: farmacêutica, bens de consumo para cuidados com a saúde, saúde animal e ciências agrícolas.

A transação com a Monsanto permitiria à Bayer complementar sua linha de agroquímicos com a de sementes e defensivos da americana. Procuradas, as empresas não deram entrevista. (Tradução de Sabino Ahumada).

Colheita de soja argentina atinge 51,3% da área, e de milho, 27,4%. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 13/05/2016.

A colheita de soja na Argentina avançou 9,8 pontos percentuais nos últimos sete dias até ontem, para um total de 51,3% da área semeada, segundo levantamento da Bolsa de Cereais de Buenos Aires.

Mesmo com esta aceleração, os trabalhos estão 28,2 pontos percentuais atrasados em relação à safra passada. O problema continua sendo o excesso de chuvas, que prejudica as lavouras do país há praticamente um mês.

No novo levantamento, a bolsa mantém a previsão de colheita em 56 milhões de toneladas para o ciclo 2015/16. No início da safra, a perspectiva chegou a 60 milhões de toneladas e foi sendo revista para baixo em função do clima.

Já a colheita de milho argentina chegou ontem a 27,4% da área semeada, segundo a bolsa, o que representa um avanço de 1,1 ponto percentual nos últimos sete dias. Os trabalhos estão 5,5 pontos percentuais atrasados em relação à safra passada, também devido ao excesso de chuvas.

A Bolsa de Cereais trabalha com uma estimativa de produção de milho no país de 25 milhões de toneladas.

Ministério define critérios para importação de material genético avícola. Cláudia Lafeta – MAPA. 13/05/2016.

Principal exigência é o parecer técnico prévio da ABPA, com aprovação do Mapa

A partir de agora, os processos de importação de material genético avícola (pintos e ovos férteis de um dia) deverão ter parecer técnico prévio da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e aprovação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O documento será feito com base nas provas zootécnicas apresentadas pelas empresas produtoras de plantéis de multiplicação nos países de origem.

Os critérios para importação do material genético avícola foram estabelecidos por meio da Instrução Normativa nº 17, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) dessa quinta-feira (12).

Os estabelecimentos que se dedicam à importação de material genético avícolas estão obrigados ao registro na Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA).

Até a publicação no DOU, os critérios eram feitos pela União Brasileira de Avicultura (Uba) e pela Associação Brasileira de Exportadores de Frango (Abef). Com a fusão das duas entidades, surgiu a ABPA, que agora será a responsável pelo parecer técnico.

As áreas técnicas competentes do Mapa, junto com a ABPA, vão elaborar os modelos de relatórios que possibilitem a manutenção atualizada das informações dos processos de importação. Esse relatório deverá conter o número de machos e fêmeas ou ovos férteis importados por linhagem; a localização da granja de origem do material genético e do incubatório; e a granja ou incubatório de destino do material genético no Brasil.

Acordo pode gerar alta de 12% nas vendas externas em 2030. Marta Watanabe – Valor Econômico. 16/05/2016.

Um acordo com a União Europeia (UE) pode gerar ao Brasil elevação de 12,33% nas exportações totais em 2030, aponta estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV). Os embarques de etanol e de carne bovina, porém, dois produtos que foram retirados da oferta europeia, teriam crescimento bem acima dessa média.

O estudo mostra que a exportação total brasileira de carne bovina brasileira pode triplicar em 2030 e a das demais carnes, dobrar. A exportação de açúcar e etanol pode subir 83%. Para os autores do estudo, a perspectiva para as negociações do acordo tornam-se mais promissora com a mudança de governo.

A pesquisa da FGV leva em consideração o potencial de impacto em condições otimistas, como a zeragem total de tarifas e a redução de 40% das barreiras não tarifárias, explica Lucas Ferraz, professor e coordenador do núcleo de modelagem do centro do comércio global da fundação. O livre comércio desses produtos em 2030, considerando cotas do bloco europeu suficientes para abarcar todo o potencial de exportação brasileira nesses produtos, também foi incluído na análise.

Nas mesmas condições, com o acordo de livre comércio entre Mercosul e UE, as exportações totais de produtos agrícolas em 2030 subiriam em US$ 70 bilhões enquanto as importações seriam acrescidas de US$ 3,8 bilhões. "Isso dá uma ideia da competitividade dos produtos agrícolas brasileiras", diz Ferraz. O aumento na exportação do agronegócio seria de 60,8% e na importação, de 36,4%.

Os números da FGV mostram que, no acordo com os europeus, o grande potencial de ganho está no setor agrícola. Nos manufaturados o acordo traria elevação de 17,5% nas importações e de apenas 2,1% nas exportações.

Olhando por setor, porém, é possível identificar setores que teriam elevação de exportação. É o caso de bebidas e tabaco, que cresceriam 10,25% em 2030. Nos equipamentos de transporte - inclui aeronaves e exclui automóveis - a alta seria de 6,25%. Os embarques do setor de vestuário subiriam 25,7%, mas as importações no segmento aumentariam mais (32,2%). Automóveis teriam impacto semelhante -alta de 7,42% nas exportações e de 23,4% nas importações.

O impacto efetivo, porém, diz Ferraz, dependerá das condições em que o acordo de livre comércio for negociado. Ele considera remoto, por exemplo, o livre comércio aplicado na agricultura. Para ele, os acordos de livre comércio com o bloco europeu ou mesmo com os EUA são grandes oportunidades para o crescimento da economia brasileira e são necessários para que o país consiga se inserir na convergência regulatória que tende a ser estabelecida pelos mega-acordos comerciais.

Os impactos devem ser mensurados e levados às autoridades negociadoras e encarregadas de formular a política de comércio exterior. Dessa forma serão alvo de negociações de flexibilização. De qualquer forma, diz o professor, com o novo governo melhoram as perspectivas para as negociações com a zona do euro. "A expectativa é que a partir de agora as negociações serão norte-sul e não mais sul-sul, numa mudança significativa em relação à política anterior."

Para Vera Thorstensen, professora e coordenadora do centro do comércio global e de investimentos da FGV, a mudança na Câmara de Comércio Exterior (Camex) deve ganhar maior relevância ao sair do Ministério do Desenvolvimento e tornar-se diretamente subordinada ao presidente da República.

Segundo Vera, é necessário um órgão enxuto, capaz de definir uma política de relações internacionais e forte o bastante para garantir a sua aplicação no campo diplomático e operacional. "As negociações do Itamaraty precisam dos dados que estão na Secretaria de Comércio Exterior (Secex)."

O acordo com a UE, porém, não deve ser visto como um caminho único, diz Vera. O Brasil deve buscar outras parcerias importantes, como com os EUA. Segundo o estudo, um acordo com os americanos possibilitaria, nos mesmos critérios de zeragem de tarifa e redução de 40% das barreiras não tarifárias, elevação de 6,94% nas exportações em 2030. As importações subiriam 7,5%.

Um acordo com os americanos, aponta o estudo da FGV, possibilitaria impactos mais equilibrados para todos setores do Brasil. Nesse caso, as exportações do agronegócio subiriam 9,9% enquanto as importações cresceriam 8,4%. No setor industrial, os embarques aumentariam em 15% e as importações, em 8,6%.

O estudo conclui, entre outras coisas, que o melhor cenário é a celebração de acordos com os americanos e também com os europeus. Para Vera, há uma questão estratégica de negociação. "A União Europeia apresentou suas propostas, mas somente sentará de fato à mesa para assinar o acordo no momento em que o Brasil começar a negociar também com os EUA", diz a professora, que foi assessora econômica da missão do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) por 18 anos.

Plantio da safra 2016/17 de grãos nos EUA continua em ritmo acelerado. Mariana Caetano – Valor Econômico. 16/05/2016.

O plantio da safra 2016/17 de soja e milho nos Estados Unidos continuou em ritmo acelerado na última semana, à frente da média histórica, indicou levantamento divulgado pelo Departamento de Agricultura do país (USDA).

No caso do milho, a semeadura avançou 11 pontos percentuais na semana encerrada ontem, para 75% da área prevista, conforme o órgão americano. Esse patamar é superior aos 70% da média dos últimos anos, embora aquém dos 82% do mesmo período do ano passado.

Já o plantio de soja atingiu 36% da área estimada, evolução de 13 pontos percentuais em relação à semana anterior. O ritmo dos produtores da oleaginosa está adiantado em relação aos 32% da média histórica para o período, mas mais lento que um ano atrás, quando 41% da área já estava semeada.

Migração do milho para a soja

A expectativa sobre a possível migração de área do milho para a soja nos EUA em 2016/17 tem ganho força nos últimos dias. A relação de preços mais atraente para a soja, em detrimento do milho, estimula parte dos produtores americanos a desistirem de semear o grão em favor da oleaginosa (os dois produtos concorrem pela área de plantio nos EUA). A maioria das projeções aponta que essa migração oscilaria entre 2 milhões e 3 milhões de acres (800 mil a 1,2 milhão de hectares).

"Nossos clientes nos EUA realmente estão trocando a área", diz Pedro Dejneka, sócio-diretor da consultoria AGR Brasil, divisão do grupo AgResource, com sede em Chicago. Segundo ele, os agricultores americanos fazem toda a programação para plantar soja ou milho antes de março, mas deixam cerca de 10% da área que pretendem plantar para definir por um desses dois produtos entre março e junho, com base nos preços e no clima.

A AGR Brasil estima que os americanos vão plantar de 83 milhões a 85 milhões de acres com soja (33,6 milhões a 34,4 milhões de hectares), ante os 82,2 milhões de acres (33,26 milhões de hectares) apontados pelo USDA no começo de maio. "É um patamar grande,

mas existem muitas variáveis em jogo no momento pra se ter uma ideia mais exata", conclui Dejneka.

Stefan Tomkiw, analista do Société Générale em Nova York, lembra que para alguns produtores as chances de migração são mais limitadas, uma vez que já se abasteceram de insumos para uma ou outra cultura. "Mas há áreas que mesmo assim devem sofrer alteração", afirma.

Conforme o analista, as áreas mais ao norte do cinturão produtor americano, em Estados como Minnesota, e as Dakotas do Norte e do Sul, estão mais sujeitos a essa mudança para a soja. "Os [Estados] mais ao sul começam o plantio mais cedo e não pegaram todo esse rally nos preços", diz Tomkiw.

No acumulado de maio, até hoje, a soja acumula alta de 3,59% na bolsa de Chicago, em boa medida devido às preocupações com a safra argentina, que sofre com o clima desfavorável. O milho também sobe, mas de maneira menos expressiva que a soja, com valorização de 1,08% no mês.

Usinas já travaram os preços de 80% do açúcar para exportação. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 16/05/2016.

Uma conjunção de fatores favoráveis para a remuneração do açúcar para as usinas em reais provocou uma corrida para a fixação dos valores do produto na exportação na atual safra 2016/17. E, com o ritmo recorde de fixação, há apenas um pequeno volume de açúcar para ser travado a partir de agora.

Estima-se que, das cerca de 24 milhões de toneladas de açúcar que o Brasil deve exportar nesta temporada, 80% tenha tido o preço fixado. Isso representa 19,2 milhões de toneladas de açúcar cujo preço já foi definido - embora isso não represente um compromisso com compradores. Considerando que as projeções para a produção de açúcar do Centro-Sul na safra atual oscilam perto das 34 milhões de toneladas, o volume de açúcar cujo preço foi travado representa 56% do que deve ser fabricado.

Nos cálculos da Archer Consulting, o preço médio fixado para esse volume foi de R$ 1.206 a tonelada, mas durante o primeiro bimestre do ano, o valor em moeda nacional chegou a bater a marca histórica de R$ 1.600 a tonelada.

O percentual de 80% de fixação dos preços foi alcançado em fevereiro, e desde então as usinas pisaram no freio, travando o preço de um pequeno volume de açúcar, diz Arnaldo Correa, diretor da consultoria.

Conforme o analista, esse patamar pode ser considerado recorde. No histórico recente, o nível de fixação mais elevado que se obteve nesse período foi em 2012/13, quando o preço de 68% do açúcar para exportação tinha sido fixado.

O período mais febril de realização de hedge nesta safra ocorreu nos dois primeiros meses do ano. Naquele momento, os preços do açúcar na bolsa de Nova York estavam firmes por causa do período de entressafra no Brasil e de uma estimativa de déficit no ciclo global 2015/16. *(ver Projeção de déficit de oferta em 2015/16 é elevado)*

Mas nada se compara à influência do câmbio. No primeiro bimestre, quando ainda havia incertezas sobre os rumos do processo de impeachment da agora presidente afastada Dilma Rousseff e mais confiança de uma alta dos juros americanos pelo Federal Reserve, o dólar chegou a ser negociado a R$ 4,1631, enquanto os contratos a termo da moeda (NDFs) com vencimento entre oito e 12 meses alcançavam os R$ 4,60.

A relação ficou tão vantajosa que as usinas já anteciparam inclusive a fixação do preço do açúcar para ser exportado na safra 2017/18, que começa apenas em abril do próximo ano. "Houve quem fixou o açúcar por R$ 1.500 por tonelada para a próxima safra", afirma Correa. Inclusive, parte do volume de açúcar apurado pela Archer Consulting, cujo preço de exportação foi fixado, já está na conta dos embarques da próxima temporada.

No entanto, a quantidade de açúcar do ciclo 2017/18 cujos preços de venda já foram acertados ainda é marginal, segundo Willian Hernandes, sócio da FGAgro. "Para a próxima safra, 5% a 10% dos nosso clientes fixaram essas vendas".

Uma das companhias que já travou o preço para uma parte do açúcar que será exportado na próxima safra foi a Raízen Energia. Segundo a Cosan, que detém 50% de participação na sucroalcooleira, 669 mil toneladas de açúcar que serão embarcadas na temporada

2017/18 já tiveram o preço travado a um valor médio de 67,20 centavos de real a libra-peso.

Esse preço já é 19% maior do que a cotação médio fixada para o açúcar a ser embarcado nesta safra. A Raízen já travou o preço de praticamente toda a quantidade da commodity que será exportada neste ciclo - 2,136 milhões de toneladas - a um preço médio de 56,30 centavos de real a libra-peso.

Contudo, essa oportunidade não esteve à mão de todas as usinas. Aquelas com problemas sérios de liquidez não tiveram aprovação de crédito das instituições financeiras para realizarem contratos a termo de dólar. "Só as empresas bem capitalizadas que puderam fazer essas operações", observa Correa.

Além disso, nem todas as usinas que conseguiram fixar os preços de seu açúcar surfaram exatamente na onda do real fraco neste início de ano. Segundo o analista da Archer Consulting, do total das que fixaram, cerca de 40% devem ter aproveitado essa queda.

Os próximos passos das usinas deverão ser mais cautelosos. Segundo Fabio Meneghin, sócio da Agroconsult, o foco das empresas neste momento é cumprir os contratos negociados e esperar uma definição do cenário político e sua influência sobre o câmbio.

"E tem o mercado interno que elas têm que atender e para o qual não tem contrato", acrescentou. Segundo Meneghin, o mercado doméstico absorve cerca de 30% do açúcar produzido pelo Centro-Sul.

O esfriamento atual da atividade de hedge por parte das usinas abre espaço para que as negociações dos contratos de entrega futura no mercado internacional se tornem mais voláteis. "Há pouca empresa com espaço no mercado físico para fixar. E os movimentos são mais voláteis", afirma Willian Hernandes, sócio da FGAgro.

Na Holanda, queijos para os paladares mais exóticos. Assis Moreira – Valor Econômico. 17/05/2016.

Dos 13,5 bilhões de quilos de leite que a Holanda produziu no ano passado, 54% foram destinados à produção de queijos. O país é famoso pelo tradicional Gouda, exportado para

o mundo todo. Mas outro segmento está se expandindo nos últimos anos, o dos queijos especiais.

A cooperativa Rouveen, a uma hora e meia de Amsterdã, no leste do país, por exemplo, produz nada menos que 340 tipos de queijos, com variações no tipo de leite, ingredientes, aditivos, formatos e empacotamento.

"A margem é muito boa, de mais de 20%, é um ótimo negócio", afirma Egbert Koersen, presidente do conselho da cooperativa, que faturou € 150 milhões (R$ 600 milhões) em 2015.

Para Koersen, a versatilidade tem sido uma maneira de driblar a crise no setor de lácteos. Assim, a cooperativa produz o que o cliente pede, por mais exótico que seja.

Ele conta que um cliente árabe apareceu no laticínio e encomendou um queijo inteiramente verde. O jeito foi inventar um à base de pesto, diz. Já os russos adoram comprar queijo com chocolate. E o queijo mais caro é o que contém gosto de trufas, ao preço de € 20 euros por quilo na fábrica. No varejo, o valor triplica.

Na região, fazendas também produzem leite tanto nos moldes kosher como halal, para judeus e muçulmanos, respectivamente. O cliente tem opção ainda de adquirir leite proveniente de produção orgânica - mais caro -, ou leite de cabra, por exemplo. Os ingredientes que podem ser adicionados aos queijos também são vários: mostarda, wasabi, pimenta, cebola, tomate, olivas...

A produção na cooperativa é totalmente robotizada, e o leite é fornecido pelos 250 produtores associados à Rouveen. A produção de 21 milhões de quilos por ano é vendida sobretudo para supermercados e atacadistas que colocam suas próprias marcas.

Agora a Rouveen está produzindo também queijos com quinoa e coco depois de constatar que são populares nos Estados Unidos.

A Holanda produziu 800 milhões de quilos de queijos em 2014 e exportou para 150 países.

Europa enfrenta "inundação" de leite. Assis Moreira – Valor Econômico. 17/05/2016.

Quem chega à fazenda de 80 hectares de Leon Backs, em Rutten, no centro da Holanda e a uma hora de Amsterdã, não vê vacas e sim campos de tulipas de diversas cores. O pasto está quase todo plantado com essa flor que faz o país ser chamado de floricultura do mundo. As 120 vacas estão concentradas no estábulo ao lado da residência, e só se deslocam ali dentro para serem ordenhadas por dois robôs.

"A situação está difícil, tive que alugar muitos hectares a produtores de tulipas para compensar a perda com o leite", diz Leon, 35 anos de idade, que trabalha sozinho, na fazenda que comprou do pai em 2009. Ele conta que há dois anos recebia € 0,40 por quilo de leite, mas agora o preço despencou para € 0,25. Alugando o pasto para produção de tulipas, ele embolsa € 2.750 (R$ 11.200) ao ano por hectare.

Isso ocorre porque a Europa foi "inundada" por leite, um ano depois do fim do sistema de cotas que limitava a produção no setor. A história de Leon ilustra a crise que vivem atualmente os produtores europeus, desde que, a partir de abril de 2015, passaram a poder produzir e exportar o quanto desejarem.

Na expectativa dessa liberalização, criadores, sobretudo na Holanda, Bélgica, Dinamarca e Irlanda, compraram mais vacas e mais terras, produzindo mais para conquistar novos mercados, em particular a China. Mas, já em 2014, a Rússia havia decretado um embargo aos produtos agrícolas europeus, fechando um mercado para os queijos do velho continente. Além disso, a China, maior importadora mundial de leite em pó, freou bruscamente suas importações do produto. E o clima favorável ajudou os concorrentes Nova Zelândia, Austrália e Estados Unidos a aumentarem sua produção.

Os preços no mercado internacional, que começaram a cair no fim de 2014, degringolaram com a superprodução europeia. Só em outubro de 2015 a Irlanda elevou seu volume de leite em 48% e a Holanda, em 16,8%. Entre janeiro e fevereiro deste ano, a alta do volume na Europa fez a produção global crescer 3,4%.

"Produzimos 1,7 milhão de toneladas a mais em pouco tempo, e o excesso de oferta nos impede de obter preço remunerador, ameaça fazendas e estruturas regionais", diz Regina Reiterer, assessora do European Milk Board (EMB), que reúne produtores de 15 países.

Além da derrubada de preços, a situação agravou-se com a alta dos custos de produção. Segundo o EMB, as perdas são "inacreditáveis". O exemplo mais cruel vem da Alemanha, o maior produtor: custa € 0,4494 produzir um quilo de leite, mas o produtor recebe € 0,2866 pelo produto. Ou seja, apenas 64% dos custos estão cobertos pelo preço recebido.

Depois que milhares de produtores bloquearam o centro de Bruxelas, sede da UE, com tratores e queimaram fardos de feno, atraíram a atenção para a crise no setor. Recentemente, a UE aprovou um plano de restrição voluntária de produção em troca de ajuda para melhorar a imagem do setor, por exemplo. Mas associações de produtores dizem que, sem coordenação, os cortes voluntários de produção não funcionam. "Um país pode reduzir seu volume, mas outro continuar a aumentar sua produção", afirma Reitener, da EMB.

Oferta cresceu no momento em que a China freou o consumo e Rússia impôs restrições a produtos europeus

A produção global de leite e produtos lácteos alcançou 800,7 milhões de toneladas em 2015. A União Europeia (UE) produz cerca de 20% desse total, segundo a FAO, a Agência das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. As exportações globais somaram US$ 71,3 bilhões ano passado, e os europeus exportaram US$ 17,8 bilhões.

A Holanda, pequeno país de 17 milhões de habitantes, é um dos maiores produtores de lácteos da Europa. O setor, no país, representa € 12 bilhões. Cerca de 35% da produção é consumida internamente, 45% exportada a outros países da Europa e 20% para o resto do mundo.

Os holandeses prepararam-se para o fim do regime de cotas, para produzir mais e tomar rapidamente fatias de mercado. A produção, que somara 11 bilhões de quilos de leite em 2010, pulou para 13,5 bilhões de quilos em 2015. E aproxima-se rapidamente da meta de 14 bilhões de quilos que era prevista para 2020. Mas seus produtores alegam que reduzir os volumes não terá efeito no preço internacional porque representam só 2% do total global.

Os pecuaristas holandeses são conhecidos pela alta produtividade no setor. O rebanho médio no país é de 80 vacas. Enquanto uma vaca produz 6.777 quilos de leite por ano na média europeia, na Holanda, o volume chega a 9.500 quilos por ano.

Na sua fazenda em Rutten, na região de Noordoostpolder, onde o governo barrou o mar com diques e obteve terra para a agricultura a partir de 1946, Leon Backs conta que o preço do hectare chegou a € 90 mil (R$ 361 mil) comparado a € 60 mil (R$ 241 mil) na média em outras regiões, reflexo da procura por mais espaço para as vacas leiteiras.

No entanto, com a queda de preço do leite, o rebanho holandês, de 1,6 milhão de vacas, tem hoje 50 mil a mais do que necessário, segundo Jan van Beekhuizen, chefe do setor de lácteos no Rabobank. E o valor de uma vaca caiu 50% em um ano, para 1 mil euros (R$ 4 mil).

Enquanto mostra suas vacas, da raça swedish red, Leon Backs não esconde a inquietação. Ele dá um suspiro de alívio ao observar que suas despesas não são maiores porque trabalha sozinho e tem dois robôs para a ordenha, ao custo de € 100 mil cada um. Mas diz que, se a situação não se estabilizar nos próximos meses, terá de pedir empréstimo bancário. "Até agora estou usando a poupança que vem de 2014, mas vai chegar um momento em que a coisa vai apertar", afirma.

Jan, do Rabobank, diz que, atualmente, se os produtores de leite pagam os juros já é um bom sinal. "Entendemos que a crise pode atrasar o pagamento do principal da dívida", disse. Para ele, "é só um ciclo que está se desenvolvendo", ou seja, cedo ou tarde os preços vão se reequilibrar.

Mas Egbert Koersen, que cria 80 vacas em 50 hectares, acredita que o problema é que os holandeses são obcecados por crescer e crescer. "Pensamos na quantidade, não na qualidade, e queremos sempre produzir e vender mais", diz o produtor de Heerenbroek, leste da Holanda, enquanto serve leite de suas vacas, com café, na cozinha de sua residência. "Aumentamos demais a produção, e agora temos que sair dessa".

Koersen conta que obteve financiamento pelo prazo de cinco anos pagando juro de 2,7% ao ano para três quartos do capital e de 1,8% pela taxa Euribor (juro de referência do mercado do euro) para o restante. Presidente da cooperativa Rouveen, ele diz que os produtores têm a chance de receber remuneração um pouquinho melhor pelo quilo de leite, por volta de 5%, porque vendem para suas respectivas cooperativas. As 50 vacas de Koersen produzem 700 mil quilos de leite por ano.

Com a crise, ele alimenta um plano: converter-se para a produção orgânica. "Com o leite orgânico, dá para ganhar 30% a mais", diz. Ao que Jan, do banco, ressalva que passar para esse tipo de produção demanda um período de transição de pelo menos dois anos.

Outra discussão hoje na Holanda é sobre a imagem do leite. Cerca de 30% da produção vem de vacas que passam a maior parte do ano no estábulo. Os produtores que deixam suas vacas mais tempo pastando conseguem receber atualmente € 1 a mais por 100 quilos de leite. O consumidor é informado sobre o método de produção do leite.

Leon e Koersen não veem problemas para o bem-estar animal com a produção no estábulo, que no verão tem ventilador e outros "confortos". Mas reconhecem o apelo para o público da imagem da vaca pastando, mesmo que não considerem que isso influencie a qualidade do leite.

Para a FrieslandCampina, maior cooperativa da Europa e quinto player mundial em lácteos, 2016 continuará sendo um ano ainda de muito desafio por causa da enorme oferta de leite e da menor demanda. Mas a expectativa da empresa é de que o excedente decline e a demanda volte a melhorar, especialmente nas regiões com pouca capacidade de produção de lácteos. "Os preços internacionais estão em níveis historicamente baixos, e as oportunidades de exportação vão aumentar de novo para a Europa".

Kevin Bellamy, do Rabobank, reputado analista do setor, estima que, diante da queda de preços, o crescimento da oferta nas regiões produtoras tende a desacelerar. O banco avalia que, ao longo do ano, o consumo de lácteos deve continuar crescendo na Ásia, EUA e Europa. A exceção é o Brasil - afetado pela recessão e pela menor produção de leite.

Para a Associação de Produtores de Leite dos EUA, há sete razões para uma recuperação global não ser iminente: a fragilidade da economia mundial, o elevado estoque de lácteos, a persistente alta produção na Europa, o baixo nível de importações pela China, a estagnação dos preços, problemas relacionados ao clima e pouca demanda.

PARAÍBA: Conab apresenta PAA a governo do Quênia. CONAB. 17/05/2016.

Uma delegação com 30 representantes do governo do Quênia estará na Paraíba esta semana para conhecer a experiência brasileira de apoio à agricultura familiar. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional da Paraíba participará, nesta terça-feira (17), de reunião com os africanos e o governo

estadual. Também estará presente o Diretor do Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas, Daniel Balaban. O encontro acontece no Palácio da Redenção, em João Pessoa/PB.

A oportunidade será de troca de conhecimento sobre programas e atividades desenvolvidas pelos governos estadual e federal no sentido de garantir sustentabilidade e desenvolvimento à agricultura familiar e, simultaneamente, garantir alimentos a pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar.

O superintendente regional da Conab na Paraíba, Gustavo Guimarães, fará apresentação sobre o papel da Companhia na condução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Também fará um balanço dos 13 anos do programa e falará sobre a distribuição de cestas a comunidades em situação de insegurança alimentar.

A missão africana fica na Paraíba até sexta-feira (20) e estão previstas visitas a três projetos de pequenos agricultores estruturados com apoio da Conab na Paraíba: Cooperativa Paraibana de Avicultura e Agricultura Familiar (Copaf), Associação dos Piscicultores e Aquicultores de Araçagi e Comunidade Quilombola Senhor do Bonfim.

CNA defende acordo com o Japão para redução de tarifas de exportações. CNA. 17/05/2016.

Picos tarifários impostos pelo Japão aos produtos do agronegócio do Brasil inibem as vendas externas da agropecuária brasileira, existindo casos extremos com tarifas equivalentes a 374,41%. Essa realidade é demonstrada no estudo “Barreiras Comerciais: os Picos Tarifários Japoneses e o Agronegócio Brasileiro”, elaborado pela Superintendência de Relações Internacionais (SRI), da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Diante das barreiras tarifárias e sanitárias impostas pelo governo japonês às importações de produtos agropecuários do Brasil, a CNA defende a negociação de um acordo bilateral entre os dois países, tendo em vista a morosidade atual da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A análise da CNA mostra que o Japão dispõe de um "mercado consumidor de 126,9 milhões de habitantes, sendo um dos grandes importadores de produtos agropecuários e tendo comprado, em média, US$ 119,1 bilhões entre 2012 e 2014". Mesmo diante de números tão grandiosos, a participação brasileira ainda é relativamente pequena, apenas US$ 4,1 bilhões. Um bom exemplo está no fato de o Brasil ser um grande produtor e exportador de carnes e miudezas, e o Japão, um dos maiores importadores mundiais desses produtos, "mas o comércio bilateral de carnes continua pequeno, devido às altas tarifas aplicadas pelos japoneses às carnes, além das restrições sanitárias que impedem a importação de carne bovina in natura do Brasil", avalia o estudo.

Carne suína - A CNA destaca que os produtores brasileiros enfrentam enormes dificuldades para exportar diversos tipos de carne suína aos japoneses. Segundo dados do Departamento de Agricultura dos Unidos (USDA), entre 2012 e 2014, o Brasil manteve-se no quarto lugar entre os principais produtores mundiais desse tipo de carne.

De acordo com o estudo da CNA, o Japão reconhece apenas o estado de Santa Catarina como livre da febre aftosa sem vacinação, importando carne suína brasileira apenas daquele estado. Os outros estados brasileiros também são livres de febre aftosa, mas com vacinação. Apesar disso, para os japoneses, tal classificação coloca o país na condição de enfrentar um possível surto da doença.

Outro setor sensível é o de mel. O Japão é um grande importador do produto, comprando anualmente US$ 113,95 milhões. Já o Brasil exporta anualmente US$ 68,35 milhões, mas o comércio entre os dois países é pouco expressivo. Para a CNA, essa situação pode ser explicada, em parte, pelas elevadas tarifas aplicadas ao mel natural brasileiro: 25,5%.

Tarifas elevadas – Segundo a OMC, "picos tarifários são tarifas relativamente elevadas, comumente aplicadas sobre produtos 'sensíveis', entre níveis tarifários geralmente baixos". O estudo da CNA identificou que 20,7% dos produtos do agronegócio sofrem com picos tarifários japoneses. Para produtos selecionados no estudo, 1/3 das tarifas supera 30% do valor de importação e, muitas vezes, avalia o documento, essas tarifas chegam a extremos, mais de 100%. Os concentrados de proteínas e substâncias protéicas texturizadas são o caso mais extremo, cujas tarifas aplicadas pelo Japão atingem 374,41%.

Outro setor que enfrenta obstáculos, devido aos picos tarifários impostos pelo Japão, é a pecuária, que inclui miudezas como línguas e intestinos de bovinos e suínos, além de

carnes processadas de peru, frango e bovinos. No caso das miudezas de origem bovina, segundo a CNA, as tarifas variam de 12,8% a 50%.

Em relação a couros e peles, por exemplo, o Japão foi um grande importador entre 2012 e 2014, mas, por vezes, chegou a exportar esses produtos. Assim, no entender da CNA, para proteger sua indústria, o país mantém picos tarifários para dez produtos de peles, couros e derivados.

Estudo completo - Tenha acesso ao Estudo completo elaborado pela Superintendência de Relações Internacionais - SRI - da CNA

CNA questiona União Europeia pela ausência de cotas para carne bovina e etanol nas negociações com o Mercosul. CNA. 17/05/2016.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) questiona a decisão tomada pela União Europeia de não incluir as cotas para a importação de carne bovina e de etanol, na retomada das negociações com o Mercosul, ao trocar suas ofertas de acesso a mercado depois de 12 anos sem avanços nas discussões bilaterais. A decisão, segundo o entendimento da CNA, "é absolutamente frustrante especialmente porque, inicialmente, a Comissão Europeia pretendia liberar a exportação de pelo menos 78 mil toneladas anuais de carne bovina sem hormônios, além de 60 milhões de litros de etanol".

Dentro desse cenário, a CNA defende que a agropecuária brasileira "tenha prioridade e papel de destaque nas negociações que envolvem acesso a mercados, com a participação decisiva do Brasil e dos parceiros do Mercosul". A CNA entende, ainda, que a Europa precisa valorizar a importância estratégica do relacionamento histórico e econômico com os países do Bloco, "sob pena de tornar inviável uma possível negociação".

Para defender a produção local, os agricultores europeus têm "disseminado informações errôneas e questionado padrões sanitários e de rastreabilidade, sem fundamento técnico e científico", destaca documento da CNA sobre as negociações do Mercosul com a União Europeia.

Passo significativo - Mesmo com essas dificuldades, a CNA entende que os dois blocos deram um passo importante e significativo nas relações comerciais. Mas, para a

Confederação, a carne bovina é um dos principais interesses do Mercosul no acordo em discussão. “A Comissão Europeia tem consciência de que, se quiser ser levada a sério pelo Mercosul, terá, mais cedo ou mais tarde, de resolver essa questão do acesso ao mercado para a carne bovina sul-americana”, diz ainda a CNA.

As cotas, em todos os setores, não apenas na agricultura, representam a base para qualquer negociação comercial. Sendo que as definições sobre as suas quantidades e sobre as perspectivas de aumento ou redução dos seus volumes, argumenta a CNA, são tomadas ao longo das rodadas de negociações. Para a Confederação “o Mercosul está oferecendo tudo e está disposto a ir além, mas a União Europeia precisa demonstrar que tem a mesma intenção e, sobretudo, respeitar o Mercosul como importante parceiro comercial que é”.

Japão semeia crescimento ao investir em 'startups' agrícolas. Paolo Bosonin e Kosaku Narioka – Valor Econômico. 18/05/2016.

Há alguns anos, o produtor de arroz Senichi Makino teve uma ideia para fortalecer seus negócios. Ele queria usar arroz integral para preparar uma mistura que imitasse o sabor e a textura da carne.

O problema era persuadir os bancos locais a liberar financiamento para que ele pudesse construir a fábrica. No Japão, os bancos ainda preferem fazer empréstimos para ativos reais, como terra, em vez de financiar apenas uma ideia brilhante. E em um lugar como Sabae - uma pequena cidade de interior na região central do Japão - é difícil achar um investidor de capital de risco.

Makino encontrou seu salvador em um fundo liderado pelo governo japonês e um banco nacional de agricultura. Ele colocou dinheiro suficiente no negócio para transmitir aos bancos confiança, e eles concordaram em emprestar cerca de US$ 4 milhões à nova empresa. "Eu pude começar esse negócio somente porque encontrei outros que estavam dispostos a compartilhar os riscos comigo", diz Makino.

Por trás do fundo que o apoiou está um esforço do Japão em conter desafios sem precedentes no setor agrícola. O acordo da Parceria Transpacífico entre o Japão, os Estados Unidos e outros dez países pode abrir as portas para produtos estrangeiros mais baratos. Pressões no orçamento estão limitando a capacidade do governo de dar

continuidade a antigos e generosos subsídios aos agricultores. E o envelhecimento das comunidades agrícolas requer novas ideias para impedir que os jovens continuem migrando para as cidades.

O fundo ajudou Makino a criar uma "startup" chamada Maisen Fine Food Co. Em fevereiro, sua fábrica entrou em operação e as vendas começaram no mês seguinte. As empresas de Makino atualmente empregam cerca de 30 pessoas no total e controlam a maior parte da cadeia de suprimentos, desde a plantação e a colheita do arroz em Sabae até os esforços de marketing para promover o produto em Tóquio.

Tradicionalmente, a ajuda do governo para a agricultura têm consistido principalmente em subsídios e apoio aos preços. Juntos, eles representam aproximadamente metade da receita dos agricultores, de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. A OCDE, entidade com sede em Paris que reúne países desenvolvidos, afirma que o Japão está entre os integrantes do grupo que mais apoiam práticas agrícolas anticompetitivas.

O novo programa ainda envolve apoio do governo. Mas Yasufumi Miwa, do Instituto de Pesquisa do Japão, um centro de estudos, diz que há uma mudança na forma de pensar, porque o dinheiro dos contribuintes vai para projetos selecionados nos moldes do capital de risco, e não é concedido para todo mundo.

O outro grande investidor do fundo por trás da Maisen Fine Food é o Norinchukin Bank, instituição com sede em Tóquio com 64 trilhões de ienes (US$ 590 bilhões) em carteira, recursos esses que têm origem nas cooperativas agrícolas do país.

O banco Norinchukin normalmente investe seus ativos em títulos de dívida com classificação de risco segura. Mas ele tem ampliado os investimentos em participações de empresas para ajudar os agricultores a encontrar novas fontes de renda.

Isso é parte de uma tendência mais ampla entre os gigantes do setor financeiro japonês, que estão lidando com rendimentos negativos na maioria dos títulos do governo devido à política de juros abaixo de zero do Banco do Japão, o banco central do país.

Até agora, os investimentos têm sido relativamente pequenos. O fundo que ajudou Makino pode investir até 10 bilhões de ienes (US$ 917 milhões) e colocou dinheiro em 11 empreendimentos. Ele investiu 30 milhões de ienes em uma empresa criada

conjuntamente por um produtor de cebolinha de Kyoto e a fabricante de máquinas Iwatani Corp. para construir uma fábrica mais eficiente para o congelamento de vegetais.

Tudo somado, os fundos que contam com o apoio do governo nas áreas de agricultura, silvicultura e pesca já investiram em cerca de 90 empreendimentos desde que o programa teve início, há três anos.

Os bancos comerciais afirmam que também reconhecem a necessidade de estimular as startups do Japão. Koichi Miyata, diretor-presidente do Sumitomo Mitsui Financial Group Inc., diz que os bancos devem avaliar as startups com base em suas perspectivas de negócios, não apenas pelo montante de garantias colaterais que elas podem oferecer. "Precisamos mudar nossa mentalidade."

Algumas startups do setor agrícola estão tentando se beneficiar da crescente popularidade dos alimentos japoneses no exterior. "Os alimentos são [características] únicas dos lugares […] Com a estratégia de marketing correta, podemos criar produtos pelos quais os consumidores estejam dispostos a pagar", diz Shigeaki Koga, diretor de investimento da A-Five, a entidade governamental por trás dos investimentos agrícolas.

Makino, o produto de arroz que fundou a startup que desenvolveu um produto que imita a carne, diz que os investimentos de capital de risco de 50 milhões de ienes que a Maisen Fine Food recebeu - equivalente a metade do seu capital próprio - deu a ela a credibilidade de que precisava para conseguir um empréstimo de 400 milhões de ienes junto aos bancos com taxas de juros mais baixas do que as que a Maisen geralmente conseguia, de 1,5%.

A empresa tem poucos produtos, mas ela espera vendê-los a consumidores e restaurantes. Alguns parecem carne moída e finas fatias de carne. O objetivo é que eles sejam usados como ingredientes em pratos que costumam utilizar carne, como sopas e receitas a base de curry. Um restaurante próximo à fábrica de Makino usa o ingrediente para uma versão vegetariana de pato à Pequim. O movimento global em direção a alimentos sem glúten e vegetarianos pode estimular a demanda, diz ele.

A mulher do empreendedor e seus dois filhos também trabalham na Maisen. Ele diz que tinha uma missão e precisava assumir riscos. "E já que você tem que assumir riscos, é preferível assumir grandes riscos para alcançar grandes resultados."

Café foi moeda de troca para Peru abrir mercado à carne suína do Acre. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 18/05/2016.

Por trás da decisão do Ministério da Agricultura de revogar a suspensão da importação de café verde em grão do Peru, no último dia de Kátia Abreu à frente da pasta na semana passada, está uma negociação mais ampla entre os governos dos dois países. O Brasil decidiu retirar a suspensão depois de ter a garantia de que Lima deve autorizar as exportações brasileiras de carne suína ao mercado peruano.

A negociação entre os dois países teve a inusitada participação de um Estado pouco expressivo para o agronegócio brasileiro e menos ainda para a cafeicultura brasileira: o Acre, que faz fronteira com o Peru.

Desde o fim do ano passado, o governador acreano, Tião Viana (PT), seu irmão, o senador Jorge Viana (PT), e representantes do frigorífico local, Dom Porquito, procuraram a então ministra da Agricultura, Kátia Abreu, para demonstrar o interesse do Estado em vender carne suína para os vizinhos peruanos. A estratégia, como explicou o senador ao **Valor** , tinha como objetivo desenvolver um polo industrial para o segmento de carnes na região, que tem uma rodovia destinada a escoar essa produção.

O senador e o governador deixaram claro para a ministra que em troca da abertura de seu mercado à carne suína do Acre o governo do Peru exigia que a o ministério aprovasse a entrada de café verde peruano. A importação foi autorizada pelo governo brasileiro em abril de 2015, mas foi suspensa um mês depois, em meio à grande reação de cafeicultores mineiros e capixabas.

A autorização para comprar o café do Peru interessa a indústrias instaladas no Brasil, como a Nestlé, que pretendem usar matéria-prima de outros países para produzir os blends de suas cápsulas de café.

"Não pudemos vender carne para o Peru ainda, mas já está em negociação pelo Itamaraty uma cota pequena para o Brasil exportar carne suína para lá", destacou Jorge Viana.

Procurado, o Ministério da Agricultura respondeu que "não há nenhuma negociação com o Peru que indique a troca de produtos para abertura de eventual mercado peruano à carne suína do Brasil". Mas está trabalhando para abrir esse mercado, que ainda está fechado.

Segundo o ministério, a estimativa é de que as importações de café verde peruano somem apenas 400 toneladas por ano, entre cafés gourmet e orgânico.

Um técnico do ministério admitiu, porém, que a habilitação de frigoríficos brasileiros para exportação ao Peru "somente ocorrerá nesse tom" e que Lima "tem endurecido" com o Ministério da Agricultura em Brasília nas negociações de maneira geral.

"Essa troca de carne suína é tão pequena que não teria peso maior para um país [Peru] que produz 5 milhões de sacas de café e consome 110 mil sacas, e quer o Brasil para escoar aquele excesso que eles têm. Isso não beneficia ninguém", disse o presidente do Conselho Nacional do Café, o deputado Silas Brasileiro. Ontem, Silas e outros parlamentares estiveram com o novo ministro da Agricultura, Blairo Maggi, que prometeu analisar o pedido deles para que a portaria que autorizou a importação de café importado do Peru seja revogada. A resposta deve vir nos próximos dias.

País deve importar mais trigo dos EUA. Mariana Caetano – Valor Econômico. 18/05/2016.

Depois de um início de ano marcado pelo intenso fluxo de trigo argentino para o mercado brasileiro, as importações do cereal nas próximas semanas devem vir de outras origens, sobretudo dos EUA. O motivo é que a Argentina está com estoques esgotados, e assim, os moinhos do Brasil terão de arcar com preços atualmente cerca de 20% mais caros do produto americano, ao menos até que a safra local - que chega em maior volume apenas em setembro - ajude a reabastecer a indústria.

"Os produtores argentinos tinham 4 milhões de toneladas de trigo 'escondidos no colchão', e venderam praticamente um milhão de toneladas por mês desde o início do ano, a maior parte ao Brasil", disse Christian Saigh, presidente do Sindicato da Indústria do Trigo no Estado de São Paulo (Sindustrigo).

Segundo Saigh, o estoque dos moinhos brasileiros supre a demanda até o fim de julho ou início de agosto. A questão é que a Argentina não terá trigo até novembro, quando começa sua nova colheita. "Então, provavelmente, o Brasil terá de importar trigo americano entre setembro e novembro, para misturar com a safra brasileira". O trigo dos EUA posto no porto de Santos (SP) está em torno de US$ 288 a tonelada - já incluídos os 10% da Tarifa

Externa Comum (TEC), cobrada do cereal de fora do Mercosul -, e o produto argentino, em US$ 240 a tonelada.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima que o Brasil produzirá 5,82 milhões de toneladas de trigo na safra atual - em fase de plantio -, alta de 5,3% ante o ciclo passado, prejudicado pelo clima adverso. Mas esse volume está longe da demanda anual de 11 milhões de toneladas, ainda mais se considerado que um milhão de toneladas devem ser exportadas.

Historicamente, a Argentina sempre foi o principal fornecedor de trigo para o Brasil, até que no ciclo 2013/14 a então presidente Cristina Kirchner restringiu a exportação para garantir o abastecimento interno. O Brasil teve de recorrer ao produto dos EUA até o fim do ano passado, quando o novo presidente do país vizinho, Mauricio Macri, zerou a tarifa de venda externa do cereal.

Em abril, as importações de trigo do Brasil cresceram 12,2%, em relação ao mesmo mês de 2015, para 455,98 mil toneladas, indicam dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), compilados pela Safras & Mercado. No acumulado do atual ano comercial (desde agosto de 2015), essas compras externas somam 3,99 milhões de toneladas, alta de 1,5% ante o mesmo período do ciclo anterior. A Argentina responde por 61,7% das importações, seguida por Paraguai (19,9%), Uruguai (10,3%) e EUA (8,1%).

Levando-se em conta o câmbio e os custos logísticos, o trigo da Argentina, do Paraguai e do Uruguai tem chegado ao Brasil a um preço próximo ou até inferior ao nacional, conforme Jonathan Staudt Pinheiro, analista da Safras & Mercado. "Esse patamar do dólar em R$ 3,50 está favorável [às importações]".

Nas contas da Safras, o Brasil precisa trazer do exterior 6,3 milhões de toneladas neste ano comercial. Assim, ainda devem ser importadas 2,3 milhões até julho. Essa necessidade vem no momento em que os moinhos enfrentam escassez de trigo de qualidade e uma disputa com a indústria de ração animal. Como o milho encareceu nos últimos meses, cresceu a demanda pelo trigo como substituto do grão na ração.

De todo modo, com o retorno da Argentina ao mercado, as margens dos moinhos brasileiros melhoraram neste início de 2016, em relação ao fim do ano passado, disse Saigh. Em 2015, os balanços das indústrias foram "catastróficos", devido à pressão de fatores como câmbio e energia elétrica. A redução da demanda também assustou: o

consumo caiu pelo menos 10% em 2015, levando na esteira a queda da moagem. "Os balanços agora melhoraram pela redução de custos, e os preços de venda não foram mexidos", afirmou.

Mesmo assim, Saigh vê 2016 com margens ainda apertadas e uma possível retomada a partir de 2017. Para ele, a recuperação da produção argentina em 2016/17, de volta aos 15 milhões de toneladas de anos passados - em 2015/16, a previsão é de 11,3 milhões -, deve ajudar a normalizar o abastecimento no Brasil, evitando importações dos EUA em 2017.

Agricultor argentino teme perder tecnologia dos transgênicos. Marli Olmos e Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 19/05/2016.

Os produtores argentinos de grãos estão preocupados com a possibilidade de perder uma tecnologia importante para o cultivo de suas lavouras. A questão gira em torno do pagamento de "royalties" pelo uso de sementes geneticamente modificadas da Monsanto. O assunto é alvo de uma polêmica na Argentina há muito tempo. Cristina Kirchner preferiu omitir-se em torno da questão. Já o governo de Mauricio Macri resiste a aceitar as práticas adotadas pela multinacional americana para cobrar as taxas. A polêmica acirrou-se esta semana depois que a direção mundial da Monsanto anunciou que não lançará novas variedades de soja transgênica na Argentina.

"Mais importante do que ficar sem a atual variedade de sementes transgênicas é o risco de perder tecnologias que deixarão de ser lançadas", afirma um grande produtor de soja que prefere não se identificar. Além disso, segundo ele, os movimentos da Monsanto definem os de outras empresas. Ele cita como exemplo a Dow AgroSciences, outra gigante americana (cuja fusão com a DuPont foi anunciada no fim de 2015), que estaria de olho no que acontece no mercado para apresentar suas novidades.

A polêmica em torno da comercialização de sementes transgênicas aumentou desde que o governo argentino autorizou, há três anos, a comercialização da Intacta RR2, tecnologia desenvolvida pela Monsanto principalmente para uso na América do Sul. A Intacta, lembra o produtor de soja, ajudou a reduzir significativamente o uso de defensivos e, consequentemente, baixar os custos. "Eu passei a usar apenas um [defensivo]", diz.

Mas, desde que tomou posse, em dezembro, o novo governo passou a questionar o modelo de cobrança de "royalties" da gigante de sementes, por meio do qual alguns produtores pagam as taxas antecipadamente enquanto outros o fazem no momento em que entregam o grão para as tradings.

Diante do impasse, esta semana a Monsanto divulgou, nos EUA, que não vai mais lançar novas variedades de soja transgênica na Argentina e talvez retire suas outras sementes do país. No comunicado, o presidente da multinacional, Brett Begemann, disse que as ações do governo argentino "não são consistentes com os direitos de propriedade intelectual e acordos privados".

"Enquanto não houver maior clareza na Argentina sobre o reconhecimento sobre o valor das novas tecnologias de soja patenteadas, a companhia prevê tomar medidas para proteger seus ativos e suspenderá o lançamento de futuras tecnologias de soja no país", diz o comunicado. Para o produtor ouvido pelo **Valor**, a Monsanto "quer fazer barulho". "Mas, de toda maneira, isso tem de ser resolvido", diz. Ele propõe que a Argentina siga o exemplo do Uruguai, onde a fiscalização organiza a cobrança de "royalties".

A Argentina respondeu por 5,8% das vendas totais de sementes e defensivos da Monsanto em 2015. Segundo a múlti americana, além da questão do royalty pesa na decisão de rever os planos a deterioração do peso argentino. A pressão inflacionária tem elevado a defasagem cambial na Argentina. A subsidiária da Monsanto no país não atendeu a tentativa de contato do **Valor**.

No Ministério da Agroindústria, a assessoria de imprensa informou que o órgão não se pronunciaria sobre o assunto por enquanto. A comunidade do agronegócio sabe que resolver a polêmica com a Monsanto é um dos maiores desafios do ministro Ricardo Buryaile.

Em recente encontro com produtores na Sociedade Rural, Buryaile aproveitou uma sessão de perguntas da plateia para jogar no governo anterior a culpa pelo agravamento da crise com a Monsanto. "Demoramos [para enfrentar o problema] porque tínhamos um Estado ausente", disse.

Há um mês, Buryaile reuniu-se com Brett Begemann, em Buenos Aires, para tentar chegar a um acordo. O comunicado da Monsanto, esta semana, deixa, entretanto, claro que a conversa não avançou. Ao contrário. Em recente entrevista à imprensa argentina,

Buryaile disse que a Monsanto joga duro com um governo que praticamente acabou de assumir o país. "Você não pode pôr uma arma na cabeça de um governo que está aí há quatro meses", declarou.

JBS International pode "catalisar" acordo entre Tyson e BRF. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 19/05/2016.

O anúncio da criação da JBS Foods International pode ser o "catalisador" para um acordo entre a Tyson Foods, maior companhia de carnes dos EUA, e a brasileira BRF, avalia o banco Brasil Plural.

Na semana passada, o **Valor** revelou que executivos da Tyson visitaram fábricas da BRF no Brasil. A visita acontece no momento em que a Tyson decidiu voltar a investir no exterior, potencialmente nas áreas de frango e alimentos processados. O interesse da Tyson, inclusive, seria a justificativa para a alteração da cláusula de 'poison pill' da empresa brasileira, como disse ao **Valor** uma fonte próxima à BRF.

Também na semana passada, a JBS propôs uma reorganização societária com a transferência de ativos responsáveis por cerca de 80% de suas receitas para uma nova companhia (JBS Foods International), com sede na Irlanda e ações na bolsa de Nova York (NYSE).

Na avaliação do analista Thiago Kapulskis, do Brasil Plural, o movimento da JBS pode ser o "gatilho" para a Tyson prosseguir de forma "proativa" nas tratativas com a BRF. Um dos motivos para isso é que, listada na bolsa de Nova York, a JBS passaria a competir pelos mesmos investidores que a Tyson, que tem ações na mesma bolsa.

Em meio a uma disputa que promete ser acirrada pela liderança global do setor - a JBS é a maior empresa de carnes do planeta -, a BRF poderia ser a "peça" que falta para completar o parque fabril da Tyson no mundo. "As sinergias entre BRF e Tyson parecem fortes", aponta Kapulskis, no relatório. Para ele, as duas empresas se complementam do ponto de vista geográfico e não teriam "sobreposições" de atuação. Para a Tyson, a BRF daria acesso ao Oriente Médio e à Europa. Nessas regiões, a BRF fez aquisições na área de distribuição de alimentos nos últimos anos.

Além disso, as marcas da BRF na América Latina (no Brasil, a empresa é a dona das duas marcas líderes, Sadia e Perdigão) poderiam adicionar valor à Tyson, avalia o Brasil Plural. Ademais, a BRF pode aumentar a rentabilidade da Tyson, tendo em vista que a empresa brasileira tem margens melhores e maior retorno sobre o capital investido do que a empresa americana.

Para o Brasil Plural, o atual ciclo de baixa do setor de carne de frango no Brasil - com cotações elevadas do milho, preços baixos da carne de frango na exportação e recessão no país - pode ser positivo para a Tyson investir, uma vez que a aquisição poderia ser mais barata do que seria no ciclo de alta.

Financeiramente, o banco avalia que a Tyson tem condição de adquirir uma participação que a permita "controlar" a BRF - uma fatia próxima de 33,33%, gatilho que dispara a nova 'poison pill' da BRF. Comprar 100%, no entanto, seria "desafiador", dado o nível de endividamento que a Tyson alcançaria.

Pelas projeções do banco, o índice de alavancagem (relação entre dívida líquida e Ebitda) subiria de 1,74 vezes para 2,83 vezes se a Tyson comprasse uma fatia de 33,3% das ações da BRF, pagando um prêmio de 50% pelos papéis. Se comprasse 100% das ações, o índice de alavancagem saltaria para 5 vezes.

Para os atuais acionistas da BRF, avaliou o Brasil Plural, o melhor cenário seria a aquisição de 100% das ações pela Tyson. No caso de a empresa americana deter apenas a participação "controladora", existe a chance de conflitos de interesse.

Bayer e Monsanto confirmam negociação. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 19/05/2016.

Monsanto e Bayer confirmaram hoje ao mercado que a empresa alemã fez uma proposta não solicitada de aquisição da companhia americana de sementes.

No comunicado, a Bayer diz que a proposta reforçaria sua atuação como uma empresa ligada a ciências da vida e orientada para inovação global, com posições de liderança em seus segmentos principais. Também diz que o negócio criaria um líder mundial em agricultura integrada.

A notícia, veiculada na semana passada, agitou o mercado e repercutiu nas ações das duas companhias. Valores e outros detalhes não foram divulgados.

Segundo a Warburg Research, a aquisição da Monsanto pela Bayer exigiria atividades grandes de refinanciamento pela empresa alemã, incluindo uma possível venda de sua participação na empresa de saúde animal Covestro.

Já o analista Ulrich Huwald afirma que os órgãos antitruste poderiam exigir desinvestimentos nos negócios de sementes para algodão e vegetais para evitar sobreposição.

Indústria de combustíveis renováveis dos EUA critica proposta de EPA. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 19/05/2016.

A proposta de mandato de biocombustíveis para serem adicionados à gasolina nos Estados Unidos em 2017 apresentada ontem pela Agência de Proteção Ambiental (EPA) foi alvo de críticas do setor no país.

A EPA defende que a cota de biocombustíveis seja de 71,4 bilhões de litros já no próximo ano, o que representaria um aumento de 2,6 bilhões de litros em relação ao mandato previsto para este ano.

Apesar da proposta de crescimento, o volume ainda está abaixo do previsto pela legislação americana de combustíveis renováveis de 2007, que previa que os biocombustíveis deveriam alcançar 91,2 bilhões de litros nos Estados Unidos.

A Associação de Combustíveis Renováveis (ARF, na sigla em inglês) argumenta que deverão ser utilizados muito mais que 57 bilhões de litros de biocombustíveis no próximo ano com o aumento da demanda por combustíveis.

O setor avalia que haverá um aumento da demanda não só por gasolina, como um crescimento da uso por combustíveis com 15% (E15) e 85% (E85) de mistura entre etanol e gasolina, que se tornou possível com um programa de concessões de infraestrutura do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Embora a manifestação do setor seja de frustração, a associação pontuou que ao menos a agência ambiental americana divulgou a proposta a tempo e propôs um mandato de 760 milhões de litros acima do nível legal dos 57 bilhões de litros para biocombustíveis convencionais.

Mesmo assim, a entidade avaliou que, a proposta de mandato como foi divulgada é "uma perda de oportunidade para essa administração cimentar seu legado em combustíveis limpos, biocombustíveis avançados e mudança climática".

Como a proposta da agência ambiental americana ainda será submetida a debates nas próximas semanas, a associação disse que pretende "trabalhar para encorajar uma regra final que realmente coloque o RFS [Padrão de Combustíveis Renováveis] 'de volta nos trilhos'".

Safra mundial de café em 2016/17 terá superávit de 1 milhão de sacas. Valor Econômico. 19/05/2016.

A corretora Marex Spectrum divulgou relatório afirmando que espera um superávit na oferta de café arábica na safra 2016/17, que vai compensar a queda na colheita de robusta.

Hoje, a corretora manteve sua projeção de excedente em 1 milhão de sacas de 60 quilos, o mesmo que divulgou em março, mas mudou o equilíbrio entre as variedades de café.

Para o Brasil, o maior produtor mundial da commodity, a Marex prevê uma colheita de arábica de 43,5 milhões de sacas ante estimativa anterior de 42,5 milhões de sacas. Mas para a produção de robusta, a perspectiva caiu 1 milhão de sacas, para 13 milhões de sacas, deixando a estimativa total semelhante a de março, em 56,5 milhões de sacas

"As áreas produtoras de árabica receberam bom volume de chuva e o início da colheita indica bom rendimento e bom tamanho dos grãos", diz o relatório. "Nas áreas do conilon, ocorre o oposto".

A previsão para a produção do Vietnã, o maior produtor da variedade robusta, é de 29 milhões a 30 milhões de toneladas, apesar do tempo seco no país.

"À medida que avançamos na safra, percebemos que o mercado continua bem fornecido", disse o relatório.

A estimativa para 2015/16 foi revisada para baixo pela Marex, de 149,03 milhões para 148,8 milhões de sacas, com déficit mundial de 2,2 milhões de sacas.

UE adia votação para renovação comercial de glifosato. Valor Econômico. 19/05/2016.

Países da União Europeia adiaram uma votação prevista para hoje para discutir a renovação da autorização para vendas do glifosato no continente. O herbicida, desenvolvido pela Monsanto sob a marca Roundup, é o mais popular para o combate a pragas na soja.

Autoridades europeias haviam propostos renovar a autorização de venda de glifosato por nove anos, a partir de 30 de junho, quando vence a atual licença de comercialização. Vários países levantaram questões em meio aos debates científicos sobre a segurança do produto e sua possível associação ao câncer — entres eles Alemanha, França e Itália.

Defensores do produto não conseguiram garantir os votos necessários para a renovação, segundo um porta-voz europeu.

A renovação se mantém controversa, mesmo depois de a Organização Mundial de Saúde (OMS) e da FAO, a agência para agricultura e alimentação da ONU, afirmarem nesta semana que o produto não é cancerígeno.

Potencial fusão entre Bayer e Monsanto reduziria concorrência no agronegócio. Jacob Bunge e Jesse Newman – Valor Econômico. 20/05/2016.

Uma fusão entre a alemã Bayer AG e a americana Monsanto Co. colocaria uma fatia significativa do mercado de sementes e pesticidas nas mãos de apenas três empresas, elevando os temores de agricultores e legisladores de que os preços dos produtos subam e que haja menos opções de escolha no mercado.

A Bayer confirmou ontem que entrou em contato com a Monsanto para negociar uma possível fusão. As conversas haviam sido divulgadas pela Monsanto na noite de quarta-feira. Embora os detalhes do acordo ainda não estejam claros, qualquer oferta de aquisição total seria avaliada em mais de US$ 42 bilhões, o valor de mercado atual da Monsanto.

Qualquer nova consolidação da indústria deve levar autoridades antitruste do Departamento de Justiça dos Estados Unidos e da Comissão Europeia a alterar suas análises dos negócios já anunciados do setor de agricultura, diz Andre Barlow, sócio da Doyle, Barlow & Mazard PLLC, firma que assessora empresas sobre fusões, mas não está envolvida em nenhum dos negócios agrícolas.

Em pouco mais de seis meses, a Dow Chemical Co. e a DuPont Co. fecharam uma fusão - num acordo que depois dividiu a nova empresa em três novas companhias concentradas em agricultura, materiais e produtos especiais. E a estatal chinesa China National Chemical Corp. fechou um acordo para comprar a gigante suíça de sementes e pesticidas Syngenta AG. Ambos os acordos ainda estão sendo avaliados pelas autoridades.

Os acordos "entre a Dow e a DuPont e entre a ChemChina e a Syngenta levantam suas próprias questões, mas o Departamento de Justiça terá de analisar a forma como as três ofertas podem impactar o cenário competitivo daqui para a frente no que se refere a sementes e na proteção de lavouras", diz Barlow.

Se concluídos, esses acordos e a potencial fusão entre a alemã Bayer e a Monsanto, colocariam 83% das vendas de sementes de milho dos EUA e 70% do mercado global de pesticidas sob o controle de apenas três empresas, gerando preocupação no setor agrícola num momento em que os produtores enfrentam forte pressão, após três anos de queda nos preços das commodities.

"É praticamente certo que haverá bem menos concorrência no mercado e, como consequência, os agricultores vão acabar pagando mais caro", diz Roger Johnson, presidente da União Nacional de Agricultores, grupo lobista de Washington que representa agricultores e pecuaristas.

A Monsanto informou que seu conselho de administração vai considerar a oferta não solicitada da Bayer, mas afirmou que não havia garantia de que um negócio será fechado. A Monsanto explorou a possibilidade de consolidação antes, incluindo uma tentativa frustrada de comprar a Syngenta por US$ 46 bilhões no ano passado. Não está claro se a

Monsanto está interessada em ser comprada ou se as duas empresas chegarão a um acordo sobre os termos de uma fusão.

Empresas de sementes como a Monsanto e a DuPont entraram em guerras de preços para defender suas participações de mercado, à medida que um setor agrícola deprimido e o declínio de preços do milho e da soja têm forçado agricultores a reduzir os gastos com sementes, pesticidas, fertilizantes e equipamentos. A Monsanto, a maior empresa de sementes do mundo, também licencia genes que permitem que culturas biotecnológicas resistam a pragas, herbicidas e à seca.

Nos EUA, os políticos que representam Estados do cinturão agrícola poderiam levantar receios sobre segurança alimentar quando confrontados com a possibilidade de que cerca de 40% das sementes de milho e soja usadas no país sejam vendidos por empresas de fora, caso a Monsanto passe a ser propriedade de uma companhia alemã.

Ao mesmo tempo, a oposição a organismos modificados geneticamente é forte em grande parte da Europa. E apenas uma cultura biotecnológica tem aprovação para ser cultivada no bloco.

Embora a oposição não se traduza em fundamentos legais para impedir a compra da Monsanto pela Bayer, dizem analistas, ela pode desencadear uma nova onda de oposição dos críticos às culturas geneticamente modificadas, que alegam que os pesticidas voltados para sementes biotecnológicas causam danos ao meio ambiente e que o plantio generalizado de monoculturas diminui a biodiversidade.

"A Monsanto representa muito do que há de errado com o agronegócio", diz Anton Hofreiter, que lidera a coalisão de oposição do Partido Verde no Parlamento alemão. "Ao mesmo tempo em que as pessoas ficam cada vez mais céticas sobre a indústria agrícola, a Bayer vai e investe nessa direção hostil ao consumidor e ao meio ambiente."

Os detalhes da proposta não foram divulgados, mas uma possível união da Monsanto, maior fornecedora de sementes agrícolas do mundo, com o portfólio muito mais amplo de pesticidas da empresa alemã criaria uma firma com 28% das vendas de pesticidas no mundo, 36% do mercado de sementes de milho nos EUA e 28% do de soja.

O acordo entre a Dow e a DuPont fechado em 2015 criaria um rival com cerca de 17% do mercado mundial de pesticidas, 41% das vendas de sementes de milho nos EUA e 38% das de soja, segundo estimativas do banco americano Morgan Stanley.

A venda da Syngenta para a ChemChina daria à estatal chinesa 26% do mercado mundial de químicos agrícolas, além dos negócios de sementes de milho, soja e hortaliças da Syngenta.

Os analistas reagiram com opiniões divergentes sobre o mérito financeiro da potencial fusão entre Bayer e Monsanto. Analistas da gestora de recursos Sanford C. Bernstein & Co. disseram que uma aquisição total da Monsanto "não faz sentido financeiramente", já que a Bayer provavelmente terá de emitir US$ 30,3 milhões em ações e captar US$ 16,8 bilhões em dinheiro, além de vender seu negócio de saúde animal para ajudar a financiar a acordo. Mas absorver a Monsanto e depois desmembrar os negócios de agricultura combinados "poderia criar valor", disseram.

Os investidores da Bayer parecem questionar o possível acordo. A cotação da Bayer caiu 8,2% ontem, para 88,51 euros. As ações da Monsanto fecharam com alta de 3,5%, para US$ 100,55.

Tim Malterer, produtor americano de milho e soja, diz que compreende as vantagens das fusões para as empresas que querem cortar custos e serem mais competitivas. "Minha única preocupação é se vão pensar em nós também, consumidores finais, não só nos acionistas." (Colaborou Sarah Sloat)

Potencial fusão entre Bayer e Monsanto reduziria concorrência no agronegócio. Jacob Bunge e Jesse Newman – Valor Econômico. 20/05/2016.

Uma fusão entre a alemã Bayer AG e a americana Monsanto Co. colocaria uma fatia significativa do mercado de sementes e pesticidas nas mãos de apenas três empresas, elevando os temores de agricultores e legisladores de que os preços dos produtos subam e que haja menos opções de escolha no mercado.

A Bayer confirmou ontem que entrou em contato com a Monsanto para negociar uma possível fusão. As conversas haviam sido divulgadas pela Monsanto na noite de quarta-feira. Embora os detalhes do acordo ainda não estejam claros, qualquer oferta de aquisição total seria avaliada em mais de US$ 42 bilhões, o valor de mercado atual da Monsanto.

Qualquer nova consolidação da indústria deve levar autoridades antitruste do Departamento de Justiça dos Estados Unidos e da Comissão Europeia a alterar suas análises dos negócios já anunciados do setor de agricultura, diz Andre Barlow, sócio da Doyle, Barlow & Mazard PLLC, firma que assessora empresas sobre fusões, mas não está envolvida em nenhum dos negócios agrícolas.

Em pouco mais de seis meses, a Dow Chemical Co. e a DuPont Co. fecharam uma fusão - num acordo que depois dividiu a nova empresa em três novas companhias concentradas em agricultura, materiais e produtos especiais. E a estatal chinesa China National Chemical Corp. fechou um acordo para comprar a gigante suíça de sementes e pesticidas Syngenta AG. Ambos os acordos ainda estão sendo avaliados pelas autoridades.

Os acordos "entre a Dow e a DuPont e entre a ChemChina e a Syngenta levantam suas próprias questões, mas o Departamento de Justiça terá de analisar a forma como as três ofertas podem impactar o cenário competitivo daqui para a frente no que se refere a sementes e na proteção de lavouras", diz Barlow.

Se concluídos, esses acordos e a potencial fusão entre a alemã Bayer e a Monsanto, colocariam 83% das vendas de sementes de milho dos EUA e 70% do mercado global de pesticidas sob o controle de apenas três empresas, gerando preocupação no setor agrícola num momento em que os produtores enfrentam forte pressão, após três anos de queda nos preços das commodities.

"É praticamente certo que haverá bem menos concorrência no mercado e, como consequência, os agricultores vão acabar pagando mais caro", diz Roger Johnson, presidente da União Nacional de Agricultores, grupo lobista de Washington que representa agricultores e pecuaristas.

A Monsanto informou que seu conselho de administração vai considerar a oferta não solicitada da Bayer, mas afirmou que não havia garantia de que um negócio será fechado. A Monsanto explorou a possibilidade de consolidação antes, incluindo uma tentativa frustrada de comprar a Syngenta por US$ 46 bilhões no ano passado. Não está claro se a

Monsanto está interessada em ser comprada ou se as duas empresas chegarão a um acordo sobre os termos de uma fusão.

Empresas de sementes como a Monsanto e a DuPont entraram em guerras de preços para defender suas participações de mercado, à medida que um setor agrícola deprimido e o declínio de preços do milho e da soja têm forçado agricultores a reduzir os gastos com sementes, pesticidas, fertilizantes e equipamentos. A Monsanto, a maior empresa de sementes do mundo, também licencia genes que permitem que culturas biotecnológicas resistam a pragas, herbicidas e à seca.

Nos EUA, os políticos que representam Estados do cinturão agrícola poderiam levantar receios sobre segurança alimentar quando confrontados com a possibilidade de que cerca de 40% das sementes de milho e soja usadas no país sejam vendidos por empresas de fora, caso a Monsanto passe a ser propriedade de uma companhia alemã.

Ao mesmo tempo, a oposição a organismos modificados geneticamente é forte em grande parte da Europa. E apenas uma cultura biotecnológica tem aprovação para ser cultivada no bloco.

Embora a oposição não se traduza em fundamentos legais para impedir a compra da Monsanto pela Bayer, dizem analistas, ela pode desencadear uma nova onda de oposição dos críticos às culturas geneticamente modificadas, que alegam que os pesticidas voltados para sementes biotecnológicas causam danos ao meio ambiente e que o plantio generalizado de monoculturas diminui a biodiversidade.

"A Monsanto representa muito do que há de errado com o agronegócio", diz Anton Hofreiter, que lidera a coalisão de oposição do Partido Verde no Parlamento alemão. "Ao mesmo tempo em que as pessoas ficam cada vez mais céticas sobre a indústria agrícola, a Bayer vai e investe nessa direção hostil ao consumidor e ao meio ambiente."

Os detalhes da proposta não foram divulgados, mas uma possível união da Monsanto, maior fornecedora de sementes agrícolas do mundo, com o portfólio muito mais amplo de pesticidas da empresa alemã criaria uma firma com 28% das vendas de pesticidas no mundo, 36% do mercado de sementes de milho nos EUA e 28% do de soja.

O acordo entre a Dow e a DuPont fechado em 2015 criaria um rival com cerca de 17% do mercado mundial de pesticidas, 41% das vendas de sementes de milho nos EUA e 38% das de soja, segundo estimativas do banco americano Morgan Stanley.

A venda da Syngenta para a ChemChina daria à estatal chinesa 26% do mercado mundial de químicos agrícolas, além dos negócios de sementes de milho, soja e hortaliças da Syngenta.

Os analistas reagiram com opiniões divergentes sobre o mérito financeiro da potencial fusão entre Bayer e Monsanto. Analistas da gestora de recursos Sanford C. Bernstein & Co. disseram que uma aquisição total da Monsanto "não faz sentido financeiramente", já que a Bayer provavelmente terá de emitir US$ 30,3 milhões em ações e captar US$ 16,8 bilhões em dinheiro, além de vender seu negócio de saúde animal para ajudar a financiar a acordo. Mas absorver a Monsanto e depois desmembrar os negócios de agricultura combinados "poderia criar valor", disseram.

Os investidores da Bayer parecem questionar o possível acordo. A cotação da Bayer caiu 8,2% ontem, para 88,51 euros. As ações da Monsanto fecharam com alta de 3,5%, para US$ 100,55.

Tim Malterer, produtor americano de milho e soja, diz que compreende as vantagens das fusões para as empresas que querem cortar custos e serem mais competitivas. "Minha única preocupação é se vão pensar em nós também, consumidores finais, não só nos acionistas."

Sinal promissor para exportação de etanol. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 20/05/2016.

O comércio internacional de etanol pode estar patinando, mas a nova proposta para o mandato de biocombustíveis nos Estados Unidos para 2017 sinaliza que poderá haver algum impulso às exportações brasileiras, em um momento em que as usinas sucroalcooleiras do país ainda não veem incentivos para expandir a capacidade de produção.

Pela proposta apresentada na quarta-feira pela Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês), o volume mínimo de "biocombustíveis avançados" (excluindo os celulósicos e o biodiesel) que deverá ser usado nos EUA em 2017 é de 6,41 bilhões de litros. Enquadrado nessa categoria por emitir em sua cadeia menos da metade de gás carbônico que a gasolina, o etanol de cana brasileiro costuma ter forte participação nesse mercado, mas também compete com outros combustíveis.

O mandato de mistura de "biocombustíveis avançados" para o próximo ano é 14% maior que o de 2016, quando o volume proposto pela EPA foi de 5,62 bilhões de litros.

O volume proposto é uma referência para o potencial de importação de etanol brasileiro pelos EUA. Segundo Vitor Andrioli, analista da consultoria FCStone, a quantidade importada pode ser maior ou menor, pois o que definirá essa demanda é a competitividade do produto brasileiro em relação a outros combustíveis renováveis. "O mandato abre espaço, mas depende da relação de preços entre o etanol do Brasil e dos outros biocombustíveis avançados, como o biodiesel e biocombustível celulósico nos EUA", disse.

Neste ano, o etanol brasileiro tem enfrentado dificuldade para competir com outros biocombustíveis nos EUA diante da oferta elevada naquele mercado. Os preços do etanol americano, feito a partir do milho, estão em patamares historicamente baixos, embora tenham se recuperado desde o início do ano. O produto está enquadrado na categoria "combustíveis renováveis convencionais", cujo mandato para 2017 foi proposto em 56,24 bilhões de litros.

No mercado físico de Nova York, importante polo consumidor de combustíveis dos EUA, o biocombustível foi negociado em janeiro a US$ 1,44 o galão (3,8 litros) para os distribuidores, e agora está em US$ 1,678 o galão, segundo a FCStone. No Golfo do México, o etanol americano foi negociado em janeiro por US$ 1,41 o galão, e agora está em US$ 1,68 o galão.

Esses valores estão bem abaixo dos preços pelos quais o etanol brasileiro é negociado no país. Em janeiro, o biocombustível do Brasil era comercializado no Golfo do México - principal ponto de entrada no mercado americano - por US$ 2,36 o galão, e atualmente oscila entre US$ 1,90 e US$ 1,95 o galão.

Apesar de ainda estar menos competitivo que o etanol de milho, a diferença já caiu significativamente em decorrência da recuperação do real sobre o dólar e da entrada da safra brasileira 2016/17.

Para Andrioli, a tendência é de que o etanol brasileiro continue se desvalorizando nos próximos meses, ao menos em reais, enquanto o biocombustível americano tende a ganhar sustentação enquanto a safra de milho dos EUA estiver indefinida. "Se o câmbio ajudar, entre julho e agosto, a tendência é que a janela de importação [de etanol brasileiro pelos americanos] se abra".

Entre janeiro e abril, foram misturados 32 milhões de litros de etanol avançado, principalmente de origem brasileira, à gasolina nos EUA, o que representou 59,8% de todos os biocombustíveis avançados usados no período. Essa participação deve crescer ao longo do ano à medida em que o etanol brasileiro ganhar competitividade no mercado americano.

Ministério deve suspender novamente aval para importar café do Peru. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 20/05/2016.

O Ministério da Agricultura deve suspender pela segunda vez a autorização para importação de café verde em grão do Peru que provocou nova reação de cafeicultores brasileiros nos últimos dias. A decisão deve ser oficializada nas próximas semanas, disseram fontes do governo ao Valor.

De acordo com o senador Ricardo Ferraço (PMDB) e o deputado Evair de Mello (PV), ambos do Espírito Santo, segundo maior produtor de café do país, o ministro Blairo Maggi lhes garantiu na terça-feira que a medida, que permitia a importação, assinada pela ex-ministra Kátia Abreu na semana passada, ficará suspensa por 90 dias. O ministério, porém, ainda não confirmou a decisão.

Em abril do ano passado, após ter autorizado a entrada do café do país vizinho no Brasil, a então ministra Kátia Abreu atendeu à pressão de cafeicultores mineiros e capixabas e acabou suspendendo a permissão um mês depois. Porém, um ano mais tarde, em um de seus últimos atos à frente do ministério, no último dia 10 de maio, voltou atrás autorizando novamente que os peruanos exportassem café verde para o Brasil.

“(...)Recebemos há pouco a decisão do novo Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, de suspender a autorização dada por sua antecessora para o Brasil importar café verde do Peru! Essa semana estivemos lá no Ministério defendendo essa justa medida!”, informou o senador Ferraço em sua conta no Facebook.

O Valor apurou que durante esse prazo de três meses,o Ministério da Agricultura irá trabalhar na regulamentação de um trâmite diferenciado para países que queiram exportar café verde para o Brasil, não só o Peru mas Equador e Paraguai também. Além das exigências fitossanitárias, o país exportador teria que apresentar relatórios de impacto econômico, por exemplo, como recomendam alguns países como os Estados Unidos.

A decisão do governo brasileiro de aceitar a importação de café em grão do Peru ocorreu dentro do contexto de uma negociação comercial entre os dois países envolvendo a possibilidade de abertura do mercado peruano para a carne suína do Brasil. Esse acordo teve a participação do governo estadual do Acre e do frigorífico Dom Porquito, interessado em vender carne de porco para o Peru.

Agronegócio supera 50% de participação nas exportações brasileiras, em 2016. CNA. 20/05/2016.

O agronegócio vem ampliando cada vez mais sua participação nas exportações brasileiras e já responde por mais da metade das vendas externas em 2016. É o que mostra o recém-publicado Boletim do Agronegócio Internacional, publicado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Em abril, o setor representou 52,5% dos embarques nacionais. No acumulado de quatro meses, este percentual é de 50,2%, enquanto no mesmo período do ano passado o índice era de 44%, segundo dados do então Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), compilados pela CNA.

As exportações no mês passado totalizaram US$ 8,08 bilhões, alta de 14% em relação a abril de 2015, o que em receita significou acréscimo de US$ 1,01 bilhão. Dez produtos representaram 79,6% das vendas externas do setor. A soja em grãos foi o carro-chefe dos embarques, com US$ 3,53 bilhões, 43,7% do total, seguida por carne de frango in natura

(US$ 533 milhões), farelo de soja (US$ 452 milhões), celulose (US$ 438 milhões) e açúcar em bruto (US$ 380 milhões). Em volume, as exportações cresceram 42,9%.

Destaque também para o crescimento dos embarques do suco de laranja em abril. As vendas do produto não congelado subiram 261,8% na comparação com o mesmo mês de 2015. O comércio dos itens "outros sucos de laranja" e "suco de laranja congelado" teve elevação de 183,3% e 70,6%, respectivamente. Assim, as exportações desse produto cresceram de US$ 79,24 milhões, em abril de 2015, para US$ 162,41 milhões, no mês passado, impulsionadas, entre outros fatores, pelas dificuldades de outros países para produzir sucos de frutas.

As importações do agronegócio, por sua vez, caíram 12,9% em receita e chegaram a US$ 972,6 milhões, por conta da combinação entre câmbio desfavorável e redução da atividade econômica brasileira, reflexo da crise. Desta forma, o saldo da balança comercial do agronegócio foi positivo em US$ 7,10 bilhões, acima do superávit total registrado para o mês passado, de US$ 4,86 bilhões. Mais detalhes sobre esse e outros temas estão na edição de dois anos do Boletim do Agronegócio Internacional, disponível no portal no link

http://www.canaldoprodutor.com.br/biblioteca/publicacoes/boletim-do-agronegocio-internacional-edicao-24-maio-2016

Queijo escancara excessos da agropecuária nos EUA. Kelsey Gee e Julie Wernaue – Valor Econômico. 23/05/2016.

Nos Estados Unidos, há tanto queijo que cada um dos habitantes do país precisaria comer quase 1,5 quilo a mais este ano para equilibrar o mercado.

A abundância de queijo, na verdade, é apenas um indício do excesso de leite, carne bovina, suína e de aves que os produtores americanos começaram a acumular dois anos atrás, quando os preços estavam em alta e os mercados de exportação pareciam se encaminhar para um longo período de crescimento.

Os estoques abundantes de grãos reduziram o risco ao diminuir o custo da ração animal. A alta duradoura do dólar, no entanto, tem desencorajado muitos mercados estrangeiros

a comprar produtos dos EUA, o que tem provocado um acúmulo de oferta no país justo quando a produção vem atingindo níveis recorde. Isso levou os preços de muitos bens no mercado doméstico a desabar para seus níveis mais baixos em vários anos.

As exportações de queijos e coalhada do país já caíram, em volume, 14% no ano até o fim de fevereiro, enquanto as importações cresceram 23%, impulsionadas pela depreciação das moedas da Europa, Nova Zelândia e Canadá, informou a agência de estatísticas de comércio do Censo americano.

A América Latina tem amortecido um pouco a desvantagem americana. A existência de cotas de exportação em países como a Argentina, que normalmente atende os mercados da América Latina, melhorou a competitividade do queijo americano, diz Jeff Gilfillan, estrategista sênior de mercado da consultora financeira RJO Futures, em Chicago.

A produção de leite das sete maiores regiões exportadoras continua aumentando, embora a um ritmo muito mais lento em comparação com o início da expansão, em 2014, disse em fevereiro Gregg Tanner, diretor-presidente da gigante americana de laticínios Dean Foods. A União Europeia é quem mais contribui para a alta, com um crescimento anual de mais de 5% na produção de leite desde que as cotas de exportação foram eliminadas, em março de 2015.

"Os agricultores tinham todos os motivos para expandir devido à forte demanda global", diz Shayle Shagam, analista de pecuária do Departamento de da Agricultura dos EUA (USDA, da sigla em inglês). "Mas agora temos muitos produtos em busca de compradores, em um número de lugares muito menor."

O governo americano informou recentemente que os estoques de soja poderiam cair quase 25% este ano, à medida que cresce a demanda no mercado internacional. Já as perspectivas para os mercados de outras commodities não foram tão otimistas. O USDA prevê que a oferta de trigo e de milho continuará crescendo. O órgão estima ainda que a produção americana de carne bovina, suína e de aves vai se expandir 3,1% neste ano em relação a 2015, para 44,3 milhões de toneladas, já que os agropecuaristas estão ampliando suas operações e criando animais mais pesados, graças aos baixos preços dos grãos.

O excesso de queijo começou a se acumular com produtores como Carla Wardin, de 38 anos, que, junto com o marido, Kris, é dona do Evergreen Dairy, um laticínio no Estado de Michigan. Em 2014, quando os preços do leite estavam subindo, o casal aumentou o

rebanho de 250 para 400 vacas e construiu um novo estábulo. Hoje, ninguém está ganhando dinheiro, diz ela, mas os produtores respondem da mesma forma quando os preços sobem ou descem. "Eles fazem exatamente o mesmo, ordenham mais vacas", diz ela.

A expectativa é que os produtores americanos coloquem no mercado mais de 96 milhões de toneladas de leite neste ano, um volume recorde. Grande parte disso é vendida para a indústria do queijo, que armazena sua produção à espera que a demanda cresça e os preços subam.

A queda nos preços dos lácteos este ano apresenta um novo teste para a indústria americana. Afinal, desde a aprovação de uma lei agrícola, em 2012, o setor já não conta com a proteção do governo, que acumulava estoques para sustentar os preços.

As câmaras frigoríficas comerciais armazenavam o volume recorde de 540 mil toneladas de queijo no fim de março, o último mês para o qual existem dados disponíveis. É uma alta de 11% em relação ao mesmo mês de 2015.

Os americanos consomem em média 16,3 quilos de queijo por ano, por pessoa, mas não o suficiente para arrefecer a oferta.

O excesso de queijo e outros produtos marca uma virada drástica para o setor agrícola nos EUA, que há apenas alguns anos lutava contra a seca e doenças que afetaram o abastecimento e fizeram disparar os preços dos produtos para o consumidor final nos supermercados.

Os mercados de commodities muitas vezes oscilam entre altos e baixos devido ao tempo necessário para ajustar a produção à nova demanda. As decisões de expandir rebanhos de carne e leite têm de ser feitas com bastante antecedência, levan do-se em conta os nove meses de gestação das vacas e os mais de doze meses necessários para que elas atinjam a maturidade.

"Em todas as commodities, o pêndulo se move muito em ambos os sentidos", diz Justin Reiter, que junto com seu pai e irmão operam uma fazenda no Estado do Iowa, onde produzem milho e criam gado. Em 2013, quando a oferta era escassa e o mercado começava a decolar, sua família investiu US$ 800 mil em um novo celeiro. "Agora que as galinhas voltaram ao poleiro, os preços têm estado muito ruins", diz ele.

Para os consumidores americanos, isso representa um alívio. Os preços de varejo do queijo caíram 4,3% em abril em relação ao mesmo mês do ano passado, segundo a firma de pesquisa de mercado IRI. O governo dos EUA estima que os preços ao consumidor da carne bovina cairão até 2% este ano, enquanto os da carne de porco podem cair 0,5%.

Carnes pautam viagem de Blairo Maggi à China. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 23/05/2016.

O novo ministro da Agricultura, Blairo Maggi, parte nesta semana para a China, onde tentará dar prosseguimento às negociações comerciais iniciadas na gestão de sua antecessora, Kátia Abreu, com o objetivo de abrir mercado para os produtos do agronegócio brasileiro.

Maggi chegará a Pequim no dia 1º de junho, já para uma reunião com autoridades da Aqsiq, órgão do governo chinês responsável pela defesa agropecuária do país. Na ocasião, o ministro deverá acertar a vinda ao Brasil, ainda neste ano, de uma missão de fiscais chineses para inspecionar dezenas de plantas industriais de carnes bovina, de frango e suína de empresas que reivindicam habilitação para exportar para o país asiático.

O número de unidades industriais ainda será negociada com a China nesse encontro, mas será definido dentro de uma lista contendo mais de 100 frigoríficos.

A investida que poderá render resultados mais rapidamente, porém, é para que sete frigoríficos - seis de carne de frango e um de suína - que "deviam" alguma documentação, mas que já regularizaram a situação, sejam habilitados por Pequim. Essas plantas já foram inspecionadas em 2012 pelos chineses e aguardam apenas a liberação oficial.

Em todos os casos de novos frigoríficos que pleiteiam o sinal verde do governo chinês, os trâmites burocráticos são menores e não é necessária a edição de um novo certificado ou protocolo sanitário. A equipe técnica da área internacional do ministério brasileiro já encaminhou todas as solicitações exigidas pela China.

No dia 3, Blairo Maggi também deverá participar de um encontro com os ministros de Agricultura do G-20, grupo que reúne os 20 países mais desenvolvidos do mundo, onde

também terá agendas bilaterais com autoridades da Argentina, do Japão, da Rússia e da Coreia do Sul.

O Brasil também reivindica a abertura do mercado sul-coreano para a carne suína, processo que está no estágio final de negociações, de acordo com uma fonte do Itamaraty. Trata-se de uma demanda antiga do Ministério da Agricultura, articulada há anos.

Dentre outras ofensivas na área comercial, o novo ministro também tentará destravar a esperada permissão para que produtores e empresas brasileiras possam enfim embarcar milho para a China. Há quatro anos, os dois países assinaram acordo que previa embarques do cereal pelo Brasil. Contudo, devido a uma série de exigências fitossanitárias impostas até hoje por Pequim, a autorização não foi efetivada. Para isso, o ministério quer acertar os detalhes pendentes.

A China é um grande produtor mundial de milho e atualmente conta com gordos estoques do cereal. Daí a demora, que também afeta outros exportadores.

Serra defende maior liberdade em acordos do Mercosul. Rodrigo Cavalheiro - O Estado de São Paulo, Política. 23/052016

Em Buenos Aires, na primeira viagem à frente do Itamaraty, chanceler se reúne com Macri e ministros argentinos

BUENOS AIRES - O chanceler brasileiro, José Serra (PSDB-SP), defendeu nesta segunda-feira, 23, em Buenos Aires, em sua primeira viagem no comando do Itamaraty, que os integrantes do Mercosul tenham maior liberdade para negociar acordos bilaterais. O senador reuniu-se ao longo do dia com a ministra das Relações Exteriores argentina, Susana Malcorra, o ministro da economia, Alfonso Prat-Gay, e o presidente Mauricio Macri.

“O Mercosul é uma união aduaneira. Não é uma zona de livre comércio, que é o que eu sempre defendi. O problema da união aduaneira é fazer acordos com outros países do mundo sem ser em conjunto. A nossa estratégia é flexibilizar isso. As vezes um pode abrir a oportunidade e os outros vêm depois”, disse o tucano em entrevista coletiva na embaixada brasileira, à noite. A proposta não seria permitir que um integrante do Mercosul estabeleça acordos com países de fora do grupo e os outros membros se somem posteriormente, de acordo com a experiência de cada um.

Questionado se o governo Michel Temer teria legitimidade para propor mudanças profundas no bloco, o tucano disse que “decisões tem de ser tomadas” e há aval do Congresso. Ele ponderou que não via necessidade de grandes alterações no Mercosul antes dos seis meses que pode durar o afastamento de Dilma Rousseff.

A busca de alternativas para reativar duas economias em recessão esteve no centro de reuniões de Serra com PratGay e, por último, com Macri. O intercâmbio comercial entre as nações caiu 42% entre 2011 e 2015, de US$ 39 bilhões para US$ 23 bilhões.

O governo de Macri, que reconheceu a legalidade da administração Temer minutos depois de o Senado abrir o processo de impeachment, reiteradamente disse ter interesse na retomada da atividade econômica no Brasil, responsável por 40% do comércio internacional argentino. Nos primeiros quatro meses, o déficit bilateral argentino triplicou e chegou a US$ 1,4 bilhão, em razão da queda no consumo brasileiro, segundo a consultoria Abeceb.

Do salão em que Serra falava, ouviam-se apitos de manifestantes contrários ao governo Temer. Os protestos, que ele classificou como irrelevantes, o acompanharam desde sua chegada a Buenos Aires, na noite de domingo, quando 35 ativistas jogaram bolinhas de papel contra seu carro. Ontem, 150 pessoas exigiam a renúncia de Temer e chamavam o ministro de golpista. Parte do grupo era formado por militantes kirchneristas.

Entre as diretrizes da nova política externa brasileira, anunciadas na semana passada, Serra colocou a relação com a Argentina. Em seu discurso de posse, ele citou “referências semelhantes, para reorganização da política e da economia” ao referirse ao governo de Macri, eleito no ano passado por uma coalizão de centrodireita. Serra salientou sua intenção de “despartidarizar” o Itamaraty, algo que Malcorra também assumiu como compromisso ao tomar posse em dezembro como chanceler, após 12 anos de administração kirchnerista.

Caracas. A situação da Venezuela, que criticou o processo de impeachment brasileiro e tem sido alvo frequente de críticas de Macri, também esteve na pauta do chanceler brasileiro. O presidente argentino pressiona Caracas pela libertação de presos políticos e já ameaçou pedir a suspensão do país do Mercosul. Questionado se exigiria a punição ao país governado por Nicolás Maduro, Serra disse defender um processo de mediação. Ele ressaltou que a turbulência brasileira impediria o País de exercer esse papel de intermediário.

Serra chegou à Argentina já com a definição do novo embaixador brasileiro em Buenos Aires, Sérgio França Danese. Ele ocupa a função de secretáriogeral do Itamaraty,

Soja tem vantagem sobre milho na fase final do plantio nos EUA. Mariana Caetano – Valor Econômico. 24/05/2016.

Os produtores de grãos dos Estados Unidos caminham para definir o quanto vão semear de soja e milho na última fase do plantio desta safra 2016/17 - e a balança, no momento, pende mais para a oleaginosa. Todos os anos, as duas culturas concorrem por área no país, sobretudo entre os meses de maio e junho, e o comportamento dos preços de ambas nas últimas semanas fortalece a soja nessa "competição".

As estimativas de analistas variam, mas, de modo geral, convergem para a possibilidade de uma migração para a soja de 2 milhões a 3 milhões de acres (800 mil a 1,2 milhão de hectares) que inicialmente seriam ocupados por milho. Como observa Lucas Brunetti, analista do Banco Pine, do ponto de vista apenas de retorno financeiro o plantio de soja e de milho nos EUA se equivalem quando a primeira vale 2,3 mais que o segundo na bolsa de Chicago.

Na sexta-feira, quando os contratos futuros de segunda posição de entrega da soja fecharam a US$ 10,5775 por bushel (27,2 quilos) e os do milho ficaram em US$ 3,9975 por bushel (25,2 quilos), a relação foi de 2,6 vezes. No dia 11 de maio, o resultado da conta chegou a alcançar 2,86 vezes, o maior nível desde o plantio da safra 2014/15.

"Nossos clientes nos EUA realmente estão migrando do milho para a soja", afirma Pedro Dejneka, sócio-diretor da consultoria AGR Brasil, divisão do grupo AgResource, com sede em Chicago. Segundo ele, os agricultores americanos fazem toda a programação para plantar soja ou milho antes de março, mas deixam aproximadamente 10% da área que pretendem plantar para definir por um dos dois produtos entre março e junho, com base nos preços e no clima.

A AGR Brasil estima que os americanos vão plantar de 83 milhões a 85 milhões de acres com soja (33,6 milhões a 34,4 milhões de hectares) em 2016/17, acima dos 33,26 milhões de hectares apontados pelo Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) no começo de maio. "É um patamar grande, mas há muitas variáveis em jogo no momento pra se ter uma ideia mais exata", pondera Dejneka.

Na semana passada, a Informa Economics elevou a projeção para a área com soja nos EUA para 33,58 milhões de hectares, também já ligeiramente acima do apontado pelo

órgão americano. Para o milho, a previsão da consultoria é de 37,79 milhões de hectares, aquém dos 37,87 milhões do USDA.

Até 15 de maio, os produtores dos EUA plantaram 36% da área prevista para a soja, ante os 32% da média dos últimos cinco anos, conforme o USDA. No caso do milho, 75% da área prevista já estava semeada, patamar superior aos 70% da média histórica.

Stefan Tomkiw, analista do Société Générale em Nova York, lembra que para alguns produtores as chances de migração são mais limitadas, uma vez que já se abasteceram de insumos para uma ou outra cultura. "Mas há áreas que mesmo assim devem sofrer alteração", afirma.

Conforme o analista, as áreas mais ao norte do cinturão produtor americano, em Estados como Minnesota, e as Dakotas do Norte e do Sul, estão mais sujeitas a essa mudança em favor da soja. "Os [Estados] mais ao sul começam o plantio mais cedo e não pegaram todo esse rally nos preços", diz.

As cotações da soja reagiram nos últimos dias em Chicago, ultrapassando os US$ 10 por bushel desde que notícias mais concretas sobre a quebra da produtividade na safra 2015/16 argentina - que está em fase de colheita - se espalharam pelo mercado. A Argentina enfrenta excesso de chuvas em suas regiões produtoras de grãos.

O fato de o Brasil também não ter alcançado seu potencial de rendimento, em função do clima seco, contribui para sustentar os preços internacionais da oleaginosa. Por outro lado, a confirmação de uma área maior de soja nos EUA pode exercer alguma pressão baixista sobre as cotações, diante da oferta adicional que isso resultaria. Mas esse movimento também poderia ter influência limitada, uma vez que fatores ligados ao clima podem novamente roubar a cena.

"O clima está muito violento, e isso me preocupa mais do que essa possível migração [de área]", diz Antônio Sartori, diretor da Brasoja. O temor é em relação ao fenômeno La Niña, que pode se formar na sequência do El Niño e trazer uma nova onda de seca aos EUA.

Sartori lembra que agosto é o mês mais quente no Hemisfério Norte, e é quando a planta de soja já está formada, as vagens definidas, com três grãos em cada uma. "O que pode mudar? O diâmetro do grão depende se vai chover ou não, e [sem chuva] pode haver uma

diferença no peso do grão de 40%", afirma. Diante desse risco climático, o especialista prevê que os preços virão "mais para cima do que para baixo". (Colaborou Fernando Lopes).

Milho é uma das principais fontes de alimento do brasileiro, com importância estratégica nas exportações do agronegócio. CNA. 24/05/2016.

O milho é a segunda maior cultura de importância na produção agrícola no Brasil, sendo superado apenas pela soja que lidera a produção de grãos no país. Para a safra 2015/2016, a produção esperada é de 80 milhões de toneladas. O milho está na história do Brasil desde os primórdios do descobrimento, sendo cultivado por tribos indígenas das regiões Centro-Oeste, e possui tradição na culinária brasileira com pratos como a pamonha, o curau, o mingau e a pipoca, dentre outros. Nesta terça-feira (24) é comemorado o Dia Nacional do Milho, criado pela Lei n° 13.101/2015, com o objetivo de estimular sua cultura no país. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) parabeniza os agricultores que produzem e contribuem com o aumento e a promoção do cereal.

No início de seu cultivo, o milho era utilizado basicamente para a subsistência humana. Com o decorrer do tempo foi ganhando importância e transformou-se no principal insumo para a produção de aves e suínos, além de sua importância estratégica para a segurança alimentar do brasileiro ao longo das últimas décadas. O Brasil já é o segundo maior exportador mundial de milho, superado apenas pelos Estados Unidos. O produto é reconhecido por sua boa qualidade e por garantir o abastecimento em vários países exatamente no período da entressafra dos EUA. Os principais países importadores do milho aqui produzido são o Vietnã, Irá, Coréia do Sul, Japão, Taiwan, Egito e Malásia.

Produção diversificada - Com o crescimento da produção agrícola brasileira, a partir de 1960 até o ano 2000, as regiões Sul, Sudeste e o estado de Goiás respondiam por aproximadamente 70% da oferta nacional do grão. Entretanto, a partir de 2001, a dinâmica da produção do cereal começou a tomar novos rumos, sendo que, na safra atual (2015/2016) o total da produção destes estados deve representar menos de 45% da colheita no país.

Os fatores responsáveis por esta mudança na cadeia produtiva do milho são diversos: expansão da agricultura para o cerrado; busca por novas tecnologias pelos produtores; desenvolvimento de sementes mais adaptadas às condições climáticas de cada região; aquisição de equipamentos de melhor rendimento e desempenho; e criação de técnicas redutoras de perdas físicas e de qualidade.

A expansão da soja para o Cerrado levou junto a cultura do milho, que, inicialmente, era utilizado somente como prática de rotação de cultura para incrementar a palha ao solo fraco do bioma e também para quebrar o ciclo de pragas e doenças. De acordo com relato de diversos produtores, as áreas que passavam pelo cultivo de milho nos três anos seguintes apresentavam ganho de produtividade de três a cinco sacas de soja, comparativamente às áreas que não realizavam esta prática.

Os produtores adotavam o plantio de milho em aproximadamente 20% das áreas, em cada ano, com o objetivo de melhorar a estruturação do solo e aumentar o rendimento das lavouras de soja. Esta técnica começou a ganhar importância em Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul. Entretanto, a partir de 2001, o plantio do milho segunda safra passou a ganhar destaque nas regiões produtoras de grãos do cerrado, assim como no Paraná e em São Paulo.

De acordo com os números da Conab, principais estados produtores de milho são Mato Grosso, com previsão de 20 milhões de toneladas para a colheita 2015/2016, seguido do Paraná com 16,2 milhões de toneladas, Mato Grosso do Sul com 8,3 milhões de toneladas, Goiás com 7,7 milhões de toneladas, Minas Gerais com 7 milhões de toneladas e Rio Grande do Sul com 6 milhões de toneladas.

Políticas públicas e propostas voltadas para a cultura do milho são discutidas, mensalmente, pela Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas, da CNA. Segundo o presidente da Comissão, Almir Dalpasquale, o milho no Brasil se destaca pela qualidade e pelo equilíbrio voltado para o consumo interno e as exportações. No seu entender, o país não pode se preocupar apenas com as vendas externas. É preciso incentivar também o consumo interno. O produtor deve olhar não só para o preço, mas também para as agroindústrias que mantêm o mercado interno e promovem o equilíbrio entre a produção e o consumo do produto. Temos uma demanda forte dentro e fora do país", destacou.

Veja abaixo entrevistas com produtores de milho:

SANTA CATARINA

Há 30 anos Enori Barbieri trabalha com a produção de grãos em Xanxerê, oeste de Santa Catarina, município conhecido como a capital do milho no Estado. Com uma área de 180 hectares e dois trabalhadores, Barbieri produziu em 2015 de 9 mil sacas de 60 kg do grão. Em 2016 a colheita contabilizou 4 mil sacas de 60kg ou 240 toneladas.

“O milho é um insumo básico para o agronegócio catarinense, influencia diretamente na produção de aves, suínos e leite. Mas, infelizmente, esses setores não reconhecem essa importância”, destaca o produtor. Barbieri considera que a falta de milho no Estado é fruto de uma política equivocada de comercialização do produto. Para ele é preciso que os consumidores de milho valorizem as estratégias para a produção. “Os produtores rurais não têm a segurança de comercialização do mesmo modo que a soja oferece, pois, na soja, há oportunidade de vendas de contratos futuros o que garante uma segurança de comercialização ao produtor”, pontua.

CENÁRIO CATARINENSE - O Estado é considerado o maior consumidor de milho no Brasil, principalmente em decorrência das agroindústrias. “Somos o Estado que mais depende da produção”, ressalta Barbieri. A região do meio Oeste, onde estão concentradas as lavouras comerciais, é a que mais produz.

Santa Catarina possui o mais avançado parque agroindustrial do Brasil, representado pelas avançadas cadeias produtivas da avicultura e da suinocultura. Essa fabulosa estrutura gera uma riqueza econômica de mais de 1 bilhão de aves e 12 milhões de suínos por ano, sustenta mais de 150 mil empregos diretos e indiretos e gera bilhões de reais em movimento econômico.

Um dos principais insumos para o funcionamento dessas gigantescas cadeias produtivas é o milho. Por isso, o sucesso ou o fracasso da cultura do milho reflete diretamente na economia catarinense. Em 2005, 106 mil produtores rurais catarinenses cultivavam 800 mil hectares com milho e colhiam entre 3,8 e 4 milhões de toneladas. Nesses dez anos, a área plantada foi se reduzindo paulatinamente e, em 2015, foram cultivados entre 250 mil e 300 mil hectares de lavouras para uma produção estimada em 2,5 milhões de toneladas.

Esse quadro representa uma equação perigosa: para um consumo de 6 milhões de toneladas haverá uma produção interna de 2,5 milhões e, portanto, uma necessidade de importação de 3,5 milhões de toneladas de milho. Insumo escasso representa encarecimento para os produtores rurais e para as agroindústrias. Em razão desse fator. A alimentação de carne – bovina ou suína – acabando sendo mais caro para o consumidor.

SÃO PAULO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção estadual de milho tem variado ao longo dos últimos anos entre 4 e 5 milhões de toneladas. Na safra 2014, a safra foi de 3,9 milhões de toneladas, equivalentes a 5% da produção nacional. Em média, a cultura ocupa perto de 805 mil hectares. A produção de milho concentra-se na região Sudoeste do Estado de São Paulo. Destacam-se na produção os municípios de Capão Bonito, Casa Branca, Itapetininga, Itaberá e Itapeva.

O histórico de produção do milho, de domesticação da cultura, começou nas Américas com os índios, que o utilizam na alimentação. No Brasil, tribos do Centro-Oeste, Sudeste e Sul, como os Caiabi, Kaingangs e Guaranis utilizavam a espécie. Pratos importantes da culinária brasileira atual, como pamonha, curau, mingau, pipoca, cuscuz, dentre outros, tem origem em costumes indígenas e contribuíram para difusão do cultivo por todo o território nacional. Em São Paulo, não foi diferente, a cultura evoluiu a partir do crescimento da população e da agricultura brasileira.

O produtor, Luiz Yoneto Yoshida, de tradicional família de agricultores do interior paulista, município de Itaí, onde há mais de 40 anos exerce a atividade, produz milho, soja, feijão e outras culturas, sendo que para a lavoura de milho destina aproximadamente 200 hectares das terras cultivadas. Segundo ele, grande parte da produção de milho do município de Itaí é destinada às granjas de aves e suínos. Quando questionado sobre sua produção de milho ele diz: “Acho que esse ano a produtividade vai cair por causa da estiagem, mas como o preço está melhor, se não gear, deve compensar as perdas”.

MATO GROSSO

O Estado do Mato Grosso é o maior produtor de milho do Brasil, produzindo um total de 19,09 milhões de toneladas e representando 37% da produção nacional na safra

2015/2016, segundo a Conab. Uma das particularidades mais interessantes do milho produzido em Mato Grosso é que grande parte dele é caracterizada como milho de segunda safra, também conhecido como milho “safrinha”. Segundo dados da Conab, 98% do cereal do Estado é de segunda safra.

O produtor de grãos e presidente do Sindicato Rural de Canarana, em Mato Grosso, Arlindo Cancian, é natural de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, mas está em Mato Grosso há 38 anos. “Naquele tempo o objetivo principal da maioria dos agricultores era cultivar soja, porém, devido às necessidades e a busca de novas alternativas de produção, surgiu a possibilidade de cultivar milho”, contou.

Cancian começou o plantio de milho em sua propriedade há aproximadamente 10 anos, sendo sua principal atividade o milho de segunda safra. “A maior dificuldade para manter a produtividade do milho na região é a disponibilidade hídrica, pois ambientes favoráveis possibilitam o crescimento de área cultivada”. Segundo o produtor, o desenvolvimento de novas tecnologias favoreceu muito a produção agrícola, especialmente do milho em Canarana e no estado.

RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, a cultura do milho está fortemente arraigada e ligada à história do Estado, tendo sido sempre uma importante fonte de renda e desenvolvimento de inúmeros produtores gaúchos. A história de vida de Danilo Benedetti, presidente da Comissão de Milho da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), também se mistura com a da produção do cereal.

Há 36 anos trabalhando à frente da sua empresa de planejamento agrícola, Benedetti pode ser considerado um especialista na produção de cereais, principalmente com base na cultura de irrigação. Além da empresa pessoal, Danilo também é um dos instrutores mais antigos do SENAR/RS. Se somados toda a área por ele atendida, entre os municípios de Espumoso, Cruz Alta e Caxias do Sul, são mais de 12 mil quilômetros de área com cultivo de milho, feijão e soja. “Procuramos dar assistência a produtores de toda região, com foco principal em plantio direto”, afirma Benedetti.

Sua história com a produção de milho começou ainda na juventude, quando se tornou técnico e, posteriormente, engenheiro agrícola. O trabalho de assistência técnica junto a

cooperativas agrícolas começou desde muito cedo. Segundo Danilo, a produção do milho já teve muitos altos e baixos no Estado, mas neste ano voltou a crescer. “Nos anos 1990, o milho perdeu espaço no Rio Grande do Sul. Para continuarmos com a produção, passamos a incentivar os produtores locais a utilizarem o sistema de irrigação. A partir deste momento, passou-se a produzir um milho de melhor qualidade e com mais produtividade”, revela.

Ainda assim, o presidente da Comissão de Milho da FARSUL enxerga que ainda existe potencial para crescimento do milho nas lavouras gaúchas. “O milho é um cereal significativo para a cultura de rotatividade, mas é preciso haver maior incentivo e menos burocratização – como liberação de projetos, outorga de águas –, para facilitarmos a vida dos produtores. Temos batalhado junto aos governos para isso”, destaca Benedetti.

Cooperativas seguem com exportações em expansão. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 24/05/2016.

Em linha com o desempenho da balança comercial do agronegócio brasileiro em geral, as exportações das cooperativas do país aumentaram 8,4% no primeiro quadrimestre em relação ao mesmo período do ano passado e alcançaram US$ 1,8 bilhão.

De acordo com dados do novo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 123 cooperativas do segmento agropecuário efetuaram embarques nesse intervalo. As vendas somaram aproximadamente 4 milhões de toneladas, um incremento de 52% na comparação com o primeiro quadrimestre de 2015.

Já as importações das cooperativas aumentaram 20,6% na mesma comparação, para US$ 116,7 milhões. Com isso, o superávit da balança comercial das cooperativas atingiu US$ 1,6 bilhão, 7,6% maior que o verificado no mesmo intervalo do ano passado.

Entre os produtos mais exportados pelas cooperativas entre janeiro e abril de 2016, novamente o grande destaque foi a soja em grão, que também normalmente puxa os embarques do agronegócio como um todo. A receita com as vendas chegou a US$ 348,2 milhões, quase o dobro do total observado em igual período de 2015.

O segundo item que mais cresceu na pauta de exportações das cooperativas foram os cortes e os miúdos de frango, que alcançaram US$ 282,5 milhões, em alta de 1,6%. Logo depois veio o milho, que gerou uma receita de US$ 141,5 milhões, duas vezes superior à do mesmo intervalo de 2015.

Outros produtos que geralmente figuram entre os mais exportados pelas principais cooperativas brasileiras registraram queda nos embarques no primeiro quadrimestre. As exportações de açúcar, por exemplo, recuaram 10,3%, para US$ 243,2 milhões, enquanto as vendas externas de café em grão diminuíram 36,8%, para US$ 213 milhões.

A China mais uma vez despontou como o principal destino para as exportações das cooperativas agrícolas. De janeiro a abril de 2016, as vendas externas desses grupos ao país asiático somaram US$ 434,8 milhões, 61,3% mais que o total alcançado no mesmo período de 2015. O segundo principal país comprador dos produtos exportados pelas cooperativas brasileiras foram os Estados Unidos - os embarques ao país recuaram 16%, para US$ 127,8 milhões.

As cooperativas brasileiras que mais exportaram no primeiro quadrimestre deste ano foram a paranaense Coamo, a paulista Copersucar, a catarinense Aurora e mineira Cooxupé.

Juntas, Bayer e Monsanto superam Syngenta no Brasil. Mariana Caetano – Valor Econômico. 24/05/2016.

A possível aquisição da americana Monsanto pela alemã Bayer criaria uma nova líder no mercado de defensivos agrícolas no Brasil, uma vez que a empresa resultante da transação passaria à frente da suíça Syngenta, que ocupa o primeiro lugar nesse segmento no país. Ontem, a Bayer oficializou uma proposta de US$ 62 bilhões pela rival.

No ano passado, a alemã respondeu por 17% das vendas de agroquímicos no Brasil, número que, somado aos 5% da americana, chegaria a 22% (ou pouco mais de US$ 2 bilhões), ante os 18% da Syngenta, de acordo com Flávio Hirata, da consultoria Allier Brasil.

O especialista ressalta que as duas empresas são "bem complementares". Ele lembra que embora a Monsanto seja mundialmente conhecida pelo herbicida glifosato, a maior parte de sua receita vem do mercado de sementes - a múlti é a maior empresa global do ramo. Já a Bayer tem um grupo de sementes "que ainda não deslanchou", mas um "portfólio completo de proteção de plantas".

Hirata também chama atenção para os benefícios dessa união para as duas empresas, quando se avalia a concorrência. "O glifosato dá volume, mas a margem é muito estreita. E os chineses estão entrando no mercado brasileiro e no americano, e vão dominar [esse produto]. Mas não vão dominar, no curto nem no médio prazos, o mercado de sementes", afirma.

Além de alterar profundamente a configuração do mercado mundial de insumos, acirrando os ânimos com outros competidores de peso, a investida da Bayer terá reflexos importantes para o produtor rural. "Ele deve ficar amarrado, mais dependente dessa nova empresa. Quanto mais concentrado o mercado, mais dependente o usuário final fica, sem dúvida", avalia.

Liderado pela Monsanto, o mercado brasileiro de sementes no Brasil é avaliado em US$ 4 bilhões anuais. A empresa não divulga quanto detém do segmento. Procurada, a Bayer também não forneceu detalhes sobre seu posicionamento em sementes no país. em 2015, a divisão agrícola da alemã no Brasil teve vendas de R$ 7,5 bilhões, enquanto a americana faturou R$ 4,89 bilhões no ano fiscal de 2015 (setembro de 2014 a agosto de 2015).

Se concretizada, a transação reforçará a tendência de consolidação no setor, que ganhou ritmo nos últimos anos. Entre os movimentos mais recentes, estão a aquisição da Cheminova pela FMC, no segmento de defensivos, além da fusão entre Dow e DuPont no fim de 2015. Em fevereiro deste ano, foi a vez da estatal chinesa ChemChina fazer uma oferta pela Syngenta, empresa que havia rejeitado uma proposta anterior feita pela Monsanto.

A Bayer também tem adquirido várias empresas de sementes desde 2010, especialmente na América Latina. Adquiriu, no Brasil, o banco de germoplasma da Melhoramento Agropastoril, as empresas de soja Wehrtec e SoyTech, a tecnologia de melhoramento de plantas da CVR e o negócio de sementes da Cooperativa Central Gaúcha (CCGL). Na Argentina, comprou a FN Semillas e a Biagro; no Paraguai, a Granar.

Ministro Blairo Maggi viaja à China em sua primeira missão oficial ao exterior. MAPA. 24/05/2016.

Um dos objetivos da visita, no início de junho, é ampliar número de frigoríficos brasileiros habilitados a exportar carnes

O ministro Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) viaja para a China, no início de junho, em sua primeira missão internacional à frente do ministério. Ele vai participar da Reunião de Ministros de Agricultura do G20 – grupo formado por 19 países de economias mais desenvolvidas do mundo, além da União Europeia. Durante a viagem, o ministro também se reunirá com o governo chinês para discutir temas de comércio bilateral.

A chegada a Pequim está prevista para o dia 1º de junho, quando o ministro se reunirá na Administração para Supervisão da Qualidade e Quarentena (AQSIQ). O órgão é responsável pela política de controle sanitário e fitossanitário das importações chinesas de produtos agropecuários.

Blairo Maggi vai tratar de temas sanitários, como o pedido de missão chinesa de auditoria ao Brasil para a ampliação do número de estabelecimentos habilitados a exportar carne bovina, suína e de aves para aquele país. Segundo a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do ministério, mais de 100 frigoríficos pedem abertura de mercado.

Depois do encontro em Pequim, o ministro seguirá para a Reunião de Ministros de Agricultura do G20, no dia 3 de junho, na cidade de Xian. O bloco de países discutirá medidas para promover a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e o crescimento agrícola sustentável em escala global, além de assegurar a contribuição da agricultura para o alcance dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, incluindo a erradicação da fome e da pobreza extrema.

Além da reunião do G20, a agenda do ministro prevê reuniões bilaterais com os ministros de Agricultura da China, Argentina, Japão, Rússia e Coreia do Sul, entre outros.

O G20

O G20 foi criado em 1999 para atuar em prol da estabilidade financeira mundial. Na época, era composto apenas por ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais. Em 2008, o grupo passou a contar com a participação de chefes de Estado e veio a substituir o G8 como principal conselho internacional permanente de cooperação econômica.

Atualmente, o G20 é formado pelo Brasil, África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia. Os países membros respondem por 60% da população mundial e 70% da população rural global.

Carne de frango se destaca nas vendas externas. Inez De Podestà – MAPA. 25/05/2016.

Produto bateu recorde de 4,08 milhões de toneladas nos últimos 12 meses

As exportações brasileiras de carnes, especialmente a de frango, se destacam na balança comercial do agronegócio. A quantidade de frango in natura (resfriado e congelado) atingiu um recorde nos últimos 12 meses (maio de 2015 a abril de 2016): 4,08 milhões de toneladas, o equivalente a 12,1% de incremento em relação ao período anterior. Em receita, o resultado foi de US$ 6,2 bilhões.

O volume embarcado de frango também foi recorde para o mês de abril, com 379 mil toneladas, representando 26% de aumento em relação mesmo mês do ano passado. O incremento em valores foi de 10,5%, com US$ 533 milhões.

O desempenho favorável nas vendas externas se deve à abertura de novos mercados, como o do México e Malásia, e ao crescimento no número de plantas frigoríficas habilitadas a exportar para a China.

“Esses dois fatores resultam na grande competitividade da carne de frango no mercado internacional”, diz o secretário substituto de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Odilson Silva. Segundo ele,

as vendas externas cresceram em quantidade, apesar da queda dos preços internacionais dos produtos agropecuários.

O Brasil já é o maior exportador mundial de carne de frango, com uma participação de cerca de 41,5% do mercado mundial no ano passado. Caso o desempenho das exportações continue nesse ritmo, salienta o secretário substituto, o país vai ganhar ainda mais espaço este ano. Os principais compradores são Arábia Saudita, China, Japão, Emirados Árabes, Hong Kong e África do Sul.

Brasil vai retomar exportações de gado para a Jordânia. Viviane Novaes - MAPA. 25/05/2016.

Decisão foi comunicada ao ministério durante reunião da OIE em Paris

A Jordânia anunciou a retomada da compra de gado vivo brasileiro. A decisão foi divulgada num encontro bilateral, durante a 84ª Reunião Sessão Geral da Assembleia de Delegados da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), que ocorre em Paris até sexta-feira (27). O delegado jordaniano Munther Al-Refai comunicou o fim do embargo ao diretor do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Guilherme Marques, que representa o Brasil na reunião de delegados da OIE.

A Jordânia suspendeu as exportações de gado no início deste ano, quando o Brasil registrou casos de língua azul em ovinos no Rio Grande do Sul. Essa doença é causada por um vírus transmitido pelo chamado “mosquito pólvora”. Em bovinos, os principais sintomas são perda de peso, queda na produção leiteira, aborto e perda de bezerros por má formação. Nenhum caso de língua azul em bovinos foi registrado no país.

Segundo Guilherme Marques, as ocorrências da doença no Brasil são esporádicas e restritas em pequenos grupos de ovinos e veados e nunca foi diagnosticada em bovinos. “É uma doença de notificação obrigatória e combatida pelo Mapa por meio da vigilância agropecuária e controle de importação de ruminantes e material genético."

Para reabrir o mercado, o Mapa forneceu uma série de informações sobre a situação epidemiológica da doença ao governo da Jordânia e enviou ao país uma equipe de veterinários para prestar esclarecimentos detalhados.

O país é um dos principais mercados importadores de gado brasileiro. De 2011 a 2015, adquiriu 100,7 mil cabeças.

Companhia controlada por Wilmar e empresa indiana criam trading. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 25/05/2016.

A companhia indiana Adani Wilmar — uma joint venture entre o grupo indiano Adani e a Wilmar International, de Cingapura — se uniu à empresa Ruchi Soya, também da Índia, para criar uma nova companhia de comercialização de alimentos e biocombustíveis produzidos pelas duas empresas no país.

A Adani Wilmar terá participação de 66,66% sobre a nova joint venture, enquanto a Ruchi Soya terá controle de 33,34%. As duas companhias assinaram um termo de compromisso não vinculativo.

A nova empresa terá o direito exclusivo de originar, comercializar e distribuir os produtos fabricados por ambas, como sementes e derivados de oleaginosas, produtos de soja, produtos químicos feitos a partir de óleo, biodiesel, grãos, além de óleo de rícino e derivados.

A expectativa das companhias é que a joint venture reduza os custos de ambas com originação, passando por distribuição, armazenamento e vendas.

"Nós estamos muito otimistas com a demanda indiana para produtos alimentares de alta qualidade devido ao crescimento econômico e da população. A joint venture será bem posicionada para alavancar sua forte base em óleos comestíveis e capturar uma boa participação dessa demanda para se tornar uma das maiores companhias da Índia de bens de consumo rápido", afirmou Kuok Khoon Hong, CEO e presidente do conselho da Wilmar, em nota.

A criação da nova trading indiana ainda está sujeita à aprovação das entidades regulamentadoras, entrega de documentação, aplicações regulatórias e outros termos e condições.

Monsanto rejeita proposta de compra da Bayer. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 25/05/2016.

O conselho de administração da americana Monsanto classificou como "incompleta e financeiramente inadequada" a proposta de aquisição da empresa pela Bayer. Na segunda-feira, a companhia alemã apresentou oficialmente uma proposta de US$ 62 bilhões para adquirir a rival.

Em comunicado divulgado ontem, a Monsanto acrescentou que está "aberta a conversas contínuas e construtivas para avaliar se outra transação pode ser alcançada". "Nós acreditamos nos benefícios substanciais que uma estratégia de integração poderia promover aos produtores e à sociedade em geral, e temos muito respeito pelos negócios da Bayer", declarou Hugh Grant, CEO da Monsanto.

Contudo, o executivo ponderou que a atual proposta "subestima significativamente" a empresa, e também "não aborda adequadamente os meios e garantias para o potencial financiamento, assim como não aborda os riscos de execução regulamentares relacionados com a aquisição". O conselho da Monsanto ressaltou que ainda não está definido qualquer cronograma para novas discussões.

Na mais nova investida no processo de consolidação do setor, a Bayer ofereceu US$ 122 por ação da Monsanto, um prêmio de 37% sobre o valor da empresa no fechamento do mercado em 9 de maio, dia anterior à oficialização da proposta. Após a recusa da Monsanto, o CEO da Bayer, Werner Baumann, defendeu a proposta apresentada e sinalizou que as negociações terão prosseguimento.

Na véspera, Baumann havia dito que a aquisição seria viabilizada por meio de uma combinação entre financiamento por dívida e equities. "Analisamos profundamente possíveis implicações que essa união poderia levantar do ponto de vista de antitruste. E chegamos à conclusão que são muito poucas".

A união criaria a maior empresa de insumos agrícolas do mundo. No Brasil, a companhia resultante da transação ultrapassaria a Syngenta e figuraria na liderança do mercado de defensivos agrícolas do país. A Monsanto já é a líder em sementes.

Para o novo ministro da Agricultura, Blairo Maggi, uma eventual aquisição da Monsanto pela Bayer não seria benéfica para os produtores rurais brasileiros. Mas ele ponderou que a transação poderia ser uma oportunidade para o crescimento de pequenas empresas de insumos com vocação regional. (Colaborou Cristiano Zaia, de Brasília)

Exportações americanas de soja da safra 2015/16 somam 456,8 mil. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 26/05/2016.

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) informou que empresas do país fecharam contratos para a venda de 456,8 mil toneladas de soja da safra 2015/16 na semana entre 13 e 19 de maio. O volume representa uma queda de 18% na comparação com as vendas líquidas (resultado de novos contratos e cancelamentos) da semana anterior. Referentes a safra 2016/17, foram comercializadas 150 mil toneladas de soja.

No caso do milho, as vendas semanais líquidas do ciclo 2015/16 caíram 6%, para 1,38 milhão de toneladas; ainda assim, um volume bem alto para esta época do ano, consideram os analistas. De 2016/17, foram 246,2 mil toneladas, disse o USDA.

O comércio de trigo teve resultado negativo na semana, com o cancelamento de contratos superando as vendas efetivas. Foram 9,9 mil toneladas líquidas canceladas da safra 2015/16, conforme o USDA. Entretanto, para o ciclo 2016/17, as vendas semanais ficaram positivas em 354,5 mil toneladas do cereal.

Por fim, o USDA informou que 28 mil toneladas de algodão foram negociados na semana até o dia 19, com recuo de 32% na comparação semanal. Para 2016/17, as vendas ficaram em 51,5 mil toneladas.

Embarque deve subir 12% nesta safra, diz consultoria. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 27/05/2016.

A perspectiva de aumento da produção de açúcar no Centro-Sul e a escassez global da commodity prometem abrir alas para as exportações brasileiras nesta safra. A consultoria Datagro estima que o Brasil exportará 27 milhões de toneladas de açúcar na temporada atual (2016/17), um crescimento de 12,5% sobre a temporada anterior, quando 24 milhões de toneladas de açúcar saíram do país.

De acordo com Plinio Nastari, presidente da Datagro, a redução da produção no Sudeste Asiático tem colaborado para manter a demanda firme pelo açúcar brasileiro (*ver a reportagem Países da Ásia vêm ao Brasil buscar açúcar*)

Além disso, também há possibilidade de a Europa importar açúcar, ainda que em volume limitado, para recuperar seus níveis de estoques. A expectativa é que a Comissão Europeia aprove um leilão para permitir importações de 300 mil a 400 mil toneladas.

Mas o cenário para a participação do Brasil no mercado internacional não é de ascensão contínua. Ainda que a produção da Tailândia não se recupere na próxima temporada, o país tem ampliado o plantio de cana-de-açúcar sobre lavouras de arroz, o que deverá aumentar a produção no médio prazo. Esse incremento da produção seria estimulado por subsídios, segundo o Brasil, o que levou o país a abrir uma reclamação contra a Tailândia na Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Brasil também deve perder mercado com o início da vigência da Parceria Transpacífica (TPP), que prevê redução de tarifas de importação entre os 12 países signatários. "A Tailândia deve ter acesso preferencial a esses mercados, deslocando para si a exportação do Brasil", avaliou Nastari.

Laboratório agropecuário se torna referência internacional. Cláudia Lafetá – MAPA. 27/05/2016.

Credencial da OIE vale para diagnóstico de gripe aviária e doença de Newcastle

O Laboratório Nacional Agropecuário de São Paulo (Lanagro-SP), localizado em Campinas, foi oficialmente reconhecido como referência internacional em diagnóstico de influenza aviária (gripe aviária) e doença de Newcastle. O anúncio foi feito durante a

Assembleia de Delegados da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), que termina nesta sexta-feira (27) em Paris.

“Com esta decisão, todos os diagnósticos feitos pelo laboratório terão validade mundial, o que vai dispensar o envio de amostras para outros países”, diz o diretor do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Guilherme Marques, que participa da reunião na França.

Até hoje, não havia nenhum laboratório de referência para as duas doenças na América Latina. A partir de agora, todos países latinos passam a contar com um centro de referência mais próximo.
“Esse reconhecimento foi feito por 180 países e representa a competência máxima para diagnóstico das duas enfermidades, que são altamente impactantes no comércio nacional e internacional de aves, seus produtos, subprodutos e material genético”, afirma Marques.

O Lanagro de São Paulo faz parte da rede de laboratórios do Mapa. Nos últimos anos, o governo federal investiu cerca de R$ 4 milhões por ano para manutenção de atividades da unidade. Em 2006, por exemplo, foram aplicados mais de R$ 1,2 milhão em equipamentos para implantação do laboratório de biologia molecular.

O Brasil é considerado livre de gripe aviária. Tanto esta enfermidade quanto a doença de Newcastle são de notificação obrigatória.

Países da Ásia vêm ao Brasil buscar açúcar. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 27/05/2016.

Países do Sudeste Asiático estão recorrendo ao açúcar brasileiro para escapar de um aperto na oferta da região, provocado tanto pela quebra de safra em importantes polos produtores e exportadores quanto pelo contrabando da commodity para a China.

Recentemente, navios com bandeiras de tradicionais importadores de açúcar da Tailândia nesta época do ano - como Malásia, Bangladesh e Indonésia - encostaram nos portos brasileiros à espera de carregamentos do produto. Até a Índia, que chegou a exportar açúcar no ano passado, teve que recorrer ao Brasil.

A demanda do Sudeste Asiático pelo açúcar brasileiro tem chamado a atenção desde fevereiro, quando o Centro-Sul ainda estava na entressafra. Entre aquele mês e abril, os embarques nacionais para e região somaram 367 mil toneladas, 87% mais do que o volume médio exportado nesse período nos últimos três anos, de acordo com levantamento feito pela consultoria FCStone a pedido do **Valor**.

Considerando os preços médios de exportação do açúcar bruto nesse período indicados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic), esses embarques representaram uma receita superior a US$ 107 milhões.

Embora o volume movimentado ainda seja pequeno frente ao que o Brasil deve exportar nesta safra, esse crescimento foi possível porque o açúcar brasileiro se tornou uma alternativa mais barata que o produto tailandês. A Tailândia é o segundo maior exportador global de açúcar, atrás do Brasil, e está mais perto desses centros consumidores. Mas o produto que circula em seus portos está sendo negociado com prêmios elevados.

Segundo a FCStone, o açúcar tailandês de alta polarização (HP) é negociado com um prêmio de 126 pontos sobre o contrato de açúcar demerara com vencimento em julho na bolsa de Nova York. Ontem, esses papéis fecharam cotados a 17,42 centavos de dólar a libra-peso. Nas últimas duas safras, o prêmio cobrado nesta época do ano oscilou entre 20 e 30 pontos.

Já no porto de Santos, por onde é escoado 80% do açúcar exportado pelo Brasil, o açúcar VHP (polarização muito alta) é negociado, desde março, com desconto de 10 a 20 pontos em relação ao mesmo contrato na bolsa americana

"O preço alto na Tailândia tem direcionado a demanda global para o Brasil", afirmou João Botelho, analista da FCStone. O diferencial é tamanho que mesmo países que têm vantagem tarifária para importar açúcar tailandês, como é o caso da Indonésia, estão direcionando seus navios ao Brasil.

Um dos motivos para a elevação dos preços da commodity na Tailândia é a quebra da safra local, estimada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) em 10% no atual ciclo 2015/16 - para 9,74 milhões de toneladas -, após uma forte seca no ano passado. Mas o próprio órgão prevê que os embarques do país não serão afetados, projetando um aumento de 6%, para 8,8 milhões de toneladas. Mesmo assim, a menor oferta tem encarecido o produto para o exterior.

Outra razão é a sangria provocada pelo aumento do contrabando de açúcar para a China neste ano - que pode ter chegado a cerca de 1,2 milhão de toneladas do comércio global nas contas de Plinio Nastari, presidente da consultoria Datagro.

Em 2015, o governo chinês passou a regular a liberação de licenças de importação de açúcar, retirando a automaticidade do processo justamente em um momento de quebra de safra no país. Como uma quantidade elevada de açúcar que as refinarias já tinham contratado ficou parada no porto, "os comerciantes de Mianmar começaram a comprar da Índia e da Tailândia para colocar o produto ilegalmente na China [por terra] entre os meses de janeiro e março", disse Botelho.

A Tailândia chegou a exportar, apenas por navio, quatro vezes mais açúcar para Mianmar durante seu período de safra (de novembro do ano passado a março deste ano). O volume, de 356 mil toneladas, porém, indica apenas uma parcela do que pode ter sido contrabandeado à China via Mianmar, uma vez que não há registros da quantidade exportada por terra.

A Índia chegou a responder por um volume bem maior exportado para Mianmar, com 958,3 mil toneladas embarcadas entre seu período de safra (de outubro a fevereiro), contra apenas mil toneladas enviadas ao país vizinho no mesmo período da safra anterior.

Parte desse açúcar foi originada inclusive no Brasil, uma vez que a produção indiana também foi afetada pela seca, segundo o analista da FCStone. O Brasil tem sido um importante fornecedor da Índia. Embarcou, de janeiro a abril, 513,4 mil toneladas, o triplo do total do mesmo período de 2015.

Além das nações do Sudeste Asiático, outros compradores que costumam importar açúcar da Tailândia também estão recorrendo mais ao Brasil nos últimos meses. É o caso de países do Oriente Médio e do norte da África, que também importaram um volume acima da média desde janeiro. Conforme a FCStone, o Brasil exportou para essas duas regiões 3,1 milhões de toneladas de açúcar, 14% acima do volume médio embarcado nesse período nos três anos anteriores.

Blairo Maggi negociará ampliação de comércio com vários países. Inez De Podestà – MAPA. 30/05/2016.

Ministro viaja hoje à China para encontro do G20 e reuniões para abertura de mercado de produtos como grãos e carnes

O ministro Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) embarca na noite desta segunda-feira (30) para a China, onde vai participar da reunião de ministros de Agricultura do G20. O encontro, na cidade de Xian, vai tratar de segurança alimentar, nutrição, desenvolvimento rural e inovação em relação à Agenda Sustentável para 2030, incluindo a erradicação da fome e da extrema pobreza.

Os principais interlocutores da agricultura mundial estarão no encontro para lançar as bases da agricultura do futuro, discutindo plataformas de troca de informações e mecanismos ágeis para a segurança alimentar. O G20 é formado pelo Brasil, África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia. Os países membros respondem por 60% da população mundial e 70% da população rural global.

Paralelamente à reunião do G20, Blairo Maggi vai se reunir os ministros da Agricultura da Argentina, China, Coreia do Sul, México, Rússia e União Europeia. Na pauta bilateral, o comércio de carnes, grãos, lácteos e frutas entre os países, além de acordos com o Mercosul e a União Europeia.

Esta será a primeira visita oficial do ministro ao exterior. Além de Blairo Maggi, a delegação brasileira é formada pelo secretário substituto de Relações Internacionais do Agronegócio, Odilson Luiz Ribeiro e Silva, o secretário de Defesa Agropecuária, Luis Rangel, o chefe de gabinete do ministro, Coaraci Castilho, e o senador José Aparecido dos Santos (PR-MT).

EUA 'sacodem' mercado de frango. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 31/05/2016.

O retorno "mais rápido do que o esperado" dos Estados Unidos ao mercado global de carne de frango está sacudindo o comércio internacional e pressionando os preços da proteína exportada pelo Brasil, aponta relatório divulgado ontem pelo banco holandês Rabobank.

Entre 2014 e 2015, os EUA sofrerem uma série de embargos devido ao surto de gripe aviária que atingiu o país, o que acabou abrindo espaço para que o Brasil, líder nas exportações globais de carne de frango, elevasse sua participação de mercado.

Neste ano, porém, os EUA registraram apenas um caso do vírus da gripe aviária, em janeiro. Com isso, os americanos conseguiram retomar as exportações a mercados que haviam embargado o país. Assim, "tem havido uma competição especialmente intensa", notou o banco holandês, no relatório.

Em reação à volta dos EUA, os exportadores brasileiros deflagraram uma estratégia agressiva, reduzindo preços para manter mercados. De acordo com dados compilados pelo Rabobank, o preço do peito de frango exportado pelo Brasil para a União Europeia caiu 6% na comparação entre a prévia do segundo trimestre e o primeiro trimestre deste ano. No caso da carne de frango processada, a queda foi superior a 20%.

Os dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) para as exportações brasileiras de carne de frango in natura também apontam queda dos preço (ver gráfico acima). Enquanto a receita obtida pelos exportadores recuou 0,9% no primeiro quadrimestre na comparação com igual intervalo de 2015, o volume exportado pelo Brasil cresceu 16,6%.

Na avaliação do Rabobank, a competição no mercado de carne de frango deve continuar acirrada ao longo de 2016, uma vez que os EUA tendem a ficar ainda mais ativos no mercado internacional.

Se são afetados pela competição com os americanos, os exportadores brasileiros poderão se beneficiar da menor oferta de frango na Ásia. Em decorrência do surto de gripe aviária nos EUA, países como China, Hong Kong e Tailândia proibiram as compras de material genético, o que se traduzirá em uma menor produção de frango no segundo semestre.

Para o Rabobank, o Brasil pode explorar esse espaço, ampliando as vendas para a China, principalmente. Em fevereiro, os chineses habilitaram mais oito frigoríficos brasileiros de carne de frango para exportação.

Enquanto lida com a concorrência, a indústria brasileira também precisa recompor a rentabilidade que foi corroída pela alta dos preços do milho. Em 2016, o preço do milho subiu mais de 50%, segundo o indicador Esalq/BM&FBovespa. De acordo com o

Rabobank, a indústria terá de repassar a alta do cereal ao preço final dos produtos e, possivelmente, reduzir a oferta de frango.